

CIÊNCIAS HUMANAS: PERCEPÇÃO INTERDISCIPLINAR DA REALIDADE SOCIAL



JOACHIN AZEVEDO NETO
(ORGANIZADOR)

 **Atena**
Editora
Ano 2023

CIÊNCIAS HUMANAS: PERCEPÇÃO INTERDISCIPLINAR DA REALIDADE SOCIAL

JOACHIN AZEVEDO NETO
(ORGANIZADOR)

 **Atena**
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes
 Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do
 Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências humanas: percepção interdisciplinar da realidade social

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Joachin Azevedo Neto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
C569	Ciências humanas: percepção interdisciplinar da realidade social / Organizador Joachin Azevedo Neto. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1826-9 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.269232909 1. Ciências humanas. I. Azevedo Neto, Joachin (Organizador). II. Título. CDD 101
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Em tempos de mudança política, especialmente quando se sai de períodos autoritários, há uma forte expectativa nos mais variados grupos sociais em torno do exercício da liberdade, ética e da responsabilidade científica. No caso da comunidade acadêmica brasileira, é incontestável que essa foi recentemente submetida, mais uma vez, a fortes pressões e policiamentos ideológicos. Em outras palavras, em um passado bastante recente, o ato questionador de se buscar por explicações e soluções científicas para questões socioculturais, ambientais e sanitárias foi tido como alvo de desqualificações e humilhações por parte do poder dominante. Diante dessas constatações, prevalecem dois questionamentos: qual a importância das Ciências Humanas e por que o conhecimento crítico que geram incomoda – a nível global – tanto as elites políticas e econômicas?

São perguntas atuais e sérias, para as quais os textos aqui selecionados e publicados fornecem algumas pistas. Seja investigando a decolonialidade; as relações étnico-raciais; a opressão de gênero; a bioética global; as instituições de ensino; os movimentos sociais e artísticos ou práticas racistas, corruptas e violentas no âmbito da segurança pública, as Ciências Humanas possuem um poderoso capital teórico e metodológico que é colocado a serviço do compromisso social, dos Direitos Humanos e da ética acadêmica. Sendo assim, convido os(as) leitores(as) para ter contato com o conteúdo de variadas pesquisas que estão em sintonia com as urgências do mundo contemporâneo.

Joachin de Melo Azevedo S. Neto
(UPE-Campus Garanhuns)

CAPÍTULO 1 1

CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS DECOLONIAIS E INDÍGENAS PARA A DISCUSSÃO DA CATEGORIA DE DESENVOLVIMENTO

André Luiz Teles Ramos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2692329091>

CAPÍTULO 2 13

BIOÉTICA GLOBAL E PENSAMENTO COMPLEXO: REFLEXÕES SOBRE SOBREVIVÊNCIA PLANETÁRIA A PARTIR DO PENSAMENTO DE EDGAR MORIN E VAN RENSSLAER POTTER

Viviane Hanshkov

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2692329092>

CAPÍTULO 3 22

DESIGUALDADE DE GÊNERO: UMA PERSPECTIVA SOBRE A MULHER NO SISTEMA CARCERÁRIO CAPIXABA

Emanuela Machado de Souza

Janice Gusmão Ferreira de Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2692329093>

CAPÍTULO 4 33

O SER SOCIAL E A HUMANIZAÇÃO: A DESPERSONIFICAÇÃO DA MULHER DURANTE O PARTO E PUERPÉRIO

Norrayne Nascimento Lyrio Pereira

Pamela Rodrigues Pereira

Gabriela Cardoso Dilascio Campos Ramos

Tassiane Cristina Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2692329094>

CAPÍTULO 5 43

RETROSPETIVA E PERSPETIVAS ATUAIS DA AVALIAÇÃO DOS CURSOS E DAS IES ANGOLANAS – RESULTADOS DE DOIS ESTUDOS NUMA INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Lando Emanuel Ludi Pedro

Mário Miguel Vemba

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2692329095>

CAPÍTULO 6 55

EL DESARROLLO DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONALES EN ESTUDIANTES: ELEMENTOS PARA SU CONTEXTUALIZACIÓN INTERNACIONAL

Guadalupe María Medina Romero

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2692329096>

CAPÍTULO 7 64**O SETOR DE RECURSOS HUMANOS E ADVERSIDADES ENFRENTADAS NAS ORGANIZAÇÕES DO RAMO DO ENSINO SUPERIOR**

Daniela Bertuzzi Barazetti

Eduana Cristina Figueiró

Danubia Urbano Gomes

Marina da Costa Mezadri

Jordana Calcing

Iara Silveira Fernandes

Mayara Quevedo Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2692329097>**CAPÍTULO 8 86****LÍRICA E URBANO: UMA ANÁLISE LITERÁRIA DA ESPACIALIDADE URBANA PELO ROCK E RAP**

Jean Marcelo Cruz de Castro

Milton Santos Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2692329098>**CAPÍTULO 9 104****CRIME, VIOLÊNCIA E AGRESSIVIDADE NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

Camilla Luiza Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2692329099>**SOBRE O ORGANIZADOR 113****ÍNDICE REMISSIVO 114**

CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS DECOLONIAIS E INDÍGENAS PARA A DISCUSSÃO DA CATEGORIA DE DESENVOLVIMENTO

Data de submissão: 04/08/2023

Data de aceite: 03/10/2023

André Luiz Teles Ramos

Graduado em Psicologia pela Faculdade Pio Décimo, com Especialização em Psicologia Social e Comunidades pelo Instituto Cooperativo Parentes em parceria com a Faculdade de Governança, Engenharia e Educação de São Paulo (FGE) e Mestrando no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Culturas Populares. Universidade Federal de Sergipe Aracaju-SE
<http://lattes.cnpq.br/2055300923805794>

Este trabalho foi realizado com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), mediante concessão de bolsa de pesquisa para estudantes de mestrado.

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de apresentar as contribuições que os estudos decoloniais tem proposto sobre a categoria de desenvolvimento, de modo que isso possibilite dialogar com autores indígenas a partir do que eles entendem

como desenvolvimento; esboçar, de uma perspectiva decolonial e indígena, os efeitos concretos do uso ocidental do conceito de desenvolvimento através da categoria de racismo ambiental e trazer olhares críticos desde o Sul acerca de outras possibilidades locais de pensarmos a categoria desenvolvimento. Acredita-se que os estudos decoloniais trazem abordagens críticas sobre o conceito de desenvolvimento que são capazes de dialogar com as perspectivas indígenas e romper com o silêncio e a invisibilidade que a matriz colonial lhes impôs. Esses diálogos possibilitam pensarmos em formas de desenvolvimento próprias da realidade em que vivemos e que rompam com a dependência do Norte global.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento, racismo ambiental, perspectivas indígenas, estudos decoloniais e matriz colonial.

CONTRIBUTION OF DECOLONIAL AND INDIGENOUS STUDIES TO THE DEVELOPMENT CATEGORY DISCUSSION

ABSTRACT: This article aims to present the contributions that decolonial studies have proposed on the category of development, so

that this makes it possible to dialogue with indigenous authors based on what they understand as development; sketch, from a decolonial and indigenous perspective, the concrete effects of the Western use of the concept of development through the category of environmental racism and bring critical views from the South about other possibilities of thinking about the category of development. It is believed that decolonial studies bring critical approaches to the concept of development that are able to dialogue with indigenous perspectives and break with the silence and invisibility that the colonial matrix imposes on them. These dialogues make it possible for us to think about forms of development proper to the reality in which we live and which we break with dependence on the global North.

KEYWORDS: development, environmental racism, indigenous perspectives, decolonial studies and colonial matrix

1 | INTRODUÇÃO

No atual contexto político que o Brasil passa, pós-eleição, uma das principais categorias que tem sido utilizadas para retratar a realidade do país, segundo as personalidades políticas que irão compor os três poderes – legislativo, executivo e judiciário – nos próximos anos, é a de desenvolvimento. Para muitos(as) brasileiros(as), o termo desenvolvimento tem significado melhoria na qualidade de vida, esperança no futuro enquanto que para outros(as) – indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras e dentre outras populações tradicionais – o termo desenvolvimento tem evocado o próprio risco à existência das mesmas, por ser uma categoria apropriada pelos interesses capitalistas que põe em risco todos os modos de vida contra hegemônicos a este.

Diante desse cenário, o termo desenvolvimento tem sido apresentado para grande parte do povo brasileiro relacionado à ideia de progresso, modernidade, industrialização e geração de riquezas enquanto que para muitas populações indígenas, ele tem sido a prerrogativa para desmatamento nos biomas brasileiros, garimpo ilegal em terras indígenas, mineração, grilagem, genocídio, poluição das águas, flexibilização das leis ambientais, contaminação de rios por mercúrio, desnutrição de etnias que dependem desses rios para se alimentarem, desequilíbrio climático, extinção de inúmeras espécies de fauna e flora, fora os discursos de ódio que tem colocado os indígenas como “entraves ao desenvolvimento” pela intolerância a modos de vida não capitalocêntricos que possam, por ventura, prejudicar a parcela não indígena da população brasileira mesmo quando esses prejuízos tem se estendido a todos nós.

Dentre as diversas possibilidades de se abordar a categoria de desenvolvimento, este artigo elege as perspectivas dos estudos decoloniais para tal, haja visto que eles se apresentam como respostas vindas do Sul, para elucidar a colonialidade como lado obscuro da modernidade defendida pela falácia desenvolvimentista do Norte global, conforme Mignolo (2005).

Isso significa, em outras palavras, não somente fazer uma leitura dessa categoria a partir da realidade latino-americana mas trazer diálogos interepistêmicos desde o Sul

que o Norte global evitou ter, principalmente no que se refere às populações indígenas historicamente silenciadas e invisibilizadas frente aos lugares e papéis atribuídos pela classificação social baseada na ideia de raça (QUIJANO, 2005) dentro do sistema-mundo moderno/colonial que os excluiu dos debates sobre desenvolvimento.

Pretendo apresentar as contribuições que os estudos decoloniais tem proposto sobre a categoria de desenvolvimento, de modo que isso possibilite dialogar com autores indígenas a partir do que eles entendem como desenvolvimento; esboçar, de uma perspectiva decolonial e indígena, os efeitos concretos do uso ocidental do conceito de desenvolvimento através da categoria de racismo ambiental e trazer olhares críticos desde o Sul acerca de outras possibilidades locais de pensarmos a categoria desenvolvimento

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Lander (2005) afirma, citando Arturo Escobar (1995) que o termo desenvolvimento é, na verdade, uma colonização da realidade tendo em vista que ele se apoia num suposto padrão civilizatório tido como “superior” e “normal”, pautado na experiência colonial, “moderna” e ocidental da sociedade liberal-burguesa. O liberalismo se apresenta como teoria econômica para universalizar e naturalizar seus interesses como tendências do desenvolvimento histórico da sociedade mundial quando, na verdade, é o discurso hegemônico cientificamente fortalecido da referida sociedade liberal “moderna”.

A aplicação indiscriminada do modelo de pensamento neoliberal para indígenas, negros, camponeses, ciganos acaba se tornando inadequada porque, dentre uma de suas características, a propriedade privada não responde às necessidades de propriedade coletiva das populações tradicionais, de modo que a noção de propriedade privada, juntamente da ausência de regulação estatal da estrutura fundiária, levou à formação dos latifúndios no Brasil (OLIVEIRA, 2019) e ao início das desigualdades que vemos acentuadas hoje entre as populações europeias e não europeias, brancas e não brancas.

As Ciências Sociais tiveram e tem um papel crucial na naturalização do modo de vida da sociedade liberal-burguesa e em sua forma de entender o desenvolvimento das sociedades, primeiro porque elas se constituíram em cinco países liberais industriais como Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos (LANDER, 2005). Segundo, porque elas surgem com a finalidade de “provar” – ou validar – a suposta “superioridade” desse modo de vida liberal, ao hierarquizar povos e nações em padrões de análise e detecção de atrasos e impactos ao identificar o que é primitivo ou avançado em todas as outras sociedades, por meio de ciências como a Antropologia, Sociologia, Ciência Política e Economia (LANDER, 2005). As diferenças entre europeus e não europeus foram codificadas por essas ciências como desvios do padrão ocidental e eurocentrado (LANDER, 2005).

Elas serviram mais para o estabelecimento de contrastes com a experiência histórica “universal” da experiência europeia do que para o conhecimento dessas sociedades a partir

de suas especificidades histórico-culturais.

Ao caracterizar as demais expressões culturais como tradicionais ou não-modernas, como em processo de transição em direção à modernidade, nega-se-lhes toda possibilidade de lógicas culturais ou cosmovisões próprias. Classificando-as como expressão do passado, nega-se sua contemporaneidade (LANDER, 2005) e, conseqüentemente, acabam sendo tentativas de invisibilização e silenciamento.

A perspectiva eurocêntrica criará a ideia de modernidade, preenchida de uma narrativa sobre o tempo e espaço para colocar a sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior através de uma narrativa universal em que as diferenças culturais serão apresentadas em hierarquias cronológicas (LANDER, 2005). Isso fará com que as outras formas de organização de sociedade não-europeias sejam transformadas não só em diferentes, mas em “primitivas”, pré-modernas (LANDER, 2005). Elas são situadas em um momento anterior do desenvolvimento histórico da humanidade o que, no imaginário do “progresso” criado pelos europeus, acaba enfatizando sua inferioridade (LANDER, 2005).

Dessa forma, falar em desenvolvimento é também falar em modernidade porque ela é utilizada como uma práxis irracional de violência por trás de um falso discurso civilizatório cujo caminho “civilizacional” acaba justificando a violência por uma guerra justa colonial que acaba sendo considerado um ato de sacrifício necessário para que ela ocorra (DUSSEL, 2005).

Em outras palavras, dentro da perspectiva eurocêntrica, a ideia de modernidade é a justificativa para a imposição desenvolvimentista ocidental dirigida ao que Krenak (2020) chama de “clube exclusivo da humanidade” (p.9-10), de modo que a humanização é atribuída à sociedade liberal-burguesa europeia enquanto que indígenas, quilombolas, caiçaras e ribeirinhos são desumanizados. Como reflete o próprio Krenak (2020), “é como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão de fora dela são a sub-humanidade” (KRENAK, 2019, p.9-10).

Existindo uma forma natural do ser da sociedade e do ser humano, as outras expressões culturais diferentes são vistas como inferiores e, por isso, impossibilitadas de serem modernas. Os mais otimistas as veem demandando a ação civilizatória ou modernizadora por parte daqueles que são portadores de uma cultura superior para saírem de seu primitivismo ou atraso (LANDER, 2005) e isso acaba legitimando uma onda de violências sucessivas que tem causado, historicamente, o genocídio e etnocídio em massa das populações indígenas.

Uma das várias diferenciações notáveis entre os Povos Originários e a Europa ocidental está na não separação, por parte dos primeiros, da natureza e cultura enquanto que os europeus fazem essa separação para dominarem a natureza. Até nessa diferença entre a visibilidade e ocultamento do papel da natureza para cada sociedade acaba sendo influência para a ideia de desenvolvimento ocidental, haja visto que o reconhecimento do

papel da natureza no capitalismo retrata o papel da terra no processo de formação da riqueza do capitalismo (CORONIL, 2005) e do mundo moderno-colonial.

Ao fazer-se a abstração da natureza, dos recursos, do espaço e dos territórios, o desenvolvimento histórico da sociedade moderna e do capitalismo aparece como um processo interno e autogerado da sociedade moderna que, posteriormente, se expande às regiões “atrasadas”. Nesta construção eurocêntrica, desaparece do campo de visão o colonialismo como dimensão constitutiva destas experiências históricas (LANDER, 2005).

No discurso desenvolvimentista ocidental, a terra costuma ser reduzida a um fator de produção, como se ela fosse uma mera mercadoria, mas essa visão não é compatível nem com a visão dos Povos Originários e nem com o papel que ela desempenha na exploração europeia.

A desconsideração da natureza na apropriação capitalista nos faz passar despercebido que atrelada à exploração social que Marx chamou de mais-valia, ocorre também, de forma inseparável, a exploração natural do uso predatório das riquezas da terra (CORONIL, 2005). A participação da natureza no processo capital/trabalho questiona não somente as falácias de uma Europa ocidental autogerada que se estende às periferias (CORONIL, 2005), mas ao próprio racismo ambiental que é uma categoria um pouco mais recente para abordar as consequências do desenvolvimento neoliberal.

2.1 O racismo ambiental como consequência da ideia ocidental de desenvolvimento

Inicialmente, quando nos deparamos com o termo racismo ambiental alguns de nós podemos ser levados a achar, obviamente sob equívoco, de que se trata de um racismo praticado contra o meio ambiente. De acordo com Tânia Pacheco (2008):

Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem (s.p)

Ou seja, se refere aos impactos que obras como hidrelétricas, desmatamento, garimpo e outros empreendimentos têm na vida de grupos atingidos como populações indígenas, quilombolas, negros e pobres. Isso surge como resultado de:

empreendimentos desenvolvimentistas que os expõem de seus territórios, desorganizam suas culturas, forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida ou empurrando-os para as favelas das periferias urbanas (HERCULANO, 2006, s.p)

O racismo ambiental é uma das consequências da falácia desenvolvimentista neoliberal, pois ele escancara que essa forma de desenvolvimento só consegue se manter ao promover desigualdades entre países e suas populações:

Os mercados, sem intervenção estatal, normalmente ofertam mercadorias e serviços com base na riqueza, sendo que os benefícios econômicos e a riqueza da produção concentram-se nas camadas sociais mais altas, onde estão posicionados os dirigentes, proprietários, gerentes, investidores, tomadores de decisão e os donos dos meios de produção, inversamente, os danos e riscos ambientais gerados no processo são deslocados para as camadas inferiores do sistema (SOUZA e SILVA, 2021, p.19)

Isso faz com que terras indígenas sejam convertidas no que Svampa (2019) se refere como “zonas de sacrifício” (p.72), isto é, territórios que são fortemente degradados em nome da expansão do capital cuja busca de commodities baratos traz como único legado, para as comunidades locais, os impactos ambientais, sociosanitários, extrema pobreza e grande perda de vidas humanas. Para a autora, isso ocorre desde os tempos da “conquista” dos territórios latino-americanos, em que os recursos naturais do continente têm sido vistos como reservas de destruição e saque, dentro dos ciclos econômicos impostos pela lógica do capital-extrativista.

Através disso, podemos compreender que o capitalismo não é o trabalho por si só para que o trabalhador tenha condições de sobreviver, pois, se assim fosse, seria apenas uma economia de subsistência. Ele é, na verdade, os excedentes de produção que afetam populações que, em geral, desde a colonização, foram colocadas como estando às margens dele (SOUZA e SILVA, 2021) o que faz com que, citando Clavero (1994), para Dussel (2005), a afirmação do direito do colonizador seja, ao mesmo tempo, a negação do direito do colonizado.

A relação entre natureza e capitalismo, ao produzir assimetrias nos leva a considerar o âmbito da desigualdade social como indissociável da degradação ambiental, como observou Acsehrad (2004). Quando vista apenas como desenvolvimento, como sinônimo de “progresso”, a degradação ambiental acaba sendo defendida como um sacrifício necessário, tal como vista em Dussel (2005) e no conceito de zonas de sacrifício utilizado por Svampa (2009); entretanto, quando se reconhece os seus impactos e riscos a outras populações, provando que os seus benefícios não se estendem a todas as pessoas, se torna uma grave questão de desequilíbrio na justiça social.

Um outro problema do projeto desenvolvimentista neoliberal é que além dele ser assimétrico para diferentes populações, ele se alimenta de uma ideia de progresso que despreza as diferenças culturais, o que faz com que ele desconsidere outras visões de mundo, principalmente as que forem não capitalistas. Consequentemente, ele segue atuando como uma prática socioeconômica colonialista, isto é, produtora de desigualdade e discriminação praticada contra grupos sociais minoritários e não hegemônicos, socialmente marginalizados em hierarquias, lugares e papéis sociais que legitimam a dominação sobre eles (SOUZA e SILVA, 2021). Isso é utilizado como estratégia de dominação desde o colonialismo.

Gersem Baniwa (2006) afirma que o desenvolvimento humano tem sido associado

ao desenvolvimento econômico como algo que acaba sendo alvo dos Estados nacionais. Para ele, nesta perspectiva, não há alternativa para os indígenas porque como essa lógica está associada ao mercado, quem não se sujeitar estará condenado à não-civilização. Mas, para ele, o que ninguém esclarece é que tipo de desenvolvimento é esse e para quem esse desenvolvimento é feito, isto é, o acúmulo de riquezas ainda que de forma ilegal, à custa da exploração dos oprimidos, é considerada natural e correta para a garantia do equilíbrio social, de modo que bem estar virou sinônimo de desenvolvimento econômico para os não indígenas.

Segundo Baniwa (2006), essa forma de compreender o desenvolvimento é extremamente reducionista porque as múltiplas dimensões da vida humana – social, cultural, política, espiritual, religiosa – são reduzidas à dimensão econômica.

2.2 Articulações entre os estudos decoloniais e as perspectivas indígenas quanto ao conceito de desenvolvimento

A dicotomia entre natureza/cultura e a concepção da cultura enquanto ação humana na natureza faz com que se normalize situações de desmatamento, sendo que desmatar é interferir em culturas que têm na natureza a própria razão de existirem. A noção de fazer cultura, para o não indígena, tem sido a de destruir as culturas alheias.

Arturo Escobar (2005) traz uma discussão semelhante à que Coronil (2005) trouxe de natureza, mas a partir da ausência de lugar. Para ele, o lugar tem sido ignorado pela maioria dos pensadores sobre globalização, entendido enquanto experiência de uma localidade específica com grau de enraizamento e conexão com a vida diária. Ao ser marginalizado e até ignorado, gera uma condição generalizada de desenraizamento que contraria o sentimento de pertencimento advindo de lugar.

O autor defende que esse desaparecimento é situado na experiência do desenvolvimento capitalista que significa, para a maioria das pessoas, um rompimento do lugar devido a sua pretensão global. Os debates que o tem reconsiderado tem se situado no campo do pós-desenvolvimento, onde é possível abordar sobre o conhecimento local e os modelos culturais de natureza que trabalham com essa perspectiva da experiência situada, isto é, de lugar. Reafirmar o lugar é reafirmar perspectivas locais de resistências como respostas em oposição ao domínio do espaço, do capital e da modernidade que são centrais no discurso da globalização (ESCOBAR, 2005).

Se a perspectiva situada supõe movimentos de resistência ao globalismo homogeneizador, a sua ausência retrata a própria ausência dessas formas subalternas de pensar e participar da configuração do mundo pois muitas comunidades rurais do chamado Terceiro Mundo constroem modos de vida diferentes das formas dominantes. Uma das formas de se falar de lugar é segundo a questão do conhecimento local que tem sido abordado de várias óticas: cognitiva, epistemológica, antropológica e dentre muitas outras

(ESCOBAR, 2005). Esse conhecimento local funciona mais através de um conjunto de práticas do que de um sistema formal de conhecimentos compartilhados. Eles não podem ser entendidos, nem explicados sem referir-se ao enraizamento e limites da cultura local (ESCOBAR, 2005).

Por serem baseados em processos históricos, culturais e linguísticos obviamente que não estão isolados das histórias mais amplas, mas eles retêm certa especificidade de lugar. De outra maneira, podemos definir o conhecimento local como “um modo de consciência baseado no lugar, uma maneira específica de outorgar sentido ao mundo” (ESCOBAR, 2005, p.68).

Entretanto, o conhecimento local não é puro e não está livre de dominação, uma vez que os lugares tem suas próprias formas de opressão e estão conectados com o mundo através das relações de poder; mas o que se defende é que movimentos sociais, como os das populações das florestas tropicais, apesar de obrigatoriamente estarem abertos às tecnociências, ao mesmo tempo, eles resistem à completa valorização capitalista e científica da natureza por meio de discursos e práticas que enfatizam a diferença cultural, ecológica e econômica (ESCOBAR, 2005). Em outras palavras, eles não se submeteram totalmente ao capital e mantém, nos seus modos de vida, formas de resistência que delimitam até onde ele pode chegar.

De acordo com Escobar (2005) a noção de pós-desenvolvimento provém, diretamente, da crítica pós-estruturalista. A principal motivação para a origem desse termo não foi tanto em propor outra versão de desenvolvimento, mas em questionar e desconstruir os modos com que Ásia, África e América Latina chegaram a ser definidas como “subdesenvolvidas” e, por conseguinte, necessitadas de desenvolvimento segundo a perspectiva ocidental hegemônica.

Com reflexões surgidas a partir dos anos de 1980, o desenvolvimento é visto como um conjunto de discursos e práticas em que o outro, isto é, o não europeu, é produzido social, cultural e economicamente em concepções como as de Terceiro Mundo e subdesenvolvido, de modo que através desses discursos a Europa e os Estados Unidos justificam a intervenção nos referidos continentes, o que faz com que o novo império opere não tanto pela conquista, mas pelas normas do livre mercado e das noções culturais norteamericanas de consumo (ESCOBAR, 2005).

Diante disso, a perspectiva pós-desenvolvimentista aposta nos movimentos de resistência localmente efetuados, destacando as estratégias alternativas produzidas pelos movimentos sociais diante dos projetos globalizantes de desenvolvimento. Citando Boaventura de Sousa Santos (2002), Escobar (2005) afirma que o pós-desenvolvimento é o começo de algo novo que vem logo depois da globalização, haja visto que para esses dois autores, a modernidade não tem dado conta dos problemas modernos. Eles acreditam que a solução dos problemas modernos não está na própria modernidade, mas na superação dela: a pós-modernidade e, consequentemente, no pós-desenvolvimento.

Verifica-se que há, entre autores decoloniais como Edgardo Lander (2005) e Arturo Escobar (2005) e entre autores indígenas como Ailton Krenak (2020) e, também, posteriormente em Geni Núñez (2021) uma crítica epistêmica à ciência ocidental dita moderna. Para Lander (2005), as ciências sociais são reflexo da imposição do modo de vida da sociedade liberal europeia que, como complementa Escobar (2005), acabam desvalorizando e marginalizando outras possibilidades não capitalistas de desenvolvimento.

Krenak (2020) também critica diretamente a epistemologia ocidental, dizendo que nela “a ideia de outro mundo é apenas um outro mundo capitalista consertado. [...] Um mundo velho e canalha fantasiado de novo” (p.68). O caráter universalista e excludente do eurocentrismo dessa episteme é referido por Núñez (2021) como sistema de monoculturas, isto é, práticas violentas que para pressuporem seus modos unívocos de existirem, acabam negatizando os outros seres através de eixos como “monocultura da fé (monoteísmo cristão), a monocultura dos afetos (na monogamia); a monocultura da sexualidade (no monossexismo) e a monocultura da terra” (NÚÑEZ, 2021, s.p). Converte com Krenak (2020) quando ele traz que “em vez de investigar mundos, a gente os consome” (p.69).

Segundo Casé Angatu (2021), os corpos, rituais, cosmologias, epistemologias e formas de viver indígenas são, em conjunto, natural e espontaneamente também um empecilho aos estados que desejam atender aos interesses do desenvolvimento capitalista, como é o caso brasileiro. [...] A forma de ser indígena, somada ao direito originário à Terra e às dificuldades impostas à autodeclaração, é parte de um histórico/estrutural protagonismo dos Povos Originários. Ao mesmo tempo, uma história marcada por um também estrutural processo de racismo ligado a tentativa completa de etnocídio e genocídio visando a espoliação territorial (ANGATU, 2021, p.19).

A crítica que ele faz à categoria de desenvolvimento, de forma similar, aparece também em Lander (2005) quando as múltiplas formas de vida camponesa e indígena que se opõem ao capitalismo são tidas como inferiores no imaginário europeu.

Em Fernando Coronil (2005) e Arturo Escobar (2005), há uma semelhança com autores indígenas como Ailton Krenak (2020) e Gersm Baniwa (2006) na forma como eles entendem o conceito de cultura, isto é, a partir de sua indissociabilidade com a natureza. Além disso, encontra-se entre Lander (2005) e Krenak (2020) claras críticas à modernidade, na medida que enquanto Lander (2005) a denuncia enquanto práxis irracional de violência que gera guerras justas coloniais e atos de sacrifício em nome de um discurso civilizatório sob uma narrativa universal, europeia e tida como superior, Krenak (2020) ressalta que

A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade (KRENAK, 2020, p.14)

Ou seja, em Krenak (2020) essa práxis irracional de violência aparece enquanto as práticas referidas a cima que alienam grande parte da humanidade ao mínimo exercício de

ser quem ela é, homogeneizando as múltiplas formas de existência que a constitui. Embora a categoria de racismo ambiental não seja utilizada pelos autores indígenas que aparecem neste artigo, ainda assim, ela contribui na compreensão das desigualdades geradas pelo desenvolvimento ocidental e capitalista diante de modos de vida que resistem sob outras lógicas não reguladas pelo capital.

Nessas formas de resistência, tal como Escobar (2005) traz, os modos de vida baseados na noção de lugar têm nos apresentado alternativas contrahegemônicas aos projetos globalizantes de desenvolvimento no sentido de ser um mesmo modelo de progresso que somos incentivados a entender como bem-estar no mundo todo, onde as grandes metrópoles e centros reproduzem uns aos outros (KRENAK, 2020). Sobre isso, Krenak (2020) afirma que

Há centenas de narrativas de povos que estão vivos, contam histórias, cantam, viajam, conversam e nos ensinam mais do que aprendemos nessa humanidade. Nós não somos as únicas pessoas interessantes no mundo, somos parte do todo. Isso talvez nos tire um pouco da vaidade dessa humanidade que nós pensamos ser, além de diminuir a falta de reverência que temos o tempo todo com as outras companhias que fazem essa viagem cósmica com a gente" (KRENAK, 2020, p.30-31).

Tendo isso em vista, é a partir dessa abertura ao conhecimento do outro próximo de mim, desse diálogo respeitoso entre esses intelectuais do Sul – não no sentido da construção ocidental de intelectual, mas de intelectuais anciãos, de lideranças influentes dentro de outras racionalidades que a modernidade europeia ocidental excluiu – que torna-se propício construir conjuntamente concepções pluriversais de conhecimento em que, gradativamente, os projetos desenvolvimentistas deixam de ser concebidos na europeização da América Latina para serem pensados dentro de um Estado plurinacional (BANIWA, 2006) que inclua a heterogeneidade étnica que marca o continente.

Nesse sentido, pode-se dizer que do ponto de vista ético e epistemológico, a convergência que os estudos decoloniais tem com as perspectivas indígenas sobre a noção de desenvolvimento se dá por ser uma das poucas epistemes do Sul que se permitem promover uma aproximação e diálogo aberto com as populações que a matriz colonial do poder tenta silenciar até hoje. Isso propicia que possamos superar a modernidade para uma transmodernidade (DUSSEL, 2005) ou pós-desenvolvimento (ESCOBAR, 2005) que efetive a democracia na participação nas agendas mundiais de outros grupos étnicos que, anteriormente, haviam ficado de fora dos privilégios do homem branco ocidental (GROSFOGUEL, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os debates em torno da categoria de desenvolvimento têm sido pautados, majoritariamente, pelas perspectivas de direita e esquerda do Norte global (GROSFOGUEL,

2012). Por muito tempo, o Sul foi negado de pensar a sua própria realidade e temos reproduzido, indiscriminadamente, as respostas que a Europa ocidental e provinciana universaliza para o restante do mundo dentro da matriz colonial de poder.

Essa europeização da América Latina tem gerado o fratricídio das próprias populações originárias daqui uma vez que o discurso de desenvolvimento, na perspectiva ocidental, se pauta em uma noção de modernidade/colonialidade que na prática, tem destruído a vida e a cultura de muitas populações indígenas. Isso faz com que o termo desenvolvimento seja encarado como uma categoria tabu por autores que discordam do modelo capitalista e o que proponho aqui é que não precisamos descartar essa categoria com base no que o Norte global impõe ao mundo através dela, mas buscarmos entender como o Sul global a tem pensado.

Para isso, trouxe um diálogo entre alguns autores decoloniais e os autores indígenas pois além deles partirem do Sul, os estudos decoloniais tem sido um dos campos de estudo onde o racismo epistêmico tem sido reconhecido e, por isso mesmo, revisto para cada vez mais se compreender os conhecimentos não ocidentais que ele tentou silenciar. O diálogo entre esses diferentes olhares favorece a superação tanto dos projetos homogeneizantes da elite crioula – constituída de europeus nascidos nas Américas – (PORTO-GONÇALVES e QUENTAL, 2012) quanto dos países da Europa ocidental, na medida em que a participação dos indígenas rompe com estruturas subalternas e marginalizadas de poder que a classificação social baseada na ideia de raça (QUIJANO, 2005) os colocou.

Isso consiste em pensarmos a categoria de desenvolvimento segundo as articulações possíveis entre os autores decoloniais e os autores indígenas, não somente dentro do plano teórico com o que já está posto, mas em diálogos concretos e permanentes com as etnias. A partir desses diálogos interepistêmicos e pluriversais, podem surgir novos projetos desenvolvimentistas que não excluam os mundos de uns para que os de outros existam, mas que todos tenham o direito de pensarem e participarem da realidade que se compartilha.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ANGATU, Casé. Tupixuara Moingobé Ñerana. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, n. 231, p. 13-24, 2021. Disponível em: < <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60509> > Acesso em 10 de dezembro de 2022.

BANIWA, G. J. dos S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada/Alfabetização e Diversidade, 2006. (Série Vias dos Saberes; 1).

ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**, v. 1, p. 69-86, 2005. Disponível em: <<https://red.pucp.edu.pe/wp-content/uploads/biblioteca/090505.pdf>> Acesso em 6 de novembro de 2022.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 2, n. 2, p. 337-337, 2012. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/86>> Acesso em 10 de dezembro de 2022.

HERCULANO, Selene. Racismo ambiental, o que é isso. **Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE**, 2006. Disponível em: <https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Racismo_3_ambiental.pdf> Acesso em 6 de novembro de 2022.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. 1 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2020

LANDER, E (org.). **A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais**: Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO. Coleção Biblioteca de Ciências Sociais, 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf> Acesso em 9 de outubro de 2022.

NÚÑEZ, Geni. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. **ClimaCom – Diante dos Negacionismos** [online], Campinas, ano 8, n. 21. novembro 2021. Disponível em: <<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/monoculturas-do-pensamento/>> Acesso em 10 de dezembro de 2022.

OLIVEIRA, R. C. C. **Do sesmarialismo à Lei de Terras**: A negação dos direitos territoriais indígenas. Emblemas (UFG. Catalão), v.16, p.65, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/emblemas/article/download/56590/34091/270459>> Acesso em 6 de novembro de 2022.

PACHECO, Tânia. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo**: uma luta que transcende a cor, 2008. **Racismoambiental.net.br**. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>> Acesso em 6 de novembro de 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; DE ARAÚJO QUENTAL, Pedro. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 31, 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/polis/3749>> Acesso em 10 de dezembro de 2022.

SOUZA, L. .; SILVA, C. . Racismo ambiental: colonialidade na exploração territorial. **Boletim do Museu Integrado de Roraima (Online)**, Brasil, v. 14, n. 01, p. 15–21, 2021. DOI: 10.24979/bolmirr.v14i01.989. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/bolmirr/article/view/989>. Acesso em: 6 nov. 2022.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editoria Elefante, 2019.

BIOÉTICA GLOBAL E PENSAMENTO COMPLEXO: REFLEXÕES SOBRE SOBREVIVÊNCIA PLANETÁRIA A PARTIR DO PENSAMENTO DE EDGAR MORIN E VAN RENSSELAER POTTER

Data de aceite: 03/10/2023

Viviane Hanshkov

Doutoranda em Ciência, Tecnologia e
Sociedade (PPGCTS-UFSCar)

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a perspectiva da bioética global e do pensamento complexo acerca da sobrevivência planetária, a partir das lições de Edgar Morin e Van Rensselaer Potter. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, de caráter analítico-interpretativo, buscou-se responder como as lições de Edgar Morin e Van R. Potter contribuem para o enfrentamento dos desafios da sobrevivência planetária. Como resultado, verificou-se que os pensamentos de Morin e Potter têm convergência quanto às questões ecológicas e de sobrevivência humana, por meio da reforma do pensamento e da tomada de decisões responsáveis. Potter, com a bioética global, e Morin, com o pensamento complexo, pressentiram a necessidade de uma nova forma de ser e pensar, no enfrentamento dos desafios planetários e na preservação dos valores da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Potter, Morin, sobrevivência planetária

ABSTRACT: This article aims to analyze the perspective of global bioethics and complex thinking about planetary survival, based on the lessons of Edgar Morin and Van Rensselaer Potter. Through a bibliographical research, of an analytical-interpretative nature, we sought to answer how the lessons of Edgar Morin and Van R. Potter contribute to facing the challenges of planetary survival. As a result, it was found that Morin and Potter's thoughts converge on ecological issues and human survival, through thought reform and responsible decision-making. Potter, with global bioethics, and Morin, with complex thinking, without knowing each other, sensed the need for a new humanity, a new way of being and thinking, in facing planetary challenges and in preserving the values of life.

KEYWORDS: Potter, Morin, planetary survival

SOBREVIVÊNCIA PLANETÁRIA

A preocupação com o meio ambiente e a sobrevivência planetária não é de hoje. O reconhecimento internacional da importância do desenvolvimento sustentável está presente na agenda das

nações. Em 14 de junho de 1992, foi assinada a Agenda 21 por 179 países como resultado da Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro.¹ Em setembro de 2000, após encontros e conferências das Nações Unidas, os líderes adotaram a Declaração do Milênio da ONU, que continha 8 objetivos de desenvolvimento do milênio, dentre eles o de garantir a sustentabilidade ambiental.² Em 2015, a ONU avança nas três dimensões do desenvolvimento sustentável – social, econômica e ambiental – e propõe a Agenda 2030, com 17 objetivos e 169 metas para serem concretizadas até o ano 2030. A proposta da Agenda 2030 é ser “um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade” (ONU, 2015, p. 1).

Para compreender a importância do desenvolvimento sustentável para a sobrevivência humana, é preciso uma reforma do pensamento e uma revisão de postura frente à natureza, reconhecendo que a ética da vida da pessoa não é oposta ao meio ambiente. Morin (1996) ao discorrer sobre o “pensamento ecológico”, define a ecologia como um novo tipo de ciência que se centra num conhecimento global, que é competente em diferentes domínios, haja vista a magnitude dos problemas ecológicos.

Para Potter (1988), a visão antropocêntrica da ética e do mundo revelou-se prejudicial, pois permitiu que o homem agisse sobre a natureza, tal como as células cancerígenas agem sobre o corpo humano, provocando um desequilíbrio do ecossistema e tornando a natureza vulnerável, além do próprio ser humano (*apud* SGANZERLA et al., 2021).

A relação da natureza com o ser humano passou a ser o foco da reflexão ética em meados do século XX, vindo a ser o berço da bioética. Na proposta de Potter, não somente o ser humano e a sociedade, como também a natureza precisavam de proteção da ética. Essa foi a sua proposta inicial e que o fez superar a visão antropocêntrica, de forma a buscar uma nova sabedoria para garantir a sobrevivência futura. Desse modo, Potter (1988) entendia que era preciso estabelecer uma ética no presente para garantir o futuro, e a falta de diálogo entre as ciências com as humanidades constituía uma ameaça à sobrevivência futura da vida humana e da biosfera (*apud* SGANZERLA et al., 2021).

A bioética, então, se torna imprescindível como sabedoria em busca do progresso, que pode ser definido como o movimento em direção a um objetivo, mas é preciso resolver qual será ele (POTTER, 2016). Como ética da vida, a bioética vem escorar as reflexões acerca do tema, principalmente sob uma análise em busca da ação, já que pode ser definida como um instrumental de reflexão e ação (BARCHIFONTAINE, 2001).

A sobrevivência futura da humanidade depende das escolhas feitas no momento presente, praticando-se a ética no presente para garantir o futuro. Nesse contexto é que Potter propõe uma bioética global, que inclui a natureza no campo da moralidade e focaliza o objetivo de garantir uma sobrevivência humana aceitável ou sustentável. Para ele, a sobrevivência sustentável deve substituir a ideia de desenvolvimento sustentável, que na

1 Disponível em: <https://www.conexaoambiental.pr.gov.br/Pagina/Agenda-21#>. Acesso em: 17 jun. 2022.

2 Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 17 jun. 2022.

sua visão compreendia o contexto econômico. A sobrevivência sustentável visa eliminar as causas do desequilíbrio do ecossistema e lançar uma nova sabedoria em relação à ciência, ao conhecimento e ao papel do cientista (*apud* SGANZERLA et al., 2021).

O planeta enfrenta desafios de ordem ambiental, social e econômica para sua sobrevivência de forma sustentável. Com o fim de ampliar esse debate, propõe-se uma reflexão sobre a seguinte questão: como as lições de Edgar Morin e Van R. Potter contribuem para o enfrentamento dos desafios da sobrevivência planetária?

Ao analisar os desafios da sobrevivência planetária à luz da bioética global e do pensamento complexo, a partir das lições de Edgar Morin e Van Rensselaer Potter, firma-se a necessidade da reforma do pensamento.

REFLEXÕES SOBRE O FUTURO

A história da humanidade convive com avanços, como o uso da tecnologia na saúde, mas também com retrocessos, como o uso dos meios de comunicação e da internet para a propagação de desinformação, que demonstram aspectos positivos e negativos da ciência, cuja atividade desenvolve poderes de manipulação e de destruição, como visto durante a II Guerra Mundial e escândalos ocorridos nos EUA, como os que ficaram conhecidos como “Brooklin” em 1966, “Tuskegee” em 1972. A ciência, portanto, precisa ser pensada com consciência (PAIXÃO JÚNIOR, 2013).

Com a revolução científica e tecnológica, a vida cotidiana muda substancialmente já que as tecnologias passam a equipar a vida social e a transformar a natureza, o que afeta a humanidade como um todo, não sendo necessariamente uma mudança positiva ou benéfica (DÍAZ, 2008).

Para preservar a vida de abusos científicos, preservar a vida humana e o meio ambiente em que vive, para colocar limites à capacidade de manipular a vida, faz-se necessário pensar a ciência a partir de referenciais ético-filosóficos e, sob essa intenção, surgiram alguns documentos internacionais: Código de Nuremberg em 1947, Declaração de Helsinque em 1964, Relatório de Belmont em 1978 (PAIXÃO JÚNIOR, 2013).

Díaz (2010) apresenta o holismo ambiental como uma das teorias de ruptura que dispararam a revolução contemporânea do conhecimento, por meio da ética ambiental e da ecologia profunda e, por sua vez, correlaciona o holismo ambiental com a bioética, por estarem ligados às preocupações e aos problemas do homem comum.

O reconhecimento da necessidade de um movimento dialógico entre senso científico e comum é um dos elementos básicos deste novo conhecimento, assim como um novo diálogo com a natureza, cuja criatividade, independente do ser humano, precisa ser levada em conta pela ciência. O diálogo de saberes se tornou urgente com o surgimento de novas forças sociais e, hoje, é evidente que aprender com todos, considerando as variáveis comportamentais e ecológicas, é fundamental, assim como foi essencial romper com a

lógica da dominação e os ideais clássicos de racionalidade herdados da modernidade europeia (DÍAZ, 2010).

BIOÉTICA GLOBAL E PENSAMENTO COMPLEXO

Os pensamentos de Potter e Morin, com suas linguagens que trazem a bioética global e o pensamento complexo, convergem para uma ética de responsabilidade e uma consciência ecológica para a sobrevivência do planeta.

Morin (1996) apresenta a ciência ecológica como um novo tipo de ciência que tem os seus sucessos ancorados num conhecimento organizacional global, contrariando o dogma da hiperespecialização e se mostrando capaz de articular habilidades especializadas para compreender realidades complexas, apelando tanto às interações particulares como ao todo global, reavivando o diálogo entre o ser humano e a natureza e permitindo as intervenções entre eles. Para ele, a ecologia é um novo tipo de ciência que está centrada num conhecimento global, tendo por objeto o ecossistema. Desse modo, preceitua que “a reivindicação da natureza é uma das reivindicações mais pessoais e profundas, que nasce e se desenvolve em ambientes urbanos cada vez mais industrializados, tecnificados, burocratizados, cronometrados” (MORIN, 1996, p. 2).

Morin (1996) destaca a importância do sentimento de pertença ao cosmos, de ser totalmente filho do cosmos e não estranhos a ele. O ser humano não está separado dos demais seres vivos ou separados dos mamíferos. O ser humano não precisa dominar a natureza, é preciso, pois, abandonar o projeto de posse e dominação da natureza, uma vez que o homem somente será verdadeiramente valorizado se a vida também for valorizada (MORIN, 1996). Por isso, afirma que “a organização biológica, animal, mamífera, etc., não se encontra apenas fora de nós na natureza, mas também na nossa natureza, dentro de nós” (MORIN, 1996, p. 4).

Usanos (2017), em seu trabalho sobre os aspectos epistemológicos da relação entre Bioética e ecologia, traz importantes considerações com base no pensamento de Morin (1994), como a de que a matriz da ecologia e da bioética é o pensamento complexo, sendo a adaptação e a integração os motores da evolução na modernidade. O ser humano, com alto poder mortal sobre a vida, precisa redefinir propósitos e fazer escolhas para salvaguardar a vida no planeta. Esse poder implica em responsabilidade pela vida, em perceber o valor da vida e a posição do ser humano nela, em face da destruição ecológica e do crescimento da bioindústria.

Usanos (2017), ao analisar o pensamento de Potter (1988) e Morin (1994), afirma que, apesar da relação entre bioética e ecologia nem sempre ter sido evidente, as duas ciências estiveram sempre relacionadas, segundo Usanos, os apontamentos de Potter desde sua definição de bioética, e como ciências que se implicam pela complexidade na visão de Morin. São como dois eixos que têm um ponto de encontro, que é o lugar do

homem no cosmos, que é a consciência ecológica.

O problema da crise planetária traz consequências globais e ameaças que ignoram fronteiras nacionais e, por isso, a consciência ecológica deve pensar tudo na perspectiva planetária, sendo que o problema ecológico está ligado a humanidade como um todo e ao próprio desenvolvimento das sociedades (MORIN, 1996). Segundo Morin, “existe um sistema organizado chamado “Terra”, existe uma biosfera que tem sua autorregulação e auto-organização. Podemos associar a Terra física e a Terra biológica e considerar, em sua própria complexidade, a unidade do nosso planeta” (MORIN, 1996, p. 7). O planeta Terra é mais do que um habitat, é um lar, uma pátria de toda a humanidade, a quem cabe a responsabilidade de conservar e salvar (MORIN, 1996).

Para aqueles que pensam sobre o futuro, é impossível evitarem a reflexão sobre o papel da natureza ou do ambiente natural e na definição de ambiente ideal inclui-se não só aspectos do ambiente natural, mas também do ambiente cultural (POTTER, 2018). Segundo Potter (2018), “como humanos conscientes, nós “devemos” considerar o “é” da capacidade de carga da Terra e como ela pode ser melhorada e preservada” (POTTER, 2018, p.85).

Díaz (2008), ao apresentar o diálogo com Potter (1971, 1988) e Morin (2004) acerca da Bioética e o conhecimento contemporâneo, reflete sobre as três obras dos autores, identificando a comunidade entre os dois quando adentram no campo da ética, em meio às mudanças ocorridas a partir da segunda metade do século XX, a considerar a revolução técnico-científica. Esse movimento desenvolve a transformação do ser humano, que é subjacente e traz uma consequência profunda que é uma nova forma de compreensão do significado da produção do conhecimento e da própria ciência, e sua relação com os valores humanos.

Díaz (2010) explica que a bioética, o estudo a partir da epistemologia, da complexidade e do holismo ambiental suscitaram a necessidade de uma ética da vida e uma mudança no objeto da ciência, sendo necessário uma nova forma de olhar e entender o mundo no conhecimento, um novo conceito de natureza e uma nova forma de se relacionar com ela, considerando a sua criatividade como um problema científico, no sentido de questionar a certeza, investigar a incerteza e a causalidade. Reconhecer o caráter moral no conhecimento científico é um dos elementos configuradores do novo conhecimento humano, no qual se encontra uma fonte do novo saber.

É preciso um novo saber, uma reforma do pensamento, para consolidar uma mudança de mentalidades, com o fim de enfrentar o perigo da destruição global por guerras e catástrofes ecológicas, que permita a constituição de uma sociedade mundial que tenha condições de realizar uma governança planetária, e que permita uma mudança substancial nas ações humanas e modos de vida (DÍAZ, 2010).

Díaz (2008) considera que o programa bioético proposto por Potter (1971, 1988) não é uma ética aplicada, mas um alto voo filosófico em busca da sabedoria que garanta a

sobrevivência humana, reconhecendo a necessidade de construir pontes entre o presente e o futuro, nutrindo o caráter global da bioética, integrando conhecimento científico e valores humanos com o objetivo de buscar soluções para os problemas da humanidade e do planeta. Díaz (2008) destaca no trabalho de Potter a sua ideia de que a humanidade é responsável pela sua sobrevivência biológica e cultural, e também pela preservação do meio ambiente, de forma que a natureza deixe de ser propriedade dos seres humanos ou tal relação seja exclusivamente econômica. A noção de humanidade está, portanto, no centro do conhecimento ético, que permite assumir a consciência do risco que decorre do crescimento exponencial do conhecimento sem a sabedoria capaz de geri-lo, a sabedoria contínua que sabe usar o conhecimento para a sobrevivência humana e para melhorar a condição humana (DÍAZ, 2008).

Díaz (2010, p.38), ao analisar o pensamento de Morin (1999) e Potter (1988), conclui que “ambos reconhecem o valor fundamental de um sujeito contextualizado que produz conhecimento a partir de sua circunstância biológica e sociocultural”. Explica, ainda, que ambos assumem a perspectiva de observador que é uma característica da racionalidade não clássica, e que, tanto para Morin quanto para Potter, “não há sujeito privilegiado que veja o mundo de uma perspectiva neutra e universal” (DÍAZ, 2010, p. 38). Ambos reconhecem a humildade cognitiva, no sentido de que é preciso ter humildade para reconhecer-se como um todo inacabado e transformável, além de assumirem criticamente o conhecimento, como dualidade ciência-valor (DÍAZ, 2010).

Ainda comparando os pensamentos de Morin (1999) e Potter (1988), Díaz (2010) identifica como aspecto marcante em seus comentários a incerteza do conhecimento e a considera o ponto-chave para as ciências contemporâneas e a reforma do pensamento e da educação, em termos de contribuição. Díaz (2010) ressalta que para Potter (1988) há uma incerteza para a espécie humana em relação ao futuro e sua sobrevivência a longo prazo, uma incerteza decorrente da diversidade humana e de fatos previsíveis, que não impedem quaisquer ações, mas exigem ações responsáveis perante a vida e a busca pela sabedoria que deve se voltar à sabedoria biológica, que é mostrada e ensinada pelas outras espécies.

A dimensão bioética da emergência planetária exige da ação humana um repensar a vida, uma nova atitude perante ela e a própria sobrevivência. A bioética global e o pensamento complexo não serão uma solução para os problemas planetários, mas podem trazer a prudência que evita a dominância de programas deterministas e desafiam a descoberta de uma sabedoria ou estratégia para resolvê-los. Dentre as maiores ameaças ou desafios planetários está a destruição dos ecossistemas biológicos-culturais, que em toda a história da humanidade se tornou a maior ameaça à vida humana e não humana (OSORIO GARCIA, 2015).

Osorio Garcia (2015) conclui que Potter (1971) e Morin (1992), sem se conhecerem e nem se lerem, embora contemporâneos, sentiram a necessidade de uma nova humanidade

e, na ausência de palavras ou conceitos que expressassem tal visão, criaram os termos “bioética global” e “pensamento complexo”, cujo peso maior está nos adjetivos “global” e “complexo”.

A Bioética Global exige uma ética de responsabilidade e focaliza a sobrevivência aceitável da humanidade, optando pela busca da verdade, da razão, da moral, do realismo, já o pensamento complexo é um caminho que deve ser traçado e seguido. Tais estratégias de pensamento e ação só são compreensíveis a partir de uma nova sensibilidade para a vida, de uma nova forma de ser, pensar, agir e superar a sobrevivência miserável do planeta (OSORIO GARCIA, 2015).

É inegável que o planeta está sob ameaça e, por isso, a sobrevivência planetária deve estar na pauta das conferências internacionais. Há uma megacrise atual, com impactos sobre animais humanos e não humanos, constituindo verdadeiro desafio planetário que coloca em risco as relações dos seres humanos entre si e da humanidade com os sistemas biológicos no convívio terrestre (OSORIO GARCIA, 2015).

Segundo Díaz (2008), o problema da humanidade planetária é que delimita as bases de um novo humanismo ou ética humanista, possível no processo que ele chama de planetização, a partir da consciência dos riscos que são compartilhados por essa humanidade. Entende, ainda, que a crise de sobrevivência de hoje não se resume a emergências ambientais, econômicas, sociais e políticas, mas se expressa na necessidade de amadurecer uma sociedade planetária, mediante uma nova cidadania planetária para civilizar a Terra, que depende da renovação do pensamento, da educação, da ética e da ciência sob a forma de compromisso ético ligado à tomada de decisões responsáveis. Nessa perspectiva, Díaz (2008) recorre à reforma do pensamento proposta por Morin, em direção de uma nova consciência que passa, necessariamente, por uma reforma da sociedade ou da civilização, pela reforma da mentalidade e da educação, reforma da vida e da ética.

Conforme pondera Paixão Júnior (2013), é preciso focalizar a formação do sujeito comprometido com o presente e o futuro de si mesmo, do seu semelhante e do planeta, a qual permitirá que este sujeito desenvolva a capacidade de pensar, refletir, ponderar, criticar e decidir, assumindo posições de forma consciente e responsável frente aos problemas da vida que estão no campo da bioética. Nas decisões bioéticas, os sujeitos agem pelo interesse comum, não há escoras em argumentações autoritárias dos especialistas ou aplicação automática de princípios, mas sim um agir com base em informações e experiências adquiridas e construídas durante a sua existência, de forma a sustentar uma decisão com autonomia, discernimento e responsabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida e seus valores precisam ser preservados, e a consciência ecológica e de

sobrevivência planetária deve estar não somente inserida na Agenda 2030 da ONU, como objetivo ou meta, mas também na educação, na ciência e na tecnologia como compromisso ético ligado à tomada de decisões responsáveis, em direção a uma nova consciência e uma nova sociedade, que passam necessariamente pela reforma do pensamento e da mentalidade.

Instigar a reflexão e ampliar o debate sobre o futuro do planeta é apenas uma das responsabilidades que a sociedade tem perante as próximas gerações. A grande responsabilidade está no campo das decisões, quer sejam políticas, econômicas ou sócio-ambientais, que precisam ter como alicerce o uso do conhecimento para a sustentabilidade da vida e, nesse ponto, as propostas de Potter e de Morin podem contribuir como ponto de partida e de equilíbrio para o enfrentamento dos desafios, enquanto alertam para o perigo da dominação da natureza e clamam por uma governança responsável planetária.

REFERÊNCIAS

BARCHIFONTAINE, Christian de Paul; PESSINI, Leo. (orgs.). **Bioética: Alguns Desafios**. São Paulo: Loyola, 2001.

DÍAZ, Carlos Jesús Delgado. Capítulo III. Dialogar com Potter y Morin: La bioética en la revolución contemporánea del saber. **Bioética y pensamiento complejo: estrategias para enfrentar el desafío planetario**, p. 61-76, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/43983697/Cap%C3%ADtulo_III_Dialogar_con_Potter_y_Morin_La_bio%C3%A9tica_en_la_revoluci%C3%B3n_contempor%C3%A1nea_del_saber. Acesso em: 24 de mai. 2022.

DÍAZ, Carlos Jesús Delgado. Diálogo de saberes para una reforma del pensamiento y la enseñanza en América Latina: Morin, Potter, Freire. *Estudios* 93, v. VIII, pp. 23-44, 2010. Disponível em: <https://uh-cu.academia.edu/CDelgadoD%C3%ADaz> . Acesso em: 23 mai. 2022.

MORIN, Edgar. El pensamiento ecologizado. En: *Gazeta de Antropología*, N° 12 (01), 1996. DOI: 10.30827/Digibug.13582. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10481/13582>. Acesso em 24 de mai. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso Mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 08 de setembro de 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Pesquisa/Downloads/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>. Acesso: 01 maio 2022.

OSORIO GARCÍA, S. N. Bioética global y pensamiento complejo Hacia una emergente manera de ser. **Revista Latinoamericana de Bioética**, v. 8, n. 15, p. 106-113, 30 sep. 2015.

PAIXÃO JÚNIOR, Valdir Gonzalez. Bioética e educação: o educador como facilitador da auto-organização pessoal e social: reflexões a partir do pensamento de Edgar Morin. *Simbio-Logias*, v. 6, n. 8, p. 4-10, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/140650>>. Acesso em 24 mai. 2022.

POTTER, Van Rensselaer. **Bioética: ponte para o futuro**. Tradução de Diego Carlos Zanella. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

POTTER, Van Rensselaer. **Bioética global**: construindo a partir do legado de Leopold. Tradução de Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Edições Loyola, 2018.

SGANZERLA, Anor et al. Sganzerla. Potter e o equilíbrio do ecossistema como fundamento da moralidade da bioética. *Revista Iberoamericana de Bioética* / nº 17 / 01-13 [2021] [ISSN 2529-9573] DOI: 10.14422/rib.i17.y2021.001.

USANOS, R. A. Aspectos epistemológicos de la relación entre Bioética y ecología: algunas lecciones del pensamiento de Edgar Morin. **Revista Iberoamericana de Bioética**, n. 4, 23 jun. 2017.

DESIGUALDADE DE GÊNERO: UMA PERSPECTIVA SOBRE A MULHER NO SISTEMA CARCERÁRIO CAPIXABA

Data de aceite: 03/10/2023

Emanuela Machado de Souza

Escola Superior de Ciências da Santa
Casa de Misericórdia de Vitória
Vitória - Espírito Santo
Mestranda em políticas públicas
<http://lattes.cnpq.br/7052358402439365>

Janice Gusmão Ferreira de Andrade

Assistente Social, Profª Draª do mestrado
em políticas Públicas de Desenvolvimento
local da Escola Superior de Ciências da
Santa Casa de Misericórdia de Vitória -
Emescam
<http://lattes.cnpq.br/7114956764236876>

RESUMO: Quando uma mulher se movimenta e não abaixa a cabeça perante as desigualdades, sem nem perceber, defende todas as mulheres, isso movimenta a sociedade. Com esta essência humanizadora, o objeto da presente pesquisa é a mulher encarcerada custodiada no estado do Espírito Santo. Por meio de levantamento bibliográfico sobre os temas desigualdade de gênero, feminismo no Brasil e mulheres encarceradas, o material foi organizado e analisado, de forma qualitativa, sob o enfoque da teoria social crítica. O objetivo geral foi analisar, com base

em estudos científicos sobre as mulheres encarceradas, a questão da desigualdade de gênero. Os resultados demonstram que a mulher na sociedade ainda encontra um preconceito sistêmico e estrutural, sobretudo a constatação da ausência de humanização e fragilidade na garantia dos direitos das cidadãs encarceradas. Em um panorama específico do cárcere feminino no Espírito Santo é possível evidenciar uma desigualdade de gênero ainda maior no que diz respeito às problemáticas enfrentadas pelas encarceradas. Conclui-se que para a minimização dos ataques aos direitos constitucionais e a garantia da cidadania da mulher, o caminho perpassa pelo aprimoramento do conhecimento científico, pela organização e luta social e pela defesa e efetivação dos preceitos democráticos.

PALAVRAS-CHAVE: sistema carcerário; cárcere feminino; teoria social crítica; desigualdade de gênero;

GENDER INEQUALITY: A PERSPECTIVE ON WOMEN IN THE CAPIXABA PRISON SYSTEM

ABSTRACT: When a woman takes action and does not lower her head in the face of inequalities, without even realizing it, she

defends all women, this moves society. With this humanizing essence, the object of this research is the incarcerated woman assisted in the state of Espírito Santo. From the point of view of important authors such as Teixeira (2017), Santoro and Pereira (2018), a bibliographical research was carried out, with qualitative analyzes on the organized material. The overall objective is to analyze studies on gender inequality in the prison system. Being the specific ones, knowing about prison in Brazil and its current conditions, researching gender inequality in society and its consequences, identifying from scientificity the contemporary situation of female prison and the situation of women inserted in it. The development was organized in three chapters, namely: Prison in Brazil and in the State of Espírito Santo; Female Prison System; Gender inequality in society and prison. The results achieved revolve around findings from the reflections stimulated by the various theoretical frameworks gathered and deepened in the present research, demonstrating that women in society still find a systemic and structural concept, above all the finding of the absence of humanization and fragility in the guarantee of the rights of imprisoned citizens. In a specific panorama of women's prison in Espírito Santo, it is possible to evidence an even greater gender inequality in terms of disrespect for the problems faced by incarcerated women. Concluding that there is no other way to minimize attacks on the constitutional rights and citizenship of any woman, except through the path of scientific knowledge, organization and social struggle, and the defense and improvement of the Brazilian constitution.

KEYWORDS: prison system; female prison; women's rights; gender inequality;

1 | INTRODUÇÃO

O crescimento da população carcerária evidencia o quanto é desafiador, para o Brasil, construir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, conforme anuncia o preâmbulo da Constituição Federal do Brasil de 1988 e se livrar das amarras históricas da colonização. É o que se analisa quando nos deparamos com uma população de 773.151 encarcerados, conforme dados divulgados pelo INFOPEN no ano de 2019. O aumento expressivo da população carcerária chama a atenção passando a se constituir um fenômeno que merece ser compreendido.

Assim, trazemos a temática para reflexão considerando que o sistema de justiça criminal assume um papel importante na reprodução das relações sociais capitalistas. O sistema de justiça, muitas vezes, reflete e perpetua as relações sociais existentes na sociedade, isso requer dizer que as relações das desigualdades se perpetuam dentro do sistema carcerário.

No Brasil, mais de 27.550 mulheres estão reclusas no sistema carcerário. Embora os índices sobre a população carcerária feminina sejam inferiores ao da população masculina, que se encontra em 615.091, observa-se que estes números vêm aumentando exponencialmente nas últimas décadas. Observa-se ainda que, embora o encarceramento seja uma prática antiga, as instituições penais ainda encontram-se em fase de sua

estruturação para o acolhimento de mulheres. É preciso considerar que as mulheres têm necessidades de saúde específicas, incluindo cuidados médicos relacionados à saúde reprodutiva, que há o período menstrual, que em caso de gravidez há período da amamentação, etc.

21 DESIGUALDADE DE GÊNERO: DA SOCIEDADE AOS PRIVADOS DE LIBERDADE

A palavra gênero foi utilizada primeiro nas ciências médicas, na psicologia e na sociologia e, a partir dos anos 1980, na história das mulheres. Na França, nos anos 1970, para falar deste conceito, falávamos antigamente de “sexo social” ou de “diferença social dos sexos”. Nos anos 1972, Ann Oakley, socióloga britânica, queria diferenciar o sexo do gênero.

Usualmente, o termo “gênero” é utilizado no mesmo sentido que “sexo”. No entanto, é preciso ressaltar que há diferenças. O sexo usa somente o caráter biológico comparado ao gênero que usa o caráter cultural. Quando se fala em questões de gênero, queremos aqui tratar das diferenças que são os resultados das construções sociais e culturais, não resultados da natureza humana.

De acordo com Yannoulas (1994), seja em movimentos populares urbanos ou rurais, as reivindicações para os atendimentos às necessidades básicas da mulher começaram pela percepção das desigualdades a qual eram submetidas, evidenciando isso para toda a sociedade.

Foi por volta da década de 1970 que as mulheres, de forma mais expressiva e no contexto de ditadura militar aqui no Brasil, começaram a lutar pelo seu espaço no mercado de trabalho, sendo apontado por Bruschini (1994) como “Umas das mais marcantes transformações ocorridas no país”. Ocupando lugar nos sindicatos trabalhistas e outros espaços de debate social.

A partir dos anos 1990, os movimentos feministas passaram a se institucionalizar com a criação de organizações não governamentais, por exemplo, propiciando uma participação expansiva em fóruns e redes que demonstram a organização dessas novas práticas sociais que debatem saúde, meio ambiente, educação, segurança, entre outros temas da perspectiva da mulher (HAAL, 1996).

A desigualdade de gênero é identificada em diversos espaços da sociedade, e no sistema carcerário feminino essa problemática se agrava pela privação da liberdade, a luta por instrumentos de equidade em diferentes realidades para garantir a igualdade de direitos e a dignidade de vida das mulheres vem ao longo de décadas e continua sendo essencialmente necessária para uma sociedade onde o Estado Democrático de Direito é vigente e deve ser garantido (SOUZA, 2008).

No Brasil, os presídios, de forma geral, apresentam problemáticas preocupantes em relação aos direitos humanos, e numa perspectiva da integridade feminina, que já se pôs

em risco diversas vezes historicamente, é ainda mais preocupante.

O cárcere, em muitos lugares, se revela mais como um depósito de pessoas que foram acusadas ou condenadas por algum crime. Para as mulheres, o ambiente é ainda mais hostil, já que as estruturas físicas e os serviços ofertados às detentas são precários e inadequados. De modo que, a desigualdade biológica dos gêneros não parece importar muito para a infraestrutura carcerária e para a destinação do mínimo necessário à dignidade humana feminina (MIYAMOTO, 2012).

É certo que o cárcere foi pensado para aprisionar homens. Por esse motivo, mulheres se tornam indivíduos que necessitam de demandas que se amoldem às suas especificidades, o que, de fato, não ocorre. Em contrapartida, constata-se que a mulher é aprisionada de modo peculiar, já que o Estado, vela sua condição de indivíduo possuidor de direitos e garantias constitucionais (DAVIS, 2016).

A sociedade brasileira registra um alto índice de desigualdade¹, onde sua maioria é pobre e negra, as estruturas de poder cultural e estruturalmente carregam os marcos do patriarcado, que inferioriza e insere mulheres em posições subalternas devido. Nesse contexto, grande parte das mulheres passam a viver às margens das práticas criminosas de menor lesividade, muitas vezes como uma forma de complementação do sustento do lar.

A pobreza é o aspecto econômico presente na vida da maioria das mulheres que cometem crimes e, ainda, estão em ocupações profissionais de baixa qualificação sempre ligadas às atividades subalternas. Em complementação, o Relatório Temático sobre Mulheres Privadas de Liberdade (INFOPEN 2017), demonstrou que dentre as mais de 37 mil mulheres presas no Brasil à época, cerca de 44% delas possui somente até o ensino fundamental incompleto, demonstrando que a baixa escolaridade também é uma característica predominante entre a população carcerária feminina.

3 | A PREVALÊNCIA DO CÁRCERE PARA AS MULHERES NEGRAS

As mulheres negras sempre tiveram um papel fundamental na luta pela libertação no Brasil. No entanto, por vivermos em uma sociedade patriarcal, racista, machista e excludente, esta presença e este reconhecimento sempre foram invisibilizados. Falamos de uma longa caminhada de mulheres negras que fizeram de suas vidas exemplo de luta e de resistência e que pavimentaram os caminhos para o movimento de mulheres negras no mundo contemporâneo, contribuindo com movimentos feministas, e para que fossem reconhecidas nas lutas sociais que continuam crescendo (GOMES, 2019).

Santos (2022) disserta sobre a opressão sofrida pelas mulheres através do início do desenvolvimento capitalista na chegada do século XIX, quando mesmo inseridas, eram subordinadas a uma situação extremamente desigual comparada aos homens.

¹ Em 2022 o índice de Gini chegou a 0,7068, conforme informação do Ibase, 2023.

A intelectual Saffioti sempre foi atenta ao antagonismo de classe exacerbado pelo capitalismo, não se alinhando ao reformismo do movimento feminista da época que se contentava apenas com as conquistas de direitos mais formais para as mulheres. Saffioti iria além, entendendo que a solidariedade entre os sexos está subordinada à condição de classe de cada um (GONÇALVES, 2011).

A autora destaca alguns limites sobre análises marxistas realizadas sobre a condição feminina, tornando sua obra multidimensional, contribuindo significativamente para o conhecimento teórico de ambos os campos. Todo o estudo construído por Saffioti norteou diversas políticas de combate à violência contra as mulheres (GONÇALVES, 2011).

Segundo Saffioti (2001), a sociedade se divide em classes sociais, mas também é atravessada por estas outras contradições básicas: gênero, raça/etnia e classe social, sustentando assim a manutenção do sistema capitalista, uma vez que o seu modo de produção alija força de trabalho do mercado, especialmente a feminina. Os caracteres raciais e de sexo operam como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada.

A violência contra a mulher é um fenômeno histórico, porém somente nas últimas décadas que a violência de gênero tem sido percebida como uma questão de saúde da mulher e, conseqüentemente, de saúde pública (SAFFIOT, 2001).

Ainda de segundo a autora, para se entender porque a violência é também uma questão de saúde pública, precisa-se compreendê-la no seu aspecto numérico (grande número de vítimas que atinge); nas repercussões deletérias na sanidade física e mental, assim como em suas decorrências econômicas para o país: diminuição do PIB à custa do absenteísmo ao trabalho; diminuição da produtividade; e do período que ficam às expensas da seguridade social.

O ser mulher na sociedade não é fácil, e ainda ser mulher negra, torna muito mais difícil, são encontradas inúmeras barreiras e dificuldades impostas por uma sociedade que insiste em não lhe dispor do espaço que lhe é de direito. Perpassar a economia e o papel da mulher na sociedade, nos leva a diversos movimentos sociais que lutam não só pelo ingresso da mulher na educação com qualidade e no mercado de trabalho com igualdade salarial, mas na garantia plena do respeito.

Não é possível, no caso das mulheres negras, compreender gênero e opressão racial de forma separada, pois a separação aumenta a invisibilidade das diferentes necessidades das mulheres negras comparadas aos homens negros e às mulheres brancas (BIROLI, 2018, p.56).

Movimentos do feminismo negro que desde as experiências dessas mulheres na diáspora africana, variam, mas mantém um norte comum que se traduz nas ações e reações em relação a vulnerabilidade de grande parte deste grupo. As feministas negras evidenciam que os Movimentos Feministas e os Movimentos Negros ainda falham ao negligenciar as peculiaridades de suas necessidades, demonstrando que o histórico dos

Movimentos Feministas indicam certo desinteresse no tratamento de questões de raça (COLLINS, 2019).

Por volta de 1970, o Feminismo Negro começa a ganhar maior projeção, a partir da organização dos movimentos sociais, principalmente, o Movimento de Mulheres Negras (MMN). A falta de uma abordagem interseccional foi problematizada por pensadoras e ativistas negras da época e estimularam as pautas de gênero e raça (COLLINS, 2019).

O apontamento da falta de uma abordagem mais específica no quesito racial relacionada às pautas feministas evidenciam uma dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras. Também demonstra-se em diversos estudos uma preocupação em relação ao movimento negro liderado por homens não atuar contra o machismo e o sexismo (HOOKS, 2019).

O objetivo do Feminismo Negro é o desenvolvimento do empoderamento das mulheres negras, este empoderamento não é direcionado pura e simplesmente para conquistas individuais, mas às coletividades de mulheres negras que desenvolvem um entendimento de sua condição social e política, de sua história e de suas variadas habilidades, autoafirmando-se e trilhando caminhos de superação das condições impostas pela dominação (ALMEIDA, 2019, P.22).

Nesse sentido, a superação não envolve somente a libertação das mulheres negras individualmente ou enquanto grupo, e não só a libertação de homens negros, mulheres não negras, comunidade LGBTQIAPN+, mas sim todas e todos em situações de desigualdade e opressão. De acordo com Collins (2019), o feminismo Negro amplia e diversifica não somente o debate, mas seu campo de atuação enquanto um movimento social e político que perpassa a economia, a saúde pública e a segurança.

O autor alega que os movimentos feministas negros, embora experimentem variações, permanecem com uma direção comum que acabam levando a um conjunto de ações e reações relativo à vulnerabilidade de boa parte dessa população. As feministas negras evidenciam que os Movimentos Feministas e os Movimentos Negros continuam falhando no tocante à negligência das peculiaridades de suas necessidades, mostrando que a história dos Movimentos Feministas mostra alguma falta de interesse ao tratar algumas questões de raça.

4 | O CÁRCERE NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO

No Brasil, as punições sob a forma de pena são tão antigas quanto sua história, existindo desde os períodos coloniais escravistas com atenção aos castigos corporais deferidos aos escravos. Entretanto, apenas a partir do século XIX que se estrutura o sistema prisional, a exemplo dos estabelecimentos atuais com a Casa de Correção do Rio de Janeiro em 1850, como expõe Machado *et al.* (2013) “no Brasil, foi a partir do século XIX, que se deu início ao surgimento de prisões com celas individuais e oficinas de

trabalho, bem como arquitetura própria para a pena de prisão”.

Atualmente, o sistema carcerário brasileiro é regulamentado pela Lei de nº 7.210, de julho de 1984 do Código Penal, a Lei de Execuções Penais (LEP), que elenca os principais tipos de estabelecimentos penais: Cadeias Públicas, Casas do Albergado, Penitenciárias, Colônias Agrícolas, Industriais ou Similares, Patronatos, Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (OLIVEIRA, 2007). Esse instrumento estabelece como deve ser executada a pena de privação de liberdade e restrição de direitos no Brasil. O dispositivo legal supracitado destaca a finalidade da ressocialização nos estabelecimentos prisionais, bem como indica a recreação, assistência à saúde, jurídica, educação adequada, alimentação e vestuários suficientes aos apenados.

No entanto, observa-se grande contradição entre as ferramentas legais e os instrumentos do cárcere. Como consequência desse contexto, constata-se superlotações, sucateamento estrutural, episódio de rebeliões frequentes disputa entre facções dentro e fora dos presídios, resultando no aumento da violência e insegurança. Isso demonstra o quadro de precariedade que o sistema carcerário nacional vivencia.

Agravando a situação humanitária no sistema prisional brasileiro, outra problemática social preocupante, que também resulta em quadros de precarização da dignidade humana, de extrema violência e violação de direitos, refere-se à desigualdade de gênero, tanto na sociedade, como em relação à situação de cárcere (SÁ, 2004).

As mulheres presas são punidas duplamente, a primeira quando são presas, e a segunda quando são esquecidas no sistema prisional pelos parceiros e familiares. Nos casos das mulheres com filhos, há ainda toda a complexidade de deixar os filhos sob os cuidados de terceiros, o que gera angústias e inquietações (BORGES, 2019).

A prisão brasileira já se encontrou com uma população 71,1% a mais da quantidade para que foi projetada, a estimativa é que existam 274 pessoas em situação de cárcere para cada 100.000 brasileiros (BITTENCOURT, 2009). O Espírito Santo possui um déficit aproximado de 3.500 (três mil e quinhentas) vagas no sistema prisional, contando com o excedente dos presídios e os presos recolhidos em delegacias, lugar inapropriado para tal função. Em celas que caberiam quatro, estão 20 (vinte) internos (CARDOSO, 2022).

Vale lembrar que o Espírito Santo figura no topo da lista dos mais violentos, com os maiores índices de homicídios do País. Como se vê, obviamente os conceitos de gestão prisional no Espírito Santo não atendem às mínimas necessidades, nem dos presos tratados sem qualquer respeito à dignidade humana, nem da sociedade que continua amedrontada com a violência originada de dentro do sistema prisional estadual (BORGES, 2019).

5 | UMA ABORDAGEM SOBRE O SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO

Inicialmente, a prisão surge como um puro modelo de repressão, para que a humanidade pudesse corrigir os indivíduos que violassem o contrato social entre sociedade

e Estado. As primeiras leis que surgem na Idade Média possuíam caráter de tortura como punição (MARTINS, 2012).

As chamadas “instituições prisões” surgiram no final do século XVIII e começaram a pensar em maneiras melhores para reformar o criminoso por meios desses isolamentos, sendo constatado que a necessidade seria propiciar ao indivíduo tempo e espaço para refletir acerca do crime cometido. O nascimento do Iluminismo foi fator importante para esse repensar das prisões, que substituiria as penas por mutilações por tempo de isolamento (MARTINS, 2012).

No Brasil, as primeiras mulheres consideradas presas foram as escravizadas. Já as primeiras instituições que aplicavam modelos de cárcere a população feminina foram os conventos, pois infrações cometidas por mulheres eram tratadas como um problema moral e deveriam ser tratadas com penitências por orações e sacrifícios (ARGOLO, 2015).

Segundo o Ministério da Justiça (2022), as mulheres encarceradas em todo o país teve seu ponto mais alto em 2016, com quase 41.000 presas em regime fechado, para um total de pouco mais de 722 mil presos. Em 2022, esse número chegou a 27.550, frente a um total de quase 650 mil presos. Esses dados excluem as presas em prisão domiciliar.

Em decorrência desse cenário é possível notar casos de superpopulação em algumas instituições penais, ainda que a totalização de vagas indiquem números diferentes. Além disso, podem ser observado graus de sucateamento estrutural, casos recorrentes de rebeliões, guerra entre facções dentro e fora das prisões, dentre outras situações, que acabam levando a um índice maior de violência e segurança, itens frequentes e históricos do sistema carcerário nacional (LISBOA, 2018).

No caso das mulheres negras, a punição é em dobro, primeiramente ao serem presas e depois quando caem no esquecimento de seus parceiros e de seus familiares. As mulheres negras com filhos ainda experimentam passar pela preocupação ao conseguir que terceiros cuidem de suas crianças, gerando um quadro de angústia e inquietação (BORGES, 2019).

CONCLUSÃO

Percebe-se que a desigualdade de gênero se manifesta na sociedade através dos preconceitos históricos e sistêmicos que perduram até os dias de hoje. Essa violência e opressão se agravam em relação a mulheres pretas e/ou em situação de cárcere. Somente a partir de informação, com movimentos sociais como o feminismo, campanhas educativas de ampla conscientização em todos os setores da sociedade, legislações e políticas públicas de equidade, eficazes para gerar uma transformação social, serão capazes de reverter essa cruel realidade que acomete as mulheres.

Em suma, no contexto carcerária feminina no Estado do Espírito Santo, pondera-se que muitos direitos básicos dessas mulheres em situação de cárcere são violados. É

preciso compreender que detentos estão num processo de reabilitação para a reinserção na sociedade, mas na prática esse conceito torna-se meramente teórico e perde-se ao se deparar com múltiplas problemáticas sociais agravadas nos sistemas penitenciários.

REFERÊNCIA

ARAÚJO, Lucas Freitas de. **O mundo dos homens e o segundo sexo: do essencialismo de gênero à transcendência**. 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BARROS, Odja. E que venham os dragões! Juntas resistiremos! Coisas do Gênero: **Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião**, v. 4, n. 2, p. 70-78, 2018.

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, p. 179-199, 1994.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1967.

BITENCOURT, Cézar Roberto. **Código Penal Comentado**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**, São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

CARDOSO, Anna Carolina *et al.* **Narrativas Negras: Biografias ilustradas de mulheres pretas brasileiras**. São Paulo: Editora Voo, 2021.

CARDOSO, Eliane Gomes de Bastos. **A pena privativa de liberdade e as penas alternativas**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 81, 2010. Disponível em http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?nlink=revista_artigos_leitura&artigo_id=8494. Acesso em: 20 maio 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo editorial, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FASSIN, Éric. La démocratie sexuelle et le conflit des civilisations. **Multitudes**, v. 26, n. 3, p. 123-131, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. São Paulo: Editora Vozes Limitada, 2019.

GONÇALVES, Renata. O feminismo marxista de Heleieth Saffioti. **Lutas Sociais**, n. 27, p. 119-131, 2011.

GONÇALVES, Daniel. **A ineficiência do sistema prisional brasileiro no objetivo de reeducar e reinserir o presidiário na sociedade, diante dos índices de reincidência dos criminosos**. 2016.

HALL, Stuart. **A questão da Identidade Cultural**. Trad. Guacira L. Louro e Tomaz T. da Silva. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, 1996

HOOKS, Bell. Feminism is for Everybody. In: **Ideals and Ideologies**. Routledge, 2019. p. 421-426.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.

INFOPEN. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**. Depen, 2014. Disponível em <<https://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2023.

LISBOA, Vinicius. **População carcerária feminina no Brasil é umas das maiores do mundo**. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-11/populacao-carceraria-feminina-no-brasil-e-uma-das-maiores-do-mundo>. Acesso em: 26 abr. 2023.

MACHADO, A; SOUZA, A.; SOUZA, M. Sistema Penitenciário Brasileiro – Origem, Atualidade e Exemplos Funcionais. **Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito**, v. 10, n. 10, p. 201-212, 2013.

MARTINS, Argemiro Cardoso Moreira. O direito romano e seu ressurgimento no final da Idade Média. **Fundamentos de história do Direito**, v. 2, p. 181-195, 2012.

MIYAMOTO, Yumi; KROHLING, Aloísio. Sistema prisional brasileiro sob a perspectiva de gênero: invisibilidade e desigualdade social da mulher encarcerada. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n. 40, 2012.

OLIVEIRA, H C. **A falência da política carcerária brasileira**. III Jornada Internacional de Políticas Públicas Questão Social e Desenvolvimento No Século XX 2007.

DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 1997.

PONTES, Beatriz Maria Soares. Movimentos de resistência socioterritoriais pretéritos e contemporâneos: América do Norte, América do Sul e África. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 5, n. 2, p. 6-103, 2016.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**, 1ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2015.

SÁ, Matilde Maria Gonçalves de. **O egresso do sistema prisional do Brasil**. São Paulo: Paulistanajur, 2004.

SAFFIOTI, Heleith IB. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos pagu**, p. 115-136, 2001.

SANTOS, Bianca Stephanie dos; DUTRA, Gabriely Soares; CHAGAS, Samantha Gomes. **Gestão empresarial: os empecilhos do gênero feminino em cargos de liderança**. 2022.

SANTOS, Jessika Cristina Silva. **Das memórias ancestrais à resistência feminina: a construção da identidade das mulheres quilombolas dos Rufinos-PB**. 2023.

SOUZA, Maria Antônia. **Movimentos Sociais E Sociedade Civil**. IESDE BRASIL SA, 2008.

TELES, Maria Amélia. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VARELA, Gabriely Nascimento. “**Dandaras, carolinas, marias... até que todas sejamos livres**”: **histórias de lutas e resistências das mulheres negras no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2016.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Iguais mas não idênticos. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, Vol. 2, N° 3, 1994.

O SER SOCIAL E A HUMANIZAÇÃO: A DESPERSONIFICAÇÃO DA MULHER DURANTE O PARTO E PUERPÉRIO

Data de submissão: 08/09/2023

Data de aceite: 03/10/2023

Norrayne Nascimento Lyrio Pereira

Programa de Pós-graduação stricto sensu
em Políticas Públicas e Desenvolvimento
Local da Escola Superior de Ciências da
Santa Casa de Misericórdia de Vitória
Vitória – Espírito Santo
<https://orcid.org/0000-0002-5265-4546>

Pamela Rodrigues Pereira

Escola Superior de Ciências da Santa
Casa de Misericórdia de Vitória
Vitória – Espírito Santo
<https://orcid.org/0009-0002-8034-0998>

Gabriela Cardoso Dilascio Campos Ramos

Escola Superior de Ciências da Santa
Casa de Misericórdia de Vitória
Vitória – Espírito Santo
<https://orcid.org/0009-0007-5342-1991>

Tassiane Cristina Moraes

Programa de Pós-graduação stricto sensu
em Políticas Públicas e Desenvolvimento
Local da Escola Superior de Ciências da
Santa Casa de Misericórdia de Vitória
<https://orcid.org/0000-0002-5101-2883>

RESUMO: O ser social surge da relação do homem com a natureza, sendo essa relação denominada trabalho. Portanto,

o homem transforma a natureza a partir do trabalho e é transformado por ela. A socialização que o trabalho impõe é o que confere a humanização, onde é abandonado o individualismo e passa-se a pensar no bem comum. Mas quando a sociedade deixa de perceber o indivíduo como alguém importante para a manutenção do sistema econômico/social, exerce sobre ele a despersonalização que consiste em negligenciar a subjetividade humana. Na sociedade, as mulheres são impactadas por essa realidade, visto que, seus corpos configuram-se como um bem público que é dominado pelos homens e exibido como troféu, tornando a mulher reduzida a um objeto de desejo sexual. Essa despersonalização acarreta inúmeras violências contra a mulher em diversas fases da vida, principalmente, durante o parto e puerpério, momento de vulnerabilidade física e emocional, campo fértil para a violência obstétrica. E essa exposição a constantes violências provocam maior susceptibilidade para o desenvolvimento de transtorno do estresse pós-traumático e depressão pós-parto. Em contrapartida, os órgãos públicos pensam em Políticas Públicas para enfrentamento a essa realidade, uma delas é o programa de

humanização do parto, via projeto Rede Cegonha do Ministério da Saúde, a Política Nacional de Humanização – HumanizaSUS. Apesar disso, pesquisas sobre a temática precisam ser desenvolvidas, inclusive para fortalecer as discussões no que tange ao alcance das metas da agenda de 2030 para o desenvolvimento sustentável, que prevê maiores equidade e respeito aos direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Ser social; Humanização; Desumanização; Puerpério; Parto; Violência Obstétrica.

THE SOCIAL BEING AND THE HUMANIZATION: THE DEPERSONIFICATION OF WOMEN DURING CHILDBIRTH AND THE PUERPERUM

ABSTRACT: The social being arises from humanity's relationship with nature, and this relationship is called work. Therefore, humans transform nature through work and are transformed by it. The socialization that work imposes is what confers humanization, where individualism is abandoned, and people start thinking about the common good. But when a society fails to perceive the individual as someone important for the maintenance of the economic and social system, it exercises depersonification over them, consisting of neglecting human subjectivity. In society, women are impacted by this reality, as their bodies are often treated as public goods dominated by men, appearing as trophies, thereby reducing women to objects of sexual desire. This depersonification leads to numerous forms of violence against women at different stages of life, especially during childbirth and the postpartum period, moments of physical and emotional vulnerability that provide fertile ground for obstetric violence. This exposure to constant violence increases susceptibility to the development of post-traumatic stress disorder and postpartum depression. On the other hand, public agencies contemplate public policies to address this reality. One of them is the humanization of childbirth program, through the Stork Network project of the Ministry of Health, part of the National Humanization Policy - HumanizaSUS. Nevertheless, further research on the subject needs to be developed, including efforts to strengthen research related to the achievement of the goals of the 2030 Agenda for Sustainable Development, which aims to promote greater equity and respect for human rights.

KEYWORDS: Being social; Humanization; Dehumanization; Puerperium; Childbirth; Obstetric Violence.

1 | INTRODUÇÃO

Nesse capítulo discorreremos sobre o surgimento do ser social, processo de humanização do indivíduo, depersonificação do ser humano, depersonificação da mulher na sociedade, durante o parto e puerpério. Além disso, discorreremos como essa desumanização se manifesta durante o puerpério, um período tão importante para o desenvolvimento infantil. Ainda, discorreremos sobre principais políticas públicas voltadas para humanização da assistência durante o puerpério e a relevância dessa temática para o cenário social, político e assistencial de saúde.

2 | O SER SOCIAL E A HUMANIZAÇÃO: A DESPERSONIFICAÇÃO DA MULHER DURANTE O PARTO E PUERPÉRIO

O termo ser social consiste na habilidade humana de viver em sociedade, surge da relação que o indivíduo estabelece no trabalho, mas com o tempo podem possuir outras motivações, como cultura e religião. A natureza idealista do trabalho, ou seja, o pensar no coletivo e o sentimento de estar trabalhando para um bem maior, confere a humanização que independe de características biológicas ou instintivas. Mas quando deixamos de enxergar o outro como um ser pertencente a sociedade, importante para a manutenção do sistema econômico/social, praticamos o que podemos chamar de desumanização ou despersonalização (NETTO, 2006; LUKÁCS, 2018).

Apesar de ser um problema que afeta toda a sociedade, as mulheres são as grandes impactadas, visto que, o corpo das mulheres, para a sociedade contemporânea, configura-se como bem público, esse corpo público, é dominado pelos homens e exibido como troféu, tornando a mulher objetificada, ou seja, reduzida a um objeto de desejo sexual (MATOS & SOIHET, 2003; TILIO, 2021). A partir da objetificação do corpo feminino, a subjetividade da mulher é apagada, portanto, ela deixa de ser um indivíduo com pensamentos, sonhos, valores, com importância social/econômica (BORIS, 2007; MEES, 2019).

No momento em que a subjetividade da mulher se torna imperceptível para a sociedade patriarcal, ela passa a sofrer as consequências da despersonalização (violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial), essa que não se caracteriza como uma doença mental, mas como um transtorno social, visto que, a sociedade sabe que elas possuem direitos civis, pensamentos, sonhos, mas escolhe não as enxergar como ser humano dotado de subjetividade e direitos (BORIS, 2007).

A mulher despersonalizada na sociedade civil, não possui controle sobre sua objetificação, sendo vítima e as vezes a própria fonte de desumanização, essa que é normalizada e justificada, seja pela forma de vestir, falar ou andar. Nesse ponto, a despersonalização cria caminhos para a violência contra a mulher, sendo, muitas vezes tolerada pela sociedade (TILIO, 2021).

Outro ponto de grande relevância social com potencial de repercutir em problemas sociais e de Saúde Pública é a desumanização da mulher durante o parto e puerpério. A despersonalização da mulher que ocorre cotidianamente nas relações sociais, torna-se mais evidente em momentos que ela está vulnerável físico e emocionalmente, como no momento do pré-parto, parto e puerpério, dando espaço para que ocorram vários tipos de violência contra a mulher, principalmente, a violência obstétrica (CANTILINO et al., 2010; LADEIRA et al., 2022).

A violência obstétrica pode ser compreendida como a uma apropriação do corpo e processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais de saúde, por meio de um tratamento não humanizado, que permeia por uma patologização dos processos

naturais, promovendo uma perda de autonomia e capacidade de decidir sobre seus corpos e sexualidade, repercutindo de forma negativa na qualidade de vida das mulheres (BITENCOURT et al, 2021)

Para exemplificar, a violência obstétrica se apresenta, na maioria das vezes, da seguinte forma: violência física (uso de força e restrição física); sexual; verbal (linguagem rude e ameaças); preconceito, falta de consentimento informado e de confidencialidade; procedimentos excessivos e dolorosos sem consentimento, comunicação ou necessidade clínica; negligência; abandono; falta de protagonismo da mulher, recursos no serviço de saúde, Política Pública ou organizacional, e cultura institucional de violência (BOHREN, 2015).

A violência obstétrica colabora para a despersonalização da mulher parturiente, e, posteriormente, puérpera. A despersonalização no sistema obstétrico, se estabelece de maneira sutil e ganha força com a evolução do trabalho de parto, pois a mulher ficará mais vulnerável na medida que o parto se aproxima com o aumento das contrações e dor. Começa com a chegada ao ambiente hospitalar, sendo exposta a um sistema de rotina pré-estabelecida institucionalmente em que se encontra obrigada a participar de atividades que não deseja por medo de dizer não e sofrer consequências negativas. E pode se estender até o puerpério quando não respeitada sua vontade sobre a amamentação, ou quando é exposta a toques sem consentimento para avaliação do exame físico puerperal (BOHREN, 2015; LADEIRA, 2022).

No ambiente em que a violência obstétrica é instalada, o parto deixa de acontecer enquanto evento fisiológico, pertencente à mulher, torna-se um evento potencialmente patológico e o corpo é tido como em estado de desequilíbrio, assim, o profissional da saúde precisa utilizar-se de procedimentos para devolver o equilíbrio a esse corpo, retirando da mulher o controle sobre ele e o protagonismo do parto passa da mulher para o profissional de saúde, onde ela é vista como um objeto do processo e o bebê, o produto final (BOHREN, 2015; LADEIRA, 2022).

E quando o bebê nasce, a mulher é despersonalizada novamente, sendo ignorado seus desejos para o cuidado com o recém-nascido e até mesmo sobre sua opção de amamentar a criança. Os profissionais de saúde a põr suas opções que fogem do que é recomendado por eles. Essa exposição a constantes violências vivenciadas durante o pré-parto, parto e puerpério, provocam maior susceptibilidade para o desenvolvimento de transtorno do estresse pós-traumático e depressão pós-parto (BOHREN, 2015; CANTILINO, 2010; LADEIRA, 2022).

Levando em consideração que o período puerperal é importante para o desenvolvimento humano, momento de alta sensibilidade, onde o corpo está lidando com o estresse do trabalho de parto e posteriormente, se readaptando, devido as quedas hormonais do pós-parto, as mulheres depositam sobre os profissionais de saúde a esperança de uma assistência humanizada que muitas vezes é frustrada por uma assistência que desumaniza

e despersonaliza (BOHREN, 2015; CANTILINO, 2010; LADEIRA, 2022).

A despersonalização das mulheres no sistema obstétrico ainda é realidade vivenciada por muitas mulheres. A despersonalização pode se manifestar de diversas formas, tais como: utilização do saber médico para desconsiderar os desejos da gestante por um tipo de parto; a culpabilização das mulheres; a objetificação das mulheres com desconsideração às suas subjetividades, emoções e anseios psíquicos; a despersonalização em si (LADEIRA, 2022).

A violência também permeia este cenário e ela também é percebida por profissionais de saúde (médicos e enfermeiros obstetras, além de residentes de medicina e enfermagem em obstetrícia) que relatam que percebem a violência obstétrica que as mulheres sofrem na atenção ao parto, e relacionada principalmente a: violência de gênero na assistência ao parto; abuso físico; abuso psicológico; abuso verbal; restrição de movimentação e posição no parto (TRAJANO, 2021).

Apesar do Brasil ter um incentivo ao tipo de parto natural, ainda há casos em que a indicação médica do parto cesáreo ainda é desconhecida pelas pacientes, sendo obrigadas a aceitarem essa via de parto mesmo quando deixaram sua vontade explícita no pré-natal. Nestes casos, nem todas as indicações do tipo de parto tem rigor científico, e a mulher nem sempre tem forças para debater a decisão, pois acreditam que o profissional da saúde que estava no comando, sendo, em alguns casos, até mesmo limitada a entrada do acompanhante na sala de parto (LADEIRA, 2022).

É importante ressaltar que, apesar dos benefícios da evolução da medicina obstétrica, que favoreceu melhorias nos índices de morbimortalidade materna-infantil, ela também consolidou um conceito do parto como processo de doença, corroborando para experiências negativas relacionado ao parto, no qual algumas mulheres vivenciam um cenário muitas vezes doloroso, sofrido e triste (BITENCOURT et al, 2021).

Isto ocorre, pois no Brasil, adotou-se a construção de um modelo obstétrico hospitalocêntrico, biomédico e intervencionista, que valoriza o conhecimento médico acima da parturiente, corroborando para um contexto em que as diversas intervenções no parto deixam de ser uma evolução da medicina e se tornam uma forma violenta de interferência do processo, favorecendo a aumento nos casos de episiotomia, manobra de Kristeller e rompimentos forçados da bolsa amniótica (JACOB et al, 2022).

Inúmeros esforços vem sendo desenvolvidas para propor novas formas de atendimento a parturiente, no intuito de melhorar o processo e tornar o parto uma experiência mais agradável e centrada na mulher. Entretanto, o modelo verticalizado nas ações dos profissionais permanece enraizado nas instituições de saúde, muitas vezes visando a conveniência profissional e favorecendo o cenário de epidemia de cesáreas eletivas observado no Brasil, processo em que, na maioria das vezes, a mulher é destituída do poder de decisão sobre o próprio corpo (GONZALEZ et al, 2021).

Parte desta realidade também é observada por profissionais de saúde que também relatam que nem sempre as gestantes têm autonomia para escolher sua via de parto ou

sobre o uso de medicações que aceleram as contrações uterinas (TRAJANO, 2021), fato que também exemplifica a despersonalização da mulher no sistema obstétrico.

Outro fator importante que leva a despersonalização da mulher é a culpabilização da parturiente, sendo essa orquestrada por algum membro da equipe multiprofissional de saúde, culpando-as se algo desse errado durante o parto; promovendo ameaças de que elas podem morrer durante o parto natural pelo risco de rotura uterina, responsabilizando-a pelo tipo de parto; além de falhas que gerassem sentimentos de humilhação por estar acima do peso e até mesmo ter engravidado (LADEIRA, 2022).

Essa culpabilização é tida como abuso psicológico, e profissionais de saúde relatam presenciar este tipo de abuso direcionado as gestantes, sendo caracterizado por falta de empatia, paciência, culpabilização, ameaça de abandono por parte do profissional de saúde (TRAJANO, 2021).

Na literatura científica há relato de puérperas que expõem que durante a assistência recebida não foram consideradas suas subjetividades, emoções e anseios psíquicos. Essa violência acontece com a justificativa de estarem seguindo às normas institucionais. As puérperas relatam que foram deixadas sozinha na sala de parto com as pernas inclinadas, enquanto o marido acompanhou o recém-nascido e que durante essa situação se sentiu uma “máquina de retirar bebê”. Não se sentiram ouvidas pelos profissionais de saúde em questões relacionadas a sua assistência médica e foram coagidas a não questionarem (LADEIRA, 2022).

Normalmente esse tipo de violência vem acompanhado de abuso verbal e a restrição de movimentação e posição no parto. As pacientes também podem ser impedidas de se expressarem sua dor por meio de gritos, sendo ridicularizadas quando gritavam. Além disso, pode também ter restrição dos movimentos durante o parto ou ignorado a vontade da parturiente de parir em determinada posição que não favorecesse a visão dos profissionais de saúde (TRAJANO, 2021).

Outros fatores também podem ser citados que caracterizam este cenário da falta de humanização e despersonalização do ser, tais como: toques intra-vaginais excessivos sem perguntar se podiam tocá-las; episiotomia sem o consentimento e uso de fórceps; humilhação por estar acima do peso ou por gritar durante o trabalho de parto (LADEIRA, 2022).

Dentro deste contexto, observa-se que são as diversas formas que a despersonalização é vivenciada no sistema obstétrico, onde a mulher é vítima, sem voz, levada a naturalizar as situações de violência. Em contrapartida, a declaração universal dos direitos humanos nasceu como um recurso para diminuir a incidência dessas violências, ela traz trinta artigos que buscam garantir os direitos humanos. Em uma análise dos das literaturas descritas nesse capítulo, podemos apontar para a negligência dos seguintes artigos:

Artigo 5: Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante;

Artigo 6: Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei;

Artigo 25.2: A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social (ONU, 1948).

Tendo em consideração os relatos de violência descritos na literatura científica e a declaração universal dos direitos humanos, podemos afirmar que a assistência ao parto e puerpério precisa ser repensada à medida que as percepções negativas sobre a assistência recebida durante esse período têm sido recorrentes nas pesquisas em saúde. Essas mulheres são vítimas de experiências de abuso físico, abuso verbal, negação de atendimento e realização de procedimentos indesejados, cenário que pode corroborar para o desenvolvimento de depressão pós-parto e outras repercussões (LANSKY, 2019; SILVEIRA, 2019), por isso é essencial o fortalecimento de Políticas Públicas que visem a assistência em saúde e humanização do cuidado.

No Brasil existem Políticas Públicas voltadas para este público, como o programa de humanização do parto, via o projeto Rede Cegonha do Ministério da Saúde, que prediz um modelo humanizado de atenção ao parto e ao nascimento (BRASIL, 2023). A rede cegonha foi implementada em 2011 pelo Ministério da Saúde, como estratégia para o processo de transformação do antigo modelo de atenção ao parto, tendo em vista os inúmeros obstáculos da realidade obstétrica brasileira e promovendo um cuidado mais humanizado (JACOB et al., 2022). Evidencia-se que a humanização do parto não se limita apenas a práticas e técnicas, mas visa o respeito a mulher como indivíduo, garantindo que o processo permeie todos os serviços de saúde, que também possuem papel ativo nessa humanização da assistência (FRANCISCO et al., 2020).

Nesse sentido, um marco no campo das Políticas Públicas, temos a Política Nacional de Humanização – HumanizaSUS, existente desde 2003, que promove a humanização e valorização dos usuários, colaboradores e gestores no processo de produção de saúde, destaca-se que entre suas apostas em inovações em saúde há a previsão de uma proposta de um trabalho coletivo para que o Sistema Único de Saúde (SUS) seja mais acolhedor, ágil e resolutivo (BRASIL, 2022).

O objetivo dessa política é diminuir a prevalência de violência durante o pré-natal, parto e puerpério e busca garantir a humanização dos serviços de saúde (BRASIL, 2023). Apesar de 20 anos de sua existência, ainda há desafios para a prática da humanização do cuidado, inclusive no período de pré-natal e puerpério repercutindo inclusive em consequências para a díade mãe-filho (LANSKY, 2019).

A humanização do cuidado no parto e puerpério depende da implementação das boas práticas em saúde que são descritas na Política Nacional de Humanização – HumanizaSUS e da implementação do programa de humanização do pré-natal, parto e puerpério por parte dos profissionais de saúde (BRASIL, 2023). O assunto despersonalização da mulher durante

o parto e puerpério torna-se relevante, na medida em que a população sofre consequências negativas vindas da despersonalização, como a negligência aos direitos humanos.

Pesquisas sobre a temática precisam ser desenvolvidas, inclusive para fortalecer as discussões no que tange ao alcance das metas da agenda de 2030 para o desenvolvimento sustentável, que prevê maiores equidade e respeito aos direitos humanos. Para que isso seja alcançado, é fundamental lembrarmos que cada gravidez e nascimento é um processo único, assim abordar possíveis fatores que impactam nos resultados da saúde, especialmente envolvendo saúde sexual e reprodutiva e os direitos e gênero, é indispensável para garantir que todas as mulheres tenham acesso a cuidados de maternidade respeitosos e de alta qualidade (WHO et al., 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o tema “o ser social e a humanização: a despersonalização da mulher durante o parto e puerpério”, a mulher encontra-se despersonalizada em uma sociedade patriarcal, onde é vítima de inúmeras violências, inclusive, em um momento de alta vulnerabilidade, como, no parto e puerpério. As violências podem ser sutis, como, a obrigatoriedade de seguir um protocolo dentro da maternidade ou veladas, quando ignorado o desejo da mulher sobre seu parto podendo ser realizadas manobras de risco para mãe e bebê. Percebe-se que tal questão é um problema de Saúde Pública e Social dado a frequência dos relatos de violência obstétrica e a consequência para a saúde materno-infantil, por tanto, precisa-se discutir estratégias para o fortalecimento das Políticas Públicas existentes e criação de novas políticas com o objetivo de reduzir a prevalência da despersonalização da mulher parturiente ou puérpera. Além disso, torna-se necessário pesquisas sobre o assunto, afim de popularizar o debate sobre o tema e empoderar a população para lutar contra esse tipo de violência.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. “**Declaração Universal dos Direitos Humanos**”. “Nações Unidas”, 217 (III) A, 1948, Paris, art. 1. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

BITENCOURT, A.C., et al. **Significado de violência obstétrica para os profissionais que atuam na assistência ao parto**. *Enfermagem em foco*, v.12, n.4, p.787-93, 2021. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/4614/1230>. Acesso em: 04 de setembro de 2023.

BOHREN, M. A., VOGEL, J. P., HUNTER, E. C., LUTSIV, O., MAKH, S. K., SOUZA, J. P., & GÜLMEZOĞLU, A. M. **The mistreatment of women during childbirth in health facilities globally: A mixed-methods systematic review**. *PLoS Medicine*, v.12, n.6, p. e1001847. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.100184>. Acesso em: 23 de junho de 2023.

BORIS, G. D. J. B.; CESIDIO, H. M. **Mulher, corpo e subjetividade**: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. Rev. Mal-Estar Subj., Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012&Ing=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 de junho de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização – HumanizaSUS**. Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/humanizasisus>. Acesso em: 19 de junho de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Rede cegonha. Brasília**: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/10/ministerio-da-saude-investeno-atendimento-humanizado-de-gestantes-em-todo-o-pais>. Acesso em: 19 de junho de 2023.

CANTILINO A. A.; ZAMBALDI F. C.; SOUGE B. E. **Transtornos psiquiátricos no pós-parto**. Arch. Clin. Psychiatry. v.37, n.6, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-60832010000600006>. Acesso em: 19 de junho de 2023.

LADEIRA B. M. F.; BORGES A. W. **Colonização do corpo e despersonalização da mulher no sistema obstétrico**. Rev. adm. empres. v.62, n.4, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020220406>. Acesso em: 19 de junho de 2023.

LANSKY, S., SOUZA, K. V. DE., PEIXOTO, E. R. DE M., et al. **Violência obstétrica**: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. Ciência & Saúde Coletiva, v.24, n.8, p. 2811–2824, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018248.30102017>. Acesso em: 02 de março de 2023.

LUKÁCS G. **Para uma antologia do ser social I**, Biotempo editora, v. 8, p.196, 2018. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/JOHANO-5>. Acesso em: 26 de junho de 2023.

FRANCISCO M. M., et al. **Humanização da assistência ao parto**: opinião dos acadêmicos de enfermagem. Nursing, v.23, n. 270, p. 4897-4902, 2020. Disponível em: <https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/1026/1190>. Acesso em: 04 de setembro de 2023.

GONZALEZ P.R., et al. **Práticas de atenção ao parto na experiência de puérperas**: análise à luz da humanização. Revista de enfermagem da UFSM, v. 11, n. 37, p.1-23, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/53146/pdf>. Acesso em: 04 de setembro de 2023.

JACOB T.N.O., et al. **A autonomia da enfermagem obstétrica na assistência no centro de parto normal**. Av Enferm. v.40, n.3, p.444-456, 2022. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2023/06/1415485/revista_403_art93559_ojs.pdf. Acesso em: 04 de setembro de 2023.

MATOS, M. I. S., SOIHET, R. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora Unesp. P. 221, 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/download/1643/1385>. Acesso em: 26 de junho de 2023.

MEES, A. L.; POLI, M. C. **“Mulher objeto”**: feminismo e psicanálise. Psicol. clin., Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 461-480, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652019000300004&Ing=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 de junho de 2023.

NETTO, J. P., BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1949>. Acesso em: 19 de junho de 2023.

SILVEIRA F. M.; MESENBURG A. M; BERTOLDI D. A.; MOLA L. C. **A associação entre desrespeito e abuso de mulheres durante o parto e depressão pós-parto**: achados do estudo de coorte de nascimentos de Pelotas 2015. *Jornal de Distúrbios Afetivos*, v. 256, p. 441-447, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jad.2019.06.016>. Acesso em: 02 de março de 2023.

TILIO R. D., MORÉ I. A. A., SAMPAIO N. P., RIBEIRO-LEANDRO R. C., COHEN C. R., LEONIDAS C. **Corpo feminino e violência de gênero**: uma análise do documentário “chega de fiu fiu”. *Psicol Soc.* n. 33, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33228620>. Acesso em: 26 de junho de 2023.

TRAJANO R. A.; BARRETO A. E. **Violência obstétrica na visão de profissionais de saúde**: a questão de gênero como definidora da assistência ao parto. *Interface (Botucatu)*, V. 25, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200689>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Maternal health**. 2023. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/maternal-health#tab=tab_1. Acesso em: 08 de setembro de 2023.

RETROSPETIVA E PERSPETIVAS ATUAIS DA AVALIAÇÃO DOS CURSOS E DAS IES ANGOLANAS – RESULTADOS DE DOIS ESTUDOS NUMA INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Data de aceite: 03/10/2023

Lando Emanuel Ludi Pedro

Doutor em Educação, especialista em Teoria e Desenvolvimento pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa; Professor Auxiliar no ISCED de Cabinda, Investigador na área de currículo e formação de professores. Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda, Angola

Mário Miguel Vemba

Doutorando em Educação, pela Universidade Estadual de Maringá; Professor Auxiliar no ISCED de Cabinda e Investigador na área de História de Educação. Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda, Angola

RESUMO: Este artigo baseia-se nos resultados de dois estudos, o primeiro, sobre avaliação de cursos, e o segundo, sobre os fatores que influenciam o desenvolvimento de uma melhor formação numa IES de formação inicial de professores. infraestruturas, bem como à má qualidade das existentes e também à fragilidade dos currículos. Com o estudo desenvolvido, pretende-se captar na opinião dos docentes e estudantes

quais são os fatores que determinam a qualidade do ensino na instituição e no desenvolvimento de uma melhor formação nos cursos de formação de professores. Os estudos seguiram uma metodologia de orientação quantitativo, análise descritiva e documental centrada nos critérios e dimensões de avaliação interna e externa seguida pelo INAAREES, responsável por este processo em Angola. A recolha de dados através de questionários aplicados permitiu uma extensa recolha de dados dos participantes intervenientes, professores e estudantes sobre a sua relação com a instituição, nomeadamente, compatibilidade do seu horário letivo com outras actividades de ensino, trabalho colaborativo, progressão na carreira, práticas pedagógicas, curso que lecionam, dos recursos disponíveis, da formação, das dinâmicas decorrentes. Os resultados dos estudos apontam: um posicionamento negativo dos estudantes em relação às infraestruturas e às condições de trabalho, bem como a má qualidade da existente; insatisfação com a inadequação entre as tarefas exigidas no curso e o tempo estabelecido para a sua realização, insatisfação com os recursos disponíveis e a qualidade de serviços prestado pelos diferentes órgãos da IES. Quanto à cantina,

a variedade e qualidade dos produtos e dos serviços prestados pela reprografia forma considerados negativos. A análise dos documentos permitiu constatar a intenção do estado que visa garantir a qualidade da educação e o desenvolvimento de um plano de melhorias das IES pública, públicoprivadas e privadas.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação dos cursos e das IES, Formação de professores, Qualidade de ensino e das instituições.

ABSTRACT: This article is based on the results of two studies, the first, on course evaluation, and the second, on the factors that influence the development of better training in an initial teacher education HEI. infrastructure, as well as the poor quality of existing ones and also the fragility of curricula. With the study developed, it is intended to capture in the opinion of teachers and students what are the factors that determine the quality of teaching in the institution and in the development of better training in teacher training courses. The studies followed a methodology of quantitative orientation, descriptive and documentary analysis focused on the criteria and dimensions of internal and external evaluation followed by INAAREES, responsible for this process in Angola. The collection of data through applied questionnaires allowed an extensive collection of data from the participants involved, teachers and students on their relationship with the institution, namely, compatibility of their teaching schedule with other teaching activities, collaborative work, career progression, pedagogical practices, course they teach, the available resources, the training, the dynamics derived. The results of the studies indicate: a negative positioning of the students in relation to the infrastructures and working conditions, as well as the poor quality of the existing one; dissatisfaction with the inadequacy between the tasks required in the course and the time established for its accomplishment, dissatisfaction with the available resources and the quality of services provided by the different organs of the HEI. As for the canteen, the variety and quality of the products and services provided by the reprography are considered negative. The analysis of the documents showed the intention of the state to ensure the quality of education and the development of a plan for the improvement of public, public, private and private HEIs.

KEYWORDS: Evaluation of courses and HEIs, Teacher training, Quality of teaching and institutions.

INTRODUÇÃO

O problema da qualidade de ensino é hoje um tema de interesse por parte de muitos investigadores na área da educação em Angola. Portanto, a questão da qualidade que muito tem sido mencionada não é um componente que é construído por si só. Trata-se de uma construção que exige a conjugação de esforços dos diferentes segmentos participantes do processo formativo numa determinada instituição de ensino superior (em diante, IES), tendo em vista a expansão do ensino superior (ES) no país, a avaliação e a garantia da qualidade são indispensáveis. Assim, as IES necessitam cada vez mais de trabalhar na melhoria dos seus serviços, procurando atingir níveis de qualificação passíveis de serem observáveis e medidos através de avaliações internas e externas. Como aponta Santos, citado por Almeida e Soares (2004) “após um período de crescimento quantitativo, as IES

orientam hoje as suas preocupações com a qualidade” (p. 17).

Neste sentido, a avaliação de cursos e IES surge para aferir a qualidade e eficácia do resultado da conjugação dos esforços dos diferentes atores. Assim, corroborando com Silva (2016) a avaliação como “alavanca da gestão das instituições universitárias, remete às IES, a necessidade da observância das normas como mecanismo de defesa no processo da sua qualificação” (p.159). É neste contexto que o Estado angolano aprovou um conjunto de instrumentos jurídicos, nomeadamente: o Regime Jurídico de Avaliação e Acreditação da Qualidade das Instituições de Ensino Superior (RJAAQES), aprovado no Decreto Presidencial nº 203/18, de 30 de agosto, a base jurídica do Sistema Nacional de Garantia da Qualidade do Ensino Superior (SNGQES) e o Decreto Executivo nº 109/20 de 10 de março, que regula o procedimento de avaliação externa e acreditação das IES e de cursos.

1 | ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 Perspetivas atuais de avaliação dos cursos e das IES em Angola

De acordo com Silva (2016), o Ministério do Ensino superior, encetava o processo de institucionalização da avaliação para acompanhar e aferir o grau de qualidade do subsistema e introduzir a lógica da qualidade nas IES. Corroborando com Silva (2016) Mendes (2016) diz que a intervenção da tutela na época, perspetivava a melhoria da capacidade institucional a estruturação da orgânica da tutela, incorporando unidades estruturais encarregues da avaliação e acreditação das IES e dos cursos ministrados. Entretanto, nunca se tinha verificado práticas consistentes para o cumprimento deste desiderato.

Como resultado, Mendes (2016), aponta que, naquela altura, prendia-se com a “quase total ausência de disposições legais, conforme a normas institucionais gerais ou específicos sobre a avaliação” (p. 24). A mesma autora acrescenta que as outras razões que inviabilizavam a implementação da avaliação foram a fraca funcionalidade da IES. Além disso, a avaliação institucional não era tida como uma tradição, entre as ações diárias e as dinâmicas organizacionais. E ainda, observava-se pouca compreensão do processo da avaliação e falta de preparação do pessoal. A avaliação, na lógica de processo que visa aferir a qualidade da IES e dos cursos nelas ministrados, necessita no seu desenvolvimento integrar os diferentes indicadores que permitem o pleno funcionamento de uma IES, o que muitas vezes não acontece. Silva faz esta observação quando afirma que a avaliação:

Tem sido geralmente associada à promoção e garantia da qualidade do desempenho da IES, centrando o seu foco na vertente do ensino-aprendizagem, com a preocupação de aferir a qualidade do desempenho académico dos alunos, como se esta fosse a única dimensão da qualidade do labor académico. (Silva, 2016, p. 164)

Neste estudo, embora os dados apresentados sejam retrospectivos, no entanto, a análise parte afasta-se do paradigma retrospectivo, evidenciando uma nova perspectiva na avaliação de cursos e IES, destacando outras dimensões que envolvem o trabalho acadêmico na IES e que, conseqüentemente, contribuem para a qualidade do ensino. Procurou-se também atender à perspectiva de Sacristán (2000, p. 312) que enfatiza que, “a avaliação atua como uma pressão modeladora da prática curricular, ligada a outros agentes, como a política curricular, o tipo de tarefas em que o currículo se expressa e a escolha de conteúdo ou atividades planejadas pelo professor.

1.2 Fatores que garantem a qualidade nas instituições de Ensino Superior

Estas são as diferentes dimensões em que se pode fixar o olhar na avaliação de um curso e de uma IES, tendo em conta o seu papel na determinação do desempenho e da qualidade. Considera-se que existem várias as dimensões, ou fatores que podem garantir o sucesso e a qualidade de ensino numa IES. Outro aspeto a ter em conta é que não basta apenas apontar os elementos. É importante ressaltar que esses elementos precisam trabalhar em forma de parceria, exigindo uma relação de interdependência, segundo o entendimento de Moreira (2014, p. 81) “a qualidade resulta de transação, de cooperação, de reflexão, de um debate constante entre os diversos atores nas diferentes dimensões do fenómeno educativo escolar”.

No entanto, verifica-se que, na abordagem do problema dos fatores que garantem a qualidade nas IES, muitos autores, em sua opinião, convergem em alguns aspetos ao delinearem tais fatores. Por exemplo, Menezes (2010, p. 84) considera que “o sucesso do ensino superior, entre outros vetores, depende de professores, alunos, da equipe responsável pela organização e gestão do estabelecimento, dos funcionários e da própria instituição”. Na visão de Silva (2016), essas dimensões, são o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o corpo docente, a organização e a gestão, o clima e cultura escolar, as instalações, os recursos didáticos, o processo de aprendizagem e formação, e o currículo. Silva entende esses fatores como aqueles que abrangem a avaliação institucional e influenciam diretamente os resultados de aprendizagem, como um indicador da qualidade educacional em uma IES.

1.3 Os professores e a sua prática

Um dos pilares que garante a capacidade de resposta aos desafios do ES numa dada IES é, naturalmente, o dos professores. Para a UNESCO (1999, p. 68), “muitos estabelecimentos de ensino gozam de prestígio pela iminência acadêmica dos professores. O seu papel representa um importante fator de autoridade moral e intelectual acadêmica [...]”. Tudo isto, graças à sua preparação científica e pedagógica, ao seu empenho e interesse

pelos alunos, à sua assiduidade, pontualidade e grau de exigência dos professores. Assim, a sua formação científica e pedagógica é um elemento fundamental, para que possam desempenhar melhor o seu papel, e dar respostas à altura. Por outras palavras, dito de outra forma, a chave da resposta esperada dos professores centra-se sobretudo na sua formação científica e pedagógica.

Para assegurar a formação científica e pedagógica dos professores, um dos elementos fundamentais apontados é a oportunidade de participarem em eventos capazes de proporcionar o seu crescimento científico e pedagógico, como é o caso de congressos, colóquios, conferências e seminários. Assim, entende-se que a participação neste tipo de eventos constitui uma necessidade imperiosa dos professores. Segundo Marques (2003), os professores que participam de eventos que oferecem oportunidades de formação, “podem voltar à escola com mais otimismo e mais vontade de experimentar coisas novas” (p. 78). Outras tarefas são afetadas pelo professor, segundo Sacristán (2000), “o papel profissional do professor, do ponto de vista didático, é especificado nas tarefas que ele tem que desenvolver para elaborar e conduzir situações justificáveis a partir de um determinado modelo educacional” (p. 233).

De acordo com Mesquita (2013) as tarefas do professor centram-se no domínio cognitivo e no conhecimento sobre as matérias que leciona, nomeadamente, sendo um facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz, organizando o trabalho em grupo e cuidando do equilíbrio psicológico e afetivo, bem como da integração social dos alunos. Especificamente aos professores do ES, Menezes (2010), observa que, o professor, cabe a tarefa da investigação; publicação de artigos científicos; estimular o pensamento dos alunos; estimular a criatividade, a inovação e o espírito crítico; ter iniciativa e eficácia nas atividades de planeamento e gestão universitária; avaliar e autoavaliar-se. Além disso, o professor, como nos diz Almeida e Soares (2004, p. 22), “a par da sua qualificação científica, interessa atender às suas competências pedagógicas e relacionais”. Dentre as duas competências destacadas por estes autores, destaca-se a questão relacional tanto para com os estudantes quanto para os seus colegas. Aos seus alunos, ele precisa expressar apoio e uma certa acessibilidade e disponibilidade para atendê-los, ouvir as suas preocupações, ajudá-los e orientá-los no que for necessário.

E quanto aos seus colegas, para além da boa relação que deve estabelecer com eles do ponto de vista humano, é necessária uma relação profissional coesa, em defesa dos ideais da instituição. Assim, os encontros de reflexão entre profissionais da mesma área de atuação são fundamentais para o crescimento mútuo. Uma das formas de promover o crescimento profissional são as oportunidades para os indivíduos refletirem sobre a sua prática, uma vez que este exercício permite a ajuda ou apoio entre os pares (MARQUES, 2003).

1.4 Os estudantes

Um dos principais indicadores da qualidade de ensino numa instituição de ensino superior refere-se à aprendizagem dos estudantes. Isto leva muitos investigadores a considerar os estudantes como um fator potencial que contribui para a garantia da qualidade numa IES. Por exemplo, num estudo feito por Almeida, Casanova & Gonçalves (2017), apoiado em diferentes estudos, os autores concluíram que, os fatores de sucesso escolar no ES, para além dos que estão relacionados com a instituição, o currículo e práticas pedagógicas dos professores, existem os que estão associados ao estudante.

Quando se refere à responsabilidade do estudante do ES, exige qualidades como a assiduidade às aulas, pontualidade, comprometimento, criatividade, entre outras. É evidente que os antecedentes da formação do estudante do ES, ou seja, a preparação prévia do mesmo antes de ingressar no ES, são fundamentais para o seu sucesso. No entanto, importa referir que a própria IES necessita de continuar a formação de qualidade que permitam ao estudante constituir um indicador de qualidade nessa instituição. Para isso, uma instituição onde o estudante está inserido precisa criar ambientes de ensino e aprendizagem para essas qualidades sejam observáveis nos estudantes.

Pieper (1963), ao falar sobre a missão da universidade para com o estudante, o autor afirmava que “é necessário, portanto, que os estudantes, sejam colocados em condições, sejam estimulados, continuamente provocados, impelidos pelo próprio espírito da instituição. Assim, entende-se que os estudantes caminham ao ritmo da instituição, ou seja, de acordo com os critérios de exigência da instituição. Para a criação de ambientes acima mencionados, é importante que a instituição, segundo Gil (2011, p. 41), saiba, por exemplo, “o que os estudantes pensam sobre o curso que fazem ou quais as suas aspirações profissionais”. Isto certamente implica o conhecimento prévio do estudante.

1.5 O currículo

Os cursos de uma determinada instituição de ensino caracterizam-se fundamentalmente por uma área de conhecimento, suportada pelo currículo. Neste sentido, de acordo com Paraskeva (2001, p. 96), o currículo é uma seleção de conteúdos, uma organização do conhecimento e habilidades e uma indicação de métodos relacionados a como os conteúdos devem ser selecionados. Acrescenta, os conteúdos curriculares são o espelho fiel dos saberes que a escola, na sua função socializadora, pretende transmitir, satisfazendo assim os anseios da sociedade.

Portanto, nas palavras de Pacheco (2014), “o currículo é conhecimento, um projeto definido pelas políticas de partilha de conhecimento”. O currículo, enquanto um dos dispositivos fundamentais de um curso, tem de ser equilibrado com outras componentes, a partir da própria estrutura do curso, dos objetivos do curso, da carga horária global do curso, da articulação entre as várias disciplinas do curso, da carga horária das diferentes

disciplinas, da componente teórica e prática do curso, a ligação do curso à realidade e o regime de acesso dos estudantes ao curso. Estes elementos identificam detalhadamente alguns indicadores apontados como aqueles que devem orientar a avaliação interna e externa de um curso à luz dos instrumentos apresentados pelo INAAAREES.

1.6 As condições de trabalho e de estudo

As condições de trabalho em qualquer instituição de ensino, superior ou não, desempenham um papel muito importante na ação dos professores, dos estudantes e, conseqüentemente, na qualidade do ensino, considerando o tempo em que professores e estudantes permanecem nela e as necessidades que os mantêm. Marques (2003), mostra que, como se passa tanto tempo na instituição, seria bom que esse lugar fosse confortável. Os professores e os estudantes precisam de sentir que o seu local de trabalho ou estudo é adequado para desempenho das suas funções. Assim, entende-se que o conforto da instituição é capaz de aumentar o empenho de professores e estudantes, e conseqüentemente a sua motivação para melhorar o seu desempenho.

1.7 A funcionalidade dos diferentes serviços

Além dos fatores acima mencionados como aqueles que garantem a qualidade de ensino nas IES, os diferentes serviços oferecidos na instituição, como os serviços da secretaria, da biblioteca, da reprografia, da cantina, entre outros, também complementam os fatores mencionados. Para Campos, Neto e Martins (2013), a adoção de práticas de excelência na gestão de serviços, seja em serviços centrais, facilitadores ou de apoio, é vital para a sobrevivência das IES. Se considerarmos isto, então, estes devem garantir as necessidades dos professores, dos estudantes ou mesmo de toda a comunidade académica sejam satisfeitas.

Para tal, é essencial melhorar a forma como os estudantes e professores são atendidos pelos responsáveis por estes serviços. Como afirma Marques (2003, p. 93), “a simpatia dos funcionários administrativos é crucial”. Eles devem ser atenciosos, prestativos e amigáveis. Isto é importante para toda a comunidade que frequenta uma determinada instituição de ensino. É claro que todos concordamos que ninguém gostaria de frequentar uma instituição de ensino onde as pessoas não são bem tratadas.

2 | O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DAS IES E DOS CURSOS DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

Em Angola, a avaliação dos cursos e das IES é da responsabilidade em parte das próprias IES e fundamentalmente da responsabilidade do Estado, através do Instituto

Nacional de Avaliação e Acreditação e Reconhecimento dos Estudos do Ensino Superior (INAAREES). Este Instituto está ao serviço do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) encarregado de assegurar a implementação e o desenvolvimento da avaliação e da acreditação no subsistema de ES. Cabe ao INAAREES implementar as políticas de avaliação e acreditação do ES e realizar a avaliação externa e a acreditação da qualidade das IES na sequência da autoavaliação realizada pelas próprias IES.

De acordo com a perspetiva, a avaliação da qualidade do ES ocorre em duas fases, sendo a avaliação externa e a autoavaliação. Conforme perspetivado, são reconhecidas três categorias principais de mecanismos de garantia da qualidade, ou seja, a avaliação interna, avaliação externa e acreditação. Neste processo, a autoavaliação é realizada pela própria instituição para aferir internamente o seu desempenho (INAAREES, 2022a, p. 12). Os princípios da autoavaliação baseiam-se nos cinco elementos, nomeadamente: participação, transparência, regularidade e progressão, obrigatoriedade e divulgação. Para avaliação dos cursos e programas, subdividem-se em dois grupos. A primeira compreende as dimensões, tais como: ensino, investigação, extensão universitária e administração e gestão organizacional. O segundo grupo compreende os indicadores, a saber: missão e plano de desenvolvimento institucional, gestão, currículos, corpo docente, corpo discente, pessoal técnico e administrativo, investigação, extensão, intercâmbio, infraestrutura e cumprimento da legislação em vigor (INAAREES, 2022a).

No entanto, a avaliação externa e a acreditação serão realizadas por uma comissão exterior, cuja composição é da responsabilidade do INAAREES. A avaliação externa das IES visa verificar e analisar a qualidade do desempenho das IES, bem como dos resultados do seu trabalho em todos os domínios, com referência à sua missão, aos padrões de qualidade legalmente estabelecidos e à correspondente atribuição de uma escala de desempenho, à pontuação da avaliação e de um nível de acreditação. Espera-se que seja feito um julgamento independente para avaliar os vários indicadores da qualidade considerados no exercício de autoavaliação, bem como na prestação de garantias à IES, parceiros e ao INAAREES.

Os princípios a ter em conta na avaliação externa, são: objetividade, complementaridade, igualdade, transparência, participação, regularidade e periodicidade, e confidencialidade. E, os indicadores de qualidade a serem observados, são os seguintes: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional, gestão, currículos, corpo docente, corpo discente, pessoal técnico administrativo, investigação, extensão, intercâmbio, infraestruturas e o cumprimento da legislação em vigente.

Quanto a avaliação externa de curso/ programa, esta procura, em primeiro lugar, obter um maior conhecimento sobre o nível de qualidade dos cursos/ programas. Em segundo, contribuir para a validação do relatório de autoavaliação e ajuizar sobre a adequação do plano de melhorias. De modo específico, esta avaliação visa: melhorar a

caracterização do contexto em que opera o curso/ programa; alargar o conhecimento sobre a estrutura organizacional e os processos de decisão inerentes a cada uma das áreas transversais e nucleares; ajuizar sobre os mecanismos internos de acompanhamento e Avaliação de desempenho da capacidade do curso e/ ou programa; validar o exercício de autoavaliação. Os princípios para esta fase da avaliação se assentam na objetividade, complementaridade, igualdade, transparência, participação, regularidade e periodicidade e na confidencialidade (INAAREES, 2022c).

De acordo com o Decreto Presidencial n.º 203/18 de 30 de agosto, a acreditação é o ato de certificação das IES e dos cursos/ programas, resultante dos resultados positivos da Avaliação Externa promovida pelo Departamento Ministerial responsável pela gestão do Subsistema de Ensino Superior”. O processo de acreditação de instituições, cursos e programas visa: tornar oficial e público o nível da qualidade de uma IES, curso e/ ou programa determinado por uma avaliação externa realizada para o efeito; proporcionar bases independentes e objetivas para estabelecer uma concorrência sólida entre IES e entre cursos e/ ou programas das mesmas; contribuir para a identificação de uma base de critérios de apoio estatal ou privado para as instituições, cursos e/ ou programas ministrados; fornecer ao público informações que permitam uma base de escolha entre os cursos e/ ou programas ministrados pelas IES. (INAAREES, 2022d).

3 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste artigo enquadra-se no paradigma quantitativa, de natureza descritiva, utilizando questionários como ferramenta de coleta de dados. Foram aplicados 625 questionários, correspondendo a 50% dos estudantes matriculados e 48 questionários distribuídos aos professores, correspondendo a 50% do universo docente. Neste sentido, a investigação baseada neste paradigma visa explicar a realidade da instituição, de forma a fazer previsões e desenvolver teorias explicativas. Assim, no plano epistemológico, é inegável que os dados coletados buscam responder muitas questões socioeducativas. Para a descrição e análise dos dados utilizamos o Programa “Software” SPSS. O questionário aplicado seguiu o critério da escala de linkert, isto é, uma escala de cinco níveis, na qual cada um dos diferentes níveis é de igual amplitude (Freixo, 2011). A baixo apresentaremos os resultados, a fim de descrever os fatores que determinam a qualidade do ensino na instituição e quais são os fatores que influenciam o desenvolvimento de uma melhor formação nas IES em Angola.

4 | APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Quanto à avaliação da qualidade das instalações da instituição, considerando as respostas dos estudantes, os resultados evidenciam um posicionamento negativo de insatisfação, numa ordem de 76% quando questionados sobre as infraestruturas; condições

das salas de aulas; recursos e equipamentos audiovisuais disponíveis; equipamentos e “softwares” do laboratório de informática e localização das salas de aulas.

No que respeita à qualidade dos serviços prestados, consideramos que as condições de trabalho devem ser suportadas pelas infraestruturas da instituição, que devem assegurar a disponibilidade de espaços de trabalho e assegurar a funcionalidade e equipar os seguintes salas: laboratórios, sala de Informática, funcionalidade e adequação das seguintes instalações de uso geral: biblioteca, salas de aula, anfiteatros. Além disso, o acesso a meios informáticos de apoio, como computadores para a elaboração de trabalhos e o acesso à internet. Da mesma formas, as áreas circundantes como jardins, átrios e corredores, instalações sanitárias, bar, cantina. Esses aspetos também estiveram entre muitos aspetos analisados por Campos, Neto e Martins (2013), em seu estudo sobre “qualidade dos serviços na educação superior”, para analisar a qualidade dos serviços oferecidos aos estudantes pelas IES.

Na dimensão cursos e suas componentes, os resultados mostram que os estudantes avaliaram com satisfação “posicionamento positivo” o curso e as suas componentes, particularmente nas subdimensões: relação com os professores; relação com os colegas; adequação entre o envolvimento pessoal no curso e desempenho académico obtido; reconhecimento dos professores do seu envolvimento com a formação. No entanto, em relação à metodologia dos professores; relevância dos conteúdos e da modalidade de avaliação dos professores, os resultados apontam para uma avaliação negativa, ou seja, expressa insatisfação dos estudantes.

Os estudantes consideram que é necessário adequar as tarefas exigidas no curso e o tempo definido pelos professores para a sua realização. Uma vez que os níveis de satisfação parecem ser baixos, tal como se verificou em outros estudos (Gomes, Silva & Silva, 2004; Smart & Cappel, 2006). Os resultado indicam que os professores expressam nas suas respostas as necessidades de formação continua; formação especializada e pós-graduada.

Embora inicialmente os estudantes tenham avaliado com pouca satisfação as estratégias de avaliação dos professores, contudo, manifestaram um posicionamento positivo em relação aos conteúdos curriculares (76%); atenção dos professores às dúvidas (74,1%); relação professores e estudantes (70%) e a assiduidade dos professores (68,8%). Em outras palavras, o conhecimento do aluno, especialmente de suas características, aspirações profissionais, bem como suas expectativas em relação ao curso que frequenta, contribui não só para a redefinição dos conteúdos e práticas dos professores, mas também contribui para a redefinição das políticas de acolhimento e a criação de serviços de apoio ao aluno, fatores muito importantes para a satisfação do aluno e, conseqüentemente, melhorar o comprometimento e desempenho dos alunos (Gonçalves & Almeida (2017, p. 147; Gil, 2011).

CONCLUSÕES

As perspetivas atuais apontam para muito recente aprovação de legislação e enquadramento no estatuto das IES o departamento de avaliação e garantia e controlo interno da qualidade no domínio formal. Portanto, a avaliação interna e a externa é, por enquanto, uma intenção focada na conformidade e cumprimento legal. No âmbito da construção de um quadro normativo do processo de avaliação, as IES são regulam-se pelo Decreto-lei n.º 32/2020, de 12 de agosto, Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino; Decreto n.º 203/2018, referente ao Regime Jurídico de Avaliação e acreditação da qualidade das IES; Decreto Presidencial n.º 191/2018; Decreto Presidencial n.º 173/2013, de 29 de outubro, que aprova o Estatuto Orgânico do INAAAREES; Decreto presidencial n.º 193/18, de 10 de agosto. (2018) que aprova as Normas Curriculares Gerais para os cursos de Graduação do Subsistema de Ensino Superior. Bem como a publicação de manual de avaliação externa de cursos e/ou programas; manual de procedimentos de acreditação de instituições, cursos e/ou programas; o guião de autoavaliação, cursos e/ou programas e o manual de avaliação externa das IES.

Embora se diga frequentemente neste artigo que a avaliação interna e externa é regulada pelo Estado, não retira a influência da regulação transnacional nas políticas de avaliação dos cursos e das IES angolanas, uma vez que há consenso a nível dos PALOP quanto às normas para a conceção, gestão e avaliação de referências. O insucesso, talvez, se deva ao facto de que as orientações são implementadas de forma diferente em cada sistema de ensino. Apesar dos compromissos assumidos pelos Estados em diferentes fóruns internacionais, é importante dizer que para o contexto angolano é necessários promover uma definição clara das responsabilidades dos vários órgãos e instituições envolvidos, a partir da clarificação das funções dos vários atores e incluindo necessariamente a participação de estudantes, dos funcionários administrativos e professores.

REFERÊNCIAS

Almeida, L. S., Soares, A. P. (2004). Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. In: Mercuri, E., Polydoro, S. A. J. (Orgs). *Estudante Universitário: características e experiências de formação*. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária.

Almeida, L. S.; Casanova, J. R., Gonçalves, E. T. (2017). Caracterização e sucesso escolar dos estudantes do 1º ano da Universidade do Minho: dados relativos a 2015/2016. In: Almeida, L. S., Castro, R. V. (Orgs). *Ser Estudante no Ensino Superior: as respostas institucionais à diversidade de públicos*. Centro de Investigação em Educação (CIE), Universidade do Minho.

Azancot de Menezes, M. (2010). *Reflexões sobre educação*. Luanda: Mayamba.

Campos, D. F., Neto, M. L., Martins, L. D. S. (2013). Qualidade dos serviços na educação superior: uma visão comparativa entre dois cursos de graduação. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 15-38, abr./jun. 2013.

Gil, A. C. (2011). *Didática do Ensino Superior*. São Paulo: Atlas.

Gonçalves, P., Almeida, L. S. (2017). Sucesso académico no Ensino Superior: estudo com os estudantes M23. In: Almeida, L. S., Castro, R. V. (Orgs). *Ser Estudante no Ensino Superior: as respostas institucionais à diversidade de públicos*. Centro de Investigação em Educação (CIE), Universidade do Minho.

INAAREES. (2022a). *Guião de Auto-Avaliação de Instituições de Ensino Superior, cursos e / ou programas*. Luanda: Damer Gráficas.

INAAREES. (2022b). *Manual de avaliação externa de Instituições de Ensino Superior*. Luanda: Damer Gráficas.

INAAREES. (2022c). *Manual de avaliação externa de cursos e / ou programas*. Luanda: Damer Gráficas.

INAAREES. (2022d). *Manual de procedimentos de acreditação de instituições, cursos e / ou programas*. Luanda: Damer Gráficas.

Marques, R. (2003). *Motivar os professores: um guia para o desenvolvimento profissional*. Lisboa: Editorial Presença.

Mendes, M. C. B. (2016). Sistema de avaliação e de garantia da qualidade do ensino superior em Angola: um dispositivo em construção. In: *Revista FORGES / Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa*. – Vol. 3, n. 1(2016) -

Mesquita, E. C. (2013). *Competências do professor: representações sobre a formação e a profissão*. Lisboa: Edições Sílabo.

Moreira, A. F. B. (2014). Renovando a escola e o currículo. In: Morgado, J. C., Quitambo, A. D. (Orgs). *Currículo, avaliação e inovação em Angola: perspetivas e desafios*. Benguela: Ondjiri.

Pacheco, J. A. (2014). Currículo, aprendizagem e avaliação. In: Morgado, J. C., Quitambo, A. D. (Orgs). *Currículo, avaliação e inovação em Angola: perspetivas e desafios*. Benguela: Ondjiri.

Paraskeva, J. M. (2001). *A dinâmica dos conflitos ideológicos e culturais na fundamentação do currículo*. Porto: Edições ASA.

Pieper, J. (1963). *Abertura para o todo: a chance da Universidade*.

Gimeno Sacristán, J. (2000). *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed.

Silva, E. A. (2016). *Gestão do Ensino Superior em Angola: realidades, tendências e desafios rumo a qualidade*. Luanda: Mayamba.

UNESCO. (1999). *Política de Mudança e Desenvolvimento no Ensino Superior*. (tradução e revisão Laura A. F. Fusaro). Rio de Janeiro. Garamond.

EL DESARROLLO DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONALES EN ESTUDIANTES: ELEMENTOS PARA SU CONTEXTUALIZACIÓN INTERNACIONAL

Data de aceite: 03/10/2023

Guadalupe María Medina Romero

Doctora en Ciencias de la Educación por
la Universidad Contemporánea de las
Américas.

Morelia, México

<https://orcid.org/0009-0009-5528-5334>

RESUMEN: En estos espacios se lleva a cabo una exposición de los elementos para la contextualización internacional del desarrollo de habilidades socioemocionales en estudiantes, considerando el caso de la educación básica. Los datos derivados de tal contextualización a nivel mundial dan cuenta de la importancia del desarrollo socioemocional en la educación. Así, la promoción del desarrollo de habilidades socioemocionales en los estudiantes no solo contribuye a su bienestar, sino que también tiene un impacto positivo en su rendimiento académico y en el ambiente escolar. Por lo tanto, es fundamental que los sistemas educativos consideren la implementación de programas y estrategias que fomenten el desarrollo socioemocional de los estudiantes.

PALABRAS-CLAVE: Habilidades socioemocionales, desarrollo socioemocional, educación básica, contextualización

internacional, estudiantes.

THE DEVELOPMENT OF SOCIO-EMOTIONAL SKILLS IN STUDENTS: ELEMENTS FOR ITS INTERNATIONAL CONTEXTUALIZATION

ABSTRACT: In these spaces, an exhibition of the elements for the international contextualization of the development of socio-emotional skills in students is carried out, considering the case of basic education. The data derived from such contextualization worldwide show the importance of socio-emotional development in education. Thus, promoting the development of socio-emotional skills in students not only contributes to their well-being, but also has a positive impact on their academic performance and the school environment. Therefore, it is essential that educational systems consider the implementation of programs and strategies that promote the socio-emotional development of students.

KEYWORDS: Socio-emotional skills, socio-emotional development, basic education, international contextualization, students.

INTRODUCCIÓN

El desarrollo socioemocional en los estudiantes, considerando en un primer momento el caso de la educación básica, constituye un tópico de gran relevancia a escala internacional. Distintos estudios e investigaciones han demostrado la importancia de promover el desarrollo de habilidades socioemocionales en los estudiantes, ya que esto contribuye a su bienestar y éxito académico.

Así, de acuerdo con datos de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE), en un estudio realizado en varios países, se encontró que los estudiantes que participaron en programas de desarrollo socioemocional mostraron un incremento en sus habilidades sociales y emocionales, así como una mejora en su rendimiento académico (OCDE, 2015). En la misma tesitura, un documento publicado por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) en 2022, destacó la importancia de la educación socioemocional en la formación integral de los estudiantes. Según este documento, la educación socioemocional contribuye a la reducción de la violencia escolar, mejora el clima escolar y promueve la convivencia pacífica entre los estudiantes (Renna, H., 2022).

En una investigación llevada a cabo en Estados Unidos por Durlak *et al.* (2011), se encontró que los programas de desarrollo socioemocional implementados en las escuelas tuvieron un impacto positivo en el bienestar de los estudiantes. Los resultados mostraron que los estudiantes que participaron en estos programas presentaron una disminución en los problemas de conducta y una mejora en su autoestima y habilidades sociales.

Y en el ámbito latinoamericano, un estudio realizado por el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) en varios países de la región, advirtió que la implementación de programas de desarrollo socioemocional en las escuelas tuvo un impacto positivo en el rendimiento académico de los estudiantes. Además, se observó una reducción en los índices de violencia escolar y una mejora en el clima escolar (Arias, E., *et al.*, 2020).

El objetivo de este trabajo consiste en exponer los elementos para la contextualización internacional del desarrollo de habilidades socioemocionales en estudiantes, considerando el caso de la educación básica. Y el contenido del documento en curso se encuentra organizado a través de la siguiente estructura: en un primer apartado, se abordan *los pilares de la educación*, donde se consideran los aprendizajes fundamentales en el transcurso de la vida para cada persona; el segundo segmento incursiona en torno a *los siete saberes necesarios de la educación del futuro*, en la concepción de Edgar Morin; un tercer apartado se dedica al *Foro Mundial sobre Educación para Todos*, retomando los objetivos y las conclusiones del mismo en aras de la adopción de un marco de acción orientado a garantizar el derecho a la educación de calidad; y un cuarto segmento temático se orienta a la exposición de *la Conferencia Mundial de Educación para Todos y el Marco de Acción para Satisfacer Necesidades Básicas de Aprendizaje*. Por último, se entrega una

serie de reflexiones en el apartado de *consideraciones finales*.

1 | LOS PILARES DE LA EDUCACIÓN

El comienzo del siglo XXI, fue concebido como una coyuntura que ofrecería recursos sin precedentes, tanto a la circulación y al almacenamiento de informaciones, como a la comunicación; y que plantearía a la educación una doble exigencia que, a primera vista, podría parecer casi contradictoria: la educación debería transmitir, masiva y eficazmente, un volumen cada vez mayor de conocimientos teóricos y técnicos evolutivos, adaptados a la civilización cognoscitiva, porque son las bases de las competencias del futuro. Simultáneamente, deberá hallar y definir orientaciones que permitan no dejarse sumergir por las corrientes de informaciones más o menos efímeras que invaden los espacios públicos y privados y conservar el rumbo en proyectos de desarrollo individuales y colectivos (Delors, 1994).

Y, es que, para cumplir el conjunto de las misiones que les son propias, la educación debe estructurarse en torno a cuatro aprendizajes fundamentales que en el transcurso de la vida serán para cada persona, en cierto sentido, los pilares del conocimiento: aprender a conocer, es decir, adquirir los instrumentos de la comprensión; aprender a hacer, para poder influir sobre el propio entorno; aprender a vivir juntos, para participar y cooperar con los demás en todas las actividades humanas; por último, aprender a ser, un proceso fundamental que recoge elementos de los tres anteriores. Por supuesto, estas cuatro vías del saber convergen en una sola, ya que hay entre ellas múltiples puntos de contacto, coincidencia e intercambio.

Aprender a conocer

Este tipo de aprendizaje, que tiende menos a la adquisición de conocimientos clasificados y codificados que al dominio de los instrumentos mismos del saber, puede considerarse a la vez medio y finalidad de la vida humana. El incremento del saber, que permite comprender mejor las múltiples facetas del propio entorno, favorece el despertar de la curiosidad intelectual, estimula el sentido crítico y permite descifrar la realidad, adquiriendo al mismo tiempo una autonomía de juicio.

Desde esa perspectiva, insistimos en ello, es fundamental que cada niño, donde quiera que este, pueda acceder de manera adecuada al razonamiento científico y convertirse para toda la vida en un *amigo de la ciencia* en los niveles de enseñanza secundaria y superior, la formación inicial de proporcionar a todos los alumnos los instrumentos, conceptos y modos de referencia resultantes del progreso científico y de los paradigmas de la época. Por ello, a decir de Lurent, “en nuestros días una mente verdaderamente formada necesita una amplia cultura general y tener la facilidad de estudiar a fondo un pequeño número de

materias. De un extremo a otro de la enseñanza, debemos favorecer la simultaneidad de ambas tendencias” (Lurent, 1993: 3), pues la cultura general, apertura a otros lenguajes y conocimientos, permite ante todo comunicar.

El ejercicio de la memoria, por otra parte, es un antídoto necesario contra la invasión de las informaciones instantáneas. Desde luego, hay que ser selectivos, en la elección de los datos que aprenderemos *de memoria*, pero debe cultivarse con esmero la facultad intrínsecamente humana de memorización asociativa, irreducible a un automatismo. Todos los especialistas coinciden en afirmar la necesidad de entrenar la memoria desde la infancia y estiman inadecuado suprimir de la práctica escolar algunos ejercicios tradicionales considerados tediosos.

Aprender a hacer

Aprender a conocer y aprender a hacer son, en gran medida, términos indisociables. Pero lo segundo está más estrechamente vinculado a la cuestión de la forma profesional: ¿cómo enseñar al alumno a poner en práctica sus conocimientos y, al mismo tiempo, como adaptar la enseñanza al futuro mercado del trabajo, cuya evolución no es totalmente previsible? Ya no puede darse a la expresión *aprender a hacer* el significado simple que tenía cuando se trataba de preparar a alguien para una tarea material bien definida, para que participase en la fabricación de algo.

Los aprendizajes deben, así pues, evolucionar y ya no pueden considerarse mera transmisión de prácticas más o menos rutinarias. A las tareas puramente físicas suceden tareas de producción más intelectuales, más cerebrales como el mando de máquinas, su mantenimiento y supervisión y tareas de diseño, estudio y organización, a medida que las propias máquinas se vuelven más *inteligentes* y que el trabajo se *desmaterializa*.

Cada vez con más frecuencia, los empleadores ya no exigen una calificación determinada, que consideran demasiado unida todavía a la idea de pericia material, y piden, en cambio, un conjunto de competencias específicas a cada persona, que combina la calificación propiamente dicha, adquirida mediante la formación técnica y profesional, el comportamiento social, la aptitud para trabajar en equipo, la capacidad de iniciativa y la de asumir riesgos.

Muchos servicios se definen, principalmente, en función de la relación interpersonal que generan. Resulta entonces comprensible que la tarea de la que se trate ya no pueda prepararse de la misma manera que si se fuera a trabajar la tierra o a fabricar una chapa metálica. La relación con la materia y la técnica debe ser complementada por una aptitud para las relaciones interpersonales. El desarrollo de los servicios obliga, pues, a cultivar cualidades humanas que las formaciones tradicionales no siempre inculcan y que corresponden a la capacidad de establecer relaciones estables y eficaces entre las personas.

Aprender a vivir juntos, aprender a vivir con los demás

Sin duda, este aprendizaje constituye una de las principales empresas de la educación contemporánea. La historia humana siempre ha sido conflictiva, pero hay elementos nuevos que acentúan el riesgo, en particular el extraordinario potencial de autodestrucción que la humanidad misma ha creado durante el siglo XX.

La idea de enseñar la no-violencia en la escuela es loable, aunque solo sea un instrumento entre varios para combatir los prejuicios que llevan al enfrentamiento. Es una tarea ardua, ya que, como es natural, los seres humanos tienden a valorar en exceso sus cualidades y las del grupo al que pertenecen y a alimentar prejuicios desfavorables hacia los demás. La actual atmósfera competitiva imperante en la actividad económica de cada nación y, sobre todo a nivel internacional, tiende además a privilegiar el espíritu de competencia y el éxito individual.

Parecería entonces adecuado dar a la educación dos orientaciones complementarias. En el primer nivel, el descubrimiento gradual del otro. En el segundo, y durante toda la vida, la participación en proyectos comunes, un método quizá eficaz para evitar o resolver los conflictos latentes. Así, se tiene: 1. El descubrimiento del otro: pasa forzosamente por el descubrimiento de uno mismo; por consiguiente, para desarrollar en el niño y el adolescente una visión cabal del mundo la educación, tanto si la imparte la familia como si la imparte la comunidad o la escuela, primero debe hacerle descubrir quién es. Solo entonces podrá realmente ponerse en el lugar de los demás y comprender sus reacciones; y, 2. Cuando se trabaja mancomunadamente en proyectos motivadores: que permiten escapar a la rutina, disminuyen y a veces hasta desaparecen las diferencias e incluso los conflictos entre los individuos. Esos proyectos que permiten superar los hábitos individuales y valoran los puntos de convergencia por encima de los aspectos que se paran, dan origen a un nuevo modo de identificación.

Aprender a ser

La educación debe contribuir al desarrollo global de cada persona: cuerpo y mente, inteligencia, sensibilidad, sentido estético, responsabilidad individual, espiritualidad. Todos los seres humanos deben estar en condiciones, en particular gracias a la educación recibida en su juventud, de dotarse de un pensamiento autónomo y crítico y de elaborar un juicio propio, para determinar por sí mismos qué deben hacer en las diferentes circunstancias de la vida.

El problema ya no será tanto preparar a los niños para vivir en una sociedad determinada sino, más bien, dotar a cada cual de fuerzas y puntos de referencia intelectuales permanentes que le permitan comprender el mundo que le rodea y comportarse como un elemento responsable y justo. Más que nunca, la función esencial de la educación es conferir a todos los seres humanos la libertad de pensamiento, de juicio, de sentimientos

y de imaginación que necesitan para que sus talentos alcancen la plenitud y seguir siendo artífices, en la medida de lo posible, de su destino.

Este desarrollo del ser humano, que va del nacimiento al fin de la vida, es un proceso dialéctico que comienza por el conocimiento de sí mismo y se abre después a las relaciones con los demás. En este sentido, la educación es ante todo un viaje interior cuyas etapas corresponden a las de la maduración, constante de la personalidad. En el caso de una experiencia profesional positiva, la educación, como medio para alcanzar esa realización, es, pues, a la vez un proceso extremadamente individualizado y una estructuración social interactiva.

2 | LOS SIETE SABERES NECESARIOS DE LA EDUCACIÓN DEL FUTURO

Edgar Morin (1999), menciona la existencia de siete saberes «fundamentales» que la educación del futuro debería tratar en cualquier sociedad y en cualquier cultura sin excepción alguna ni rechazo según los usos y las reglas propias de cada sociedad y de cada cultura. Además, el saber científico sobre el cual se apoya este texto para situar la condición humana no sólo es provisional, sino que destapa profundos misterios concernientes al Universo, a la Vida, al nacimiento del Ser Humano. Aquí se abre un indecible en el cual intervienen las opciones filosóficas y las creencias religiosas a través de culturas y civilizaciones.

Dichos saberes son, en primer lugar, las cegueras del conocimiento: el error y la ilusión. Es necesario introducir y desarrollar en la educación el estudio de las características cerebrales, mentales y culturales del conocimiento humano, de sus procesos y modalidades, de las disposiciones tanto síquicas como culturales que permiten arriesgar el error o la ilusión. El segundo saber se relaciona con los principios de un conocimiento pertinente. Es necesario desarrollar la aptitud natural de la inteligencia humana para ubicar todas sus informaciones en un contexto y en un conjunto. Y es necesario enseñar los métodos que permiten aprehender las relaciones mutuas y las influencias recíprocas entre las partes y el todo en un mundo complejo.

El tercer saber implica enseñar la condición humana. El ser humano es a la vez físico, biológico, síquico, cultural, social, histórico. Es esta unidad compleja de la naturaleza humana la que está completamente desintegrada en la educación a través de las disciplinas y que imposibilita aprender lo que significa ser humano. El cuarto saber se relaciona con enseñar la identidad terrenal. El conocimiento de los desarrollos de la era planetaria que van a incrementarse en el siglo XXI y el reconocimiento de la identidad terrenal que será cada vez más indispensable para cada uno y para todos deben convertirse en uno de los mayores objetos de la educación.

El quinto saber alude a enfrentar las incertidumbres. La educación debería comprender la enseñanza de las incertidumbres que han aparecido en las ciencias físicas

(microfísica, termodinámica, cosmología), en las ciencias de la evolución biológica y en las ciencias históricas. El sexto saber se relaciona con enseñar la comprensión. Así, la comprensión mutua entre humanos, tanto próximos como extraños es en adelante vital para que las relaciones humanas salgan de su estado bárbaro de incomprensión: el bucle individuo ↔ sociedad ↔ especie.

Y, respecto al séptimo saber, este identifica la enseñanza de una ética válida para todo el género humano, en el contexto de las éticas particulares y como una exigencia de nuestro tiempo. Hay una relación de triada: individuo ↔ sociedad ↔ especie. Los individuos son el producto del proceso reproductor de la especie humana, pero este mismo proceso debe ser producido por dos individuos. Las interacciones entre individuos producen la sociedad y ésta, que certifica el surgimiento de la cultura, tiene efecto retroactivo sobre los individuos por la misma cultura. Individuo especie sociedad.

Por último, la complejidad humana no se comprendería separada de estos elementos que la constituyen: todo desarrollo verdaderamente humano significa desarrollo conjunto de las autonomías individuales, de las participaciones comunitarias y del sentido de pertenencia con la especie humana (Educación, 2019).

3 I EL FORO MUNDIAL SOBRE EDUCACIÓN PARA TODOS

En el Foro Mundial sobre Educación para Todos, desarrollado en Dakar (Senegal), en el año 2000, se establecieron ciertas conclusiones adoptando un marco de acción orientado a garantizar el derecho a la educación de calidad a través del planteamiento de los objetivos siguientes: a) expandir y mejorar el cuidado infantil y la educación inicial integrales, especialmente para los niños y niñas más vulnerables y en desventaja; b) asegurar que para el 2015 todos los niños y niñas, especialmente en circunstancias difíciles, accedan y completen una educación primaria gratuita, obligatoria y de buena calidad; c) asegurar la satisfacción de las necesidades de aprendizaje de jóvenes y adultos a través del acceso equitativo a programas apropiados de aprendizaje de habilidades para la vida y para la ciudadanía; d) mejorar en un 50% los niveles de alfabetización de adultos para el 2015, especialmente entre las mujeres y lograr el acceso equitativo a la educación básica y permanente para todas las personas adultas; e) eliminar las disparidades de género en educación primaria y secundaria para el 2005, y lograr la equidad de géneros para el 2015, en particular asegurando a las niñas acceso a una educación básica de calidad y rendimientos plenos e igualitarios; f) mejorar todos los aspectos de la calidad de la educación y asegurar la excelencia de todos, de modo que todos logren resultados de aprendizajes reconocidos y medibles, especialmente en torno a la alfabetización, el cálculo y las habilidades esenciales para la vida (UNESCO, 2000).

4 I LA CONFERENCIA MUNDIAL DE EDUCACIÓN PARA TODOS Y EL MARCO DE ACCIÓN PARA SATISFACER NECESIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAJE

En el contexto de la Conferencia Mundial de Educación para Todos: satisfacción de las necesidades básicas de aprendizaje, celebrada en Jomtien (Tailandia) en el año 1990, se pudieron diagnosticar tres problemáticas fundamentales, a saber, las oportunidades educativas eran limitadas, muchas personas tenían poco o nulo acceso a la educación; la concepción de la educación en términos muy restringidos de alfabetización y cálculo y no en una base más amplia de aprendizajes para la vida; y ciertos grupos marginales de personas en condición de vulnerabilidad enfrentaban el riesgo de ser totalmente excluidos de la educación (UNESCO, 1990).

La Conferencia de Jomtien representó sin duda alguna un hito importante en el diálogo internacional sobre el lugar que ocupa la educación en la política de desarrollo humano; el consenso en ella alcanzado ha dado renovado impulso a la campaña mundial dirigida a proporcionar una enseñanza primaria universal y a erradicar el analfabetismo de los adultos (UNESCO, 1990: 2). Además, ha suscitado esfuerzos con vistas a mejorar la calidad de la educación básica y a dar con los medios más eficaces y baratos para satisfacer las necesidades básicas de aprendizaje de diversos grupos desasistidos.

Junto con la Conferencia, el Marco de Acción Para Satisfacer Necesidades Básicas de Aprendizaje constituyen documentos que representan, pues, un consenso mundial sobre una visión ampliada de la educación básica y dan cuenta de un compromiso renovado para garantizar que las necesidades básicas de aprendizaje de todos, niños y niñas, jóvenes y personas de edad adulta se satisfacen realmente en todos los países (UNESCO, 1990: 3).

CONSIDERACIONES FINALES

Las habilidades socioemocionales son *conductas* aprendidas por las personas desde el seno familiar; y son *actitudes positivas* que permiten tener buenas relaciones con uno mismo y con los demás. Estas deben ser cultivadas en el transcurso de la vida para aprender a convivir en sociedad y tener éxito en la vida, por tanto, las mismas resultan un imperativo para la enseñanza, desde la educación infantil, primaria, secundaria, familia y hasta la formación de adultos. Y se considera, por lo tanto, que la educación socioemocional debe ocupar un espacio fundamental en el trabajo del docente, pues el fin educativo radica en preparar al estudiante para la vida; para enfrentar y resolver problemas sin ansiedades e interactuando positivamente consigo mismo y con los demás.

En estos espacios se ha llevado a cabo una exposición de los elementos para la contextualización internacional del desarrollo de habilidades socioemocionales en estudiantes, considerando el caso de la educación básica. Los datos derivados de tal contextualización a nivel mundial dan cuenta de la importancia del desarrollo socioemocional en la educación. Así, la promoción del desarrollo de habilidades socioemocionales en los

estudiantes no solo contribuye a su bienestar, sino que también tiene un impacto positivo en su rendimiento académico y en el ambiente escolar.

Por lo anterior, es fundamental que los sistemas educativos consideren la implementación de programas y estrategias que fomenten el desarrollo socioemocional de los estudiantes. Y, en consecuencia, resulta de imperativo que las autoridades educativas y la sociedad en general trabajen en conjunto para garantizar una educación integral que promueva el bienestar emocional y social de los estudiantes.

REFERENCIAS

Arias, E., e Hincapié, D. (2020). *Educar para la vida: El desarrollo de las habilidades socioemocionales y el rol de los docentes*. Banco Interamericano de Desarrollo.

Delors, J. (1996). Los cuatro pilares de la educación, en *La educación encierra un tesoro. Informe a la UNESCO de la Comisión Internacional sobre la Educación para el Siglo XXI*, Madrid, España: Santillana/UNESCO.

Durlak, J. A., Weissberg, R. P., Dymnicki, A. B., Taylor, R. D., Schellinger, K. B. (2011). The impact of enhancing students' social and emotional learning: A meta-analysis of school-based universal interventions. *Child Development*, 82 (2011), pp. 405-432. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8624.2010.01564.x>

Educación, S. (2019). *Análisis Internacional Informe Fundación Botín*. 21 de abril. <https://www.fundacionbotin.org/89dguuytdfr276eduploads/EDUCACION/ANALISIS%20INTERNACIONAL/2015/espanol/ES2015-nforme%20Completo.pdf>

Lurent, S. (1993). *L'enseignement scientifique*. Paris: Institut de France, Reflexions sur L'enseignement.

Morin, E. (1999). *Los siete saberes necesarios para la educación del futuro*. París: UNESCO.

OECD. (2015). *Skills for Social Progress: The Power of Social and Emotional Skills*, OECD Skills Studies, OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264226159-en>

Renna, H. (2022). *Transformar-nos: marco para la transformación educativa basado en el aprendizaje socioemocional en América Latina y el Caribe*. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000383816>

UNESCO. (1990). *Declaración Mundial sobre Educación para Todos. Satisfacción de las Necesidades Básicas de Aprendizaje*. Jomtien, Tailandia. www.oei.es/efa2000jomtien.htm

----- (2000). *Marco de Acción de Dakar. Educación para Todos: cumplir nuestros compromisos comunes*. Dakar, Senegal: UNESCO.

O SETOR DE RECURSOS HUMANOS E ADVERSIDADES ENFRENTADAS NAS ORGANIZAÇÕES DO RAMO DO ENSINO SUPERIOR

Data de submissão: 07/08/2023

Data de aceite: 03/10/2023

Daniela Bertuzzi Barazetti

Discente do Curso de Psicologia,, Nível
VI 2022/2- Centro Universitário IDEAU –
Getúlio Vargas/RS

Eduana Cristina Figueiró

Discente do Curso de Psicologia,, Nível
VI 2022/2- Centro Universitário IDEAU –
Getúlio Vargas/RS

Danubia Urbano Gomes

Discente do Curso de Psicologia,, Nível
VI 2022/2- Centro Universitário IDEAU –
Getúlio Vargas/RS

Marina da Costa Mezadri

Discente do Curso de Psicologia,, Nível
VI 2022/2- Centro Universitário IDEAU –
Getúlio Vargas/RS

Jordana Calcing

Docente do Curso de Psicologia, Nível
VI 2022/2 - Centro Universitário IDEAU –
Getúlio Vargas/RS

Iara Silveira Fernandes

Docente do Curso de Psicologia, Nível
VI 2022/2 - Centro Universitário IDEAU –
Getúlio Vargas/RS

Mayara Quevedo Ribeiro

Docente do Curso de Psicologia, Nível
VI 2022/2 - Centro Universitário IDEAU –
Getúlio Vargas/RS

RESUMO: O presente estudo teve por objetivo verificar a estrutura (sistemas e subsistemas) do setor de Recursos Humanos, bem como compreender as potencialidades, dificuldades, oportunidades de melhorias e como se dá a atuação do psicólogo organizacional e do trabalho nesse meio. Trata-se de uma pesquisa qualitativa estudo de caso único realizado com uma organização do ramo do ensino superior. Conclui-se que o sistema de Recursos Humanos da instituição estudada vem se desenvolvendo, contudo, enfrentando determinados impasses quanto a sua estrutura de subsistemas, que podem avançar a partir de estruturação dos subsistemas não encontrados em execução, além de descentralização da tomada de decisão proporcionando autonomia aos funcionários.

PALAVRAS-CHAVE: Recursos humanos, gestão de pessoas, instituição de ensino.

THE HUMAM RECOURCES SECTOR AND THE ADVSERSITIES FACED IN HIGHER EDUCATION ORGANIZATIONS

ABSTRACT: This study aimed to verify the structure (systems and subsystems) of the

Human Resources sector, as well as to understand the potentialities, difficulties, opportunities for improvement and how the organizational psychologist works and the work in this environment. This is a single case study qualitative research carried out with an organization in the field of higher education. It is concluded that the Human Resources system of the institution studied has been developing, however, facing certain impasses regarding its structure of subsystems, which can advance from the structuring of subsystems not found in execution, in addition to decentralization of decision-making providing autonomy for employees.

KEYWORDS: Human resources, people management, educational institution

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A área de Recursos Humanos (RH) é fruto de diversas revoluções industriais e tecnológicas que marcaram diretamente a vida e o cotidiano das pessoas. A primeira Revolução Industrial é constituída pelas oficinas de manufatura. Já na segunda Revolução Industrial transcorreu o surgimento da energia elétrica e o uso do petróleo como combustível. Entretanto, neste momento, o trabalhador ainda não era reconhecido, seus trabalhos eram realizados em condições desfavoráveis e prejudiciais à saúde. A terceira Revolução Industrial marca a disseminação da tecnologia, renovação nos processos econômicos, são observados avanços nos campos da informática, robótica, telecomunicações e biotecnologia (SOUZA; FERREIRA; PAIOLI, 2021).

A chamada quarta Revolução Industrial, ou a Indústria 4.0 é a fase que vive-se nos dias atuais, tem como principal objetivo a conectividade da produção até a venda dos produtos. É a revolução com foco na tecnologia. Consiste na integração de conquistas tecnológicas com a visão de futuro de produção automatizada. No entanto, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) destaca que, quando se fala em processos integrados e produtos inovadores, o Brasil tem um longo caminho pela frente, e precisa trabalhar com melhorias nos produtos e nos modelos de negócios (SAKURAI; ZUCHI, 2018).

Portanto, devido às mudanças no cotidiano das pessoas, nas iniciativas empresariais, nas organizações e na tecnologia, torna-se necessário prepará-las. Neste aspecto, percebe-se a importância do RH dentro das empresas, que, através dos métodos e técnicas, prepara as instituições, visando o fortalecimento do capital humano. Sua função é fundamental para as organizações, pois busca proporcionar aos colaboradores confiança e motivação, bem como pensar e organizar treinamentos. Com as mudanças da indústria, não se pode deixar de lado as pessoas, que continuam sendo um dos pontos mais importantes das organizações. Esse novo RH traz mudanças em suas formas de atuação visto que sua nova versão está inserida em um momento tecnológico, mais conectada, requerendo pessoas capacitadas para atuar neste contexto (SOUZA; FERREIRA; PAIOLI, 2021).

Considerando a importância do RH, também se faz necessário profissionais capacitados para atuar frente ao setor. A psicologia assume particular importância neste

contexto, uma vez que passou a contribuir nas questões de trabalho quando, no Brasil do século XX, realizava procuras de caráter científico e inovadores nos processos produtivos. Foi utilizada tendo em vista os interesses voltados a maiores eficiências econômicas, pelo argumento da melhoria nas condições de trabalho. Junto à inserção do psicólogo nas organizações, inicia-se o processo de testagens com foco na seleção dos candidatos mais aptos à função. No início, os testes aplicados eram os psicotécnicos. Por meio deste trabalho, a psicologia foi ganhando campo e fama, principalmente quanto aos objetivos econômicos de aumentar a produtividade das empresas (ZANELLI; BASTOS; BITTENCOURT, 2004).

Ganhando campo e espaço para atuar nas organizações, em meados da década de 1980, a psicologia passa a trabalhar além da seleção de pessoal e a aplicação de testes, participando ativamente também dos treinamentos e avaliação de desempenho, análise de função, triagem, como cargo administrativo, diagnóstico setorial, desenvolvimento organizacional e assessorias, buscando sempre o melhor para o trabalhador. Com as mudanças que a indústria vinha sofrendo neste período, a psicologia também mudou junto. No século XXI, sua mudança na forma de atuação foi notável, passando a atuar também nos desligamentos; no controle e planejamento do RH; nos grupos de liderança; em programas de qualidade de vida dentro das empresas; nos processos de gestão; na gestão de pessoas; nas pesquisas de clima; no acolhimento de demandas estressoras das equipes; no manejo de interesses entre empresa e funcionários, buscando equilíbrio entre as partes; e no diagnóstico de conflitos e manejo dos mesmos. Assim, sua atuação passa a ser multidisciplinar, conduzindo atividades até então desempenhadas por outros profissionais (ZANELLI; BASTOS; BITTENCOURT, 2004).

Desse modo, o presente artigo teve por objetivo diagnosticar uma instituição da região do alto uruguaio rio grandense, verificando sua estrutura, sistemas e subsistemas do setor de Recursos Humanos, potencialidades, dificuldades e oportunidades de melhorias, bem como as possibilidades de atuação para o psicólogo no âmbito Organizacional e do Trabalho. O diagnóstico organizacional visa compreender o plano de ação de cada área, identificar falhas e possíveis soluções. É visto como um processo de verificação temporal e espacial. Com esse recurso se visa identificar quais são os sintomas apresentados nos sistemas e setores das empresas (GOMES; DIAS; AMARAL; CORREGOZINHO; RODRIGUES, 2007).

2 | DESENVOLVIMENTO

Nesta seção do trabalho será detalhado o referencial teórico, a metodologia empregada e os resultados encontrados. Contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado no estudo.

2.1 Referencial Teórico

O RH consiste em uma área interdisciplinar, que abrange conceitos que derivam da psicologia industrial com foco no rendimento, das áreas psicologia organizacional, do direito do trabalho e da administração. Os assuntos que normalmente são tratados no RH estão ligados à aplicação e correção de testes psicológicos, entrevistas, mudanças organizacionais, estrutura, clima e cultura organizacional, satisfação no trabalho, absenteísmo e salários, e capital humano. Responsável pelos processos básicos de gestão de pessoas, o RH é subdividido em cinco subsistemas, sendo eles 1. Provisão de talentos; 2. Aplicação de talentos; 3. Manutenção de talentos; 4. Desenvolvimento de talentos, 5. Monitoração de talentos que executam os processos de prover, aplicar, manter, desenvolver e monitorar as pessoas (CHIAVENATO, 2022).

No subsistema de provisão de talentos, é definido quem irá trabalhar na organização, essa definição ocorre por meio das técnicas de recrutamento e seleção. Para que esta etapa da contratação se inicie, é necessário que seja feito pelo gerente/gestor uma Requisição de Empregado (RE) ou requisição de pessoal, os quais devem ser preenchidos e assinados pelo responsável da vaga, com base na descrição de cargos, que consiste na apresentação detalhada das competências e habilidades esperadas para o novo colaborador assumir determinada vaga. Após o recebimento do RE, o RH passa para as etapas de recrutamento e seleção (FERREIRA; BADARO, 2018).

Para que seja possível recrutar, é necessário que as empresas recebam uma variedade de currículos, que por vezes ficam no banco de talentos das instituições. Esses currículos chegam às empresas por meio de anúncios de jornais, agências de recrutamento, meios de divulgação institucionais (site e redes sociais), conferências e palestras. Após o recebimento deste currículos, torna-se necessário que estes sejam filtrados, buscando aqueles que tenham maior probabilidade de se encaixar com a vaga. (CHIAVENATO, 2022).

Tendo realizado o filtro, passa-se ao processo de seleção. Os psicólogos responsáveis pela seleção podem utilizar uma série de técnicas, instrumentos e conhecimentos para escolher os melhores candidatos. A técnica mais conhecida é a de entrevista, que pode ser aplicada de forma estruturada, ou seja, com perguntas fechadas, que não permitam mudanças, ou semiestruturada, que flexibiliza caso haja necessidade de outros questionamentos ao longo da aplicação. As provas de conhecimento, também amplamente utilizadas, avaliam os níveis de conhecimento do candidato acerca de assuntos gerais e/ou específicos que envolvam o cargo para o qual estão se candidatando. Como instrumento destaca-se os testes psicológicos, os quais podem variar conforme as vagas e funções, sendo os mais utilizados os de personalidade e aptidão. Outras técnicas também podem ser aplicadas, tais como dinâmicas em grupos (CHIAVENATO, 2022).

O subsistema de aplicação de talentos é guiado pelo objetivo de definir o que as pessoas farão dentro da organização. Esse se dá através da integração, que inclui o

novo funcionário à sua cultura, ao seu contexto, ao seu sistema, para que eles possam comportar-se de maneira adequada às expectativas da organização, descrição e análise de cargos onde é analisado as tarefas que o ocupante do cargo irá realizar, como essas deverão ser desempenhadas, a quem o ocupante do cargo deverá recorrer e quem o ocupante deverá conduzir, e das avaliações de desempenho, onde é o momento em que tudo o que foi planejado é posto em prática pela ação conjunta de equipes e colaboradores para o alcance dos objetivos do negócio (CHIAVENATO, 2022).

Após a contratação inicia-se a inserção dos talentos selecionados na empresa, de forma leve e humana, acarretando em percepções positivas para o colaborador, bem como no manejo adequado das atividades que devem ser desempenhadas, atingindo melhores resultados para a organização. Neste sentido, é fundamental que aconteça, após a contratação, uma integração que assegure que os novos colaboradores recebam e incorporem a cultura organizacional (DALACOSTA; COLTRE; GERVASONI; 2020).

Não obstante, uma parcela significativa das organizações não executa de fato um programa de integração, o que interfere diretamente nos próximos desempenhos, pois, torna-se possível que a primeira impressão seja transmitida de forma equivocada e disfuncional, e que toda percepção negligenciada permaneça alterando a dinâmica no ambiente. Desta forma, tais estratégias facilitam para que o funcionamento da organização seja transmitido e incorporado de forma positiva, na mesma proporção em que este processo desempenha a tarefa de incluir e socializar os membros no grupo. Neste sentido, é necessário que durante a integração, de forma dinâmica, os novos colaboradores possam conhecer o local, a história da organização, seu desenvolvimento, objetivos e valores, além de conhecer qual o serviço e/ou produto prestado, bem como, horários, normas e demais informações relevantes (DALACOSTA; COLTRE; GERVASONI; 2020).

A integração é pensada visando proporcionar um momento de ingresso receptivo e favorável, o programa de integração pode ser desenvolvido ou orientado pelo setor responsável pelo treinamento, porém devem ser aplicados pelo gestor e sua equipe. Sua duração pode ir de um a cinco dias, variando de acordo com a intensidade da integração que a empresa sugere. Pode ocorrer de forma escrita ou em apresentação, entretanto quanto maior o contato com os colegas, e esclarecidas as informações passadas ao novo colaborador, maiores as chances de uma visão positiva da empresa. (CHIAVENATO, 2020)

Posteriormente, ressalta-se que analisar o desempenho dos colaboradores, também é considerado um fator crucial para o desenvolvimento da organização e que faz parte do subsistema de aplicação de talentos. Tal avaliação, além de garantir crescimentos significativos no empenho e conhecimento profissional do sujeito, não deve ser limitada a um mero recurso de produtividade, mas sim considerar o trabalhador como um ser de múltiplas dimensões, que deve receber suporte, oportunidade e motivação para vivenciar e oferecer o melhor possível em suas atividades, de forma eficiente, agregando no interesse e desempenho do coletivo (CRUZ; ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014).

A avaliação de desempenho pode ser realizada de forma escrita, ou formato de entrevista, de gráficos, passando das formas mais tradicionais até as mais avançadas, os métodos podem ser identificados como tradicionais são os de escala gráfica que consiste na avaliação dos fatores previamente definidos, outro métodos é o de escolha forçada, que se caracteriza pela avaliação do desempenho através de blocos frases descritivas que demonstram aspectos do comportamento, neste o avaliador escolhe a frase que mais se aplica ao avaliado. Os métodos mais avançados consistem na avaliação com participação de todos que fazem parte do meio, é a conhecida avaliação 360°, a avaliação 180°, um método avançado integra apenas o avaliado e seu gestor, propondo uma troca entre ambos. (CRUZ; ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014).

Outra atividade essencial, pertencente ao subsistema de aplicação de talentos que busca compreender o ambiente com o colaborador e sua função dentro da empresa é necessário que sejam elaboradas descrições de cargos nas instituições, as quais são divididas em etapas para melhor compreensão da metodologia. As etapas são: conceituação de cargo, desenho de cargo e análise de cargo. A conceituação de cargo é a diferenciação entre cargo e função, por exemplo cargo é a posição que uma pessoa ocupa na organização e função são todas as tarefas atribuídas a esse cargo, já a descrição de cargo pode ser definida na caracterização de tarefas que serão executadas na função, e a análise de cargo se define aos requisitos que o sujeito deve possuir para a prática do cargo (PERASSOLI; CARVALHO, 2017).

Os requisitos para uma vaga, de forma geral, abrangem quatro áreas. O primeiro deles são os requisitos mentais (aptidão, escolaridade, experiência). O segundo, os requisitos físicos, os quais se referem aos esforços físicos necessários para a realização das atividades (concentração visual, destreza e habilidade física). Em terceiro lugar ficam as responsabilidades existentes sobre o ocupante, como supervisão de pessoas, máquinas, equipamentos, numerários, contatos e informações confidenciais. Por último, as condições de trabalho, as quais são divididas em: riscos, condições do ambiente laboral. Desse modo, é importante que a organização realize a análise de cargo, para saber com clareza quais são os requisitos que o candidato a vaga deve possuir ao ocupar o cargo disposto e para que tenha êxito na hora da contratação (PERASSOLI; CARVALHO, 2017).

Dando continuidade aos subsistema, o de manutenção de talentos tem como objetivo definir como manter as pessoas trabalhando, mantendo seu engajamento e motivação, essa função é cumprida através da avaliação dos resultados, remuneração, compensação, benefícios, análise e manutenção do clima organizacional, garantindo a qualidade de vida no trabalho, ou seja, um conjunto de recompensas, para que desse modo o colaborador mantenha-se engajado e motivado a permanecer na organização. É plausível relatar que constantemente surgem alternativas e formas de gerenciamentos pertinentes, capazes de desenvolver e atingir um relacionamento benéfico e equilibrado entre a empresa e seus funcionários, a vista disso, torna-se fundamental compreender e trabalhar a satisfação do

colaborador no que se refere a realidade aparente da organização, desenvolvendo todas as partes que atuam nos processos e atividades da organização (BISPO, 2006).

Neste sentido, fazendo parte do subsistema de manutenção, com a finalidade de compreender os níveis de motivação e de desempenho dos colaboradores, são realizadas pesquisas de clima organizacional, que influenciam diretamente a motivação, o desempenho humano e a satisfação no trabalho, criando certas expectativas, sendo que elas terão consequências em decorrência a diversas situações. O clima organizacional pode ser notado como um grupo de fatores que intervêm no contentamento ou insatisfação do colaborador no trabalho. Pode-se definir o contentamento com sentimentos positivos do colaborador em relação ao trabalho, podendo ser: realização, reconhecimento, o trabalho propriamente dito, responsabilidade e progresso. Por elementos de insatisfação, se tem os que contribuem para um conceito negativo visto pelo colaborador, tais como: políticas de administração, supervisão, salário e condições de trabalho. (OLIVEIRA; CAMPELLO, 2004)

Para ter um parâmetro de como está o clima de uma empresa é feito o uso de uma pesquisa de clima organizacional, uma ferramenta objetiva e segura, que busca as reais problemáticas. O resultado da pesquisa, por meio da análise, diagnóstico e sugestões, são de grande importância para o bom desempenho no momento da estruturação de programas com o objetivo de atribuir uma melhoria da qualidade, aumento da produtividade e adoção de políticas internas, beneficiando os clientes, a empresa e seus colaboradores (BISPO, 2006).

A pesquisa de clima pode ser realizada por empresas terceirizadas ou pelo psicólogo responsável pelo RH, após os dados obtidos, passam por uma análise detalhada dos resultados, momento em que o profissional obtém a conclusão dos fatores de clima, a devolutiva ocorre de forma distinta para os gestores e para os funcionários, com indicações de melhorias. Em vista disso, existem modelos que guiam a investigação dos fatores, comumente caracterizados por formulários de pesquisa. Todavia, para que seja possível atingir resultados próximos a realidade, é recomendado que a ação seja desempenhada por um profissional completamente independente da organização, a fim de impedir provável influência ou pressão (BISPO, 2006).

Outra atividade essencial, pertencente ao subsistema de manutenção de talentos em que estão os profissionais que trabalham no manejo de questões relacionadas à ansiedade, ataques de pânico, depressão, síndrome de *burnout*, entre outras patologias, utilizando frequentemente práticas permitidas no ambiente de trabalho. Os exemplos de ações cometidas na prática são abundantes, tornando necessário proteger os funcionários que sofrem discriminação, bem como institucionalizar e educar toda a organização sobre a diversidade no local de trabalho (STOK, et al, 2014).

Por conseguinte, é fundamental dialogar e estabelecer uma clínica de trabalho para desenvolver um plano de educação e conscientização para as equipes, por meio de sessões de diálogo e apresentações que trazem à tona noções preconcebidas, demonstrando como

cada indivíduo possui preconceitos em graus variados como resultado da imitação de falsos valores durante nossa educação. No entanto, essa situação nos oferece a chance de aprender, mudar nossos hábitos e comportamentos, além de mostrar respeito pelas outras pessoas (STOK, et al, 2014).

Dando seguimento com o subsistema de desenvolvimento, responsável por preparar e desenvolver as pessoas através dos treinamentos e desenvolvimento organizacional, visando que o ser humano tem uma enorme capacidade de aprendizado, a organização usa isso a seu favor, de um modo corporativo, dessa forma agregando valores as pessoas, tornando-lhes capacitadas e qualificadas, em contrapartida, a empresa aumenta o capital humano e tem vantagens competitivas para seu negócio. Seguindo uma sequência, a organização treina, desenvolve talentos, desenvolve equipes e consequentemente acontece o desenvolvimento organizacional (CHIAVENATO, 2022).

Portanto, o ser humano na organização pode ser percebido como uma ferramenta poderosa de oferta, que se desenvolve e constrói experiências individuais. Por conseguinte, as experiências serão canalizadas e voltadas como habilidades de produção, beneficiando o sujeito como ser individual e atraindo numerosos benefícios para a organização, que percebe com imenso valor seus colaboradores. (CEZAR, 2014).

Uma atividade essencial pertence ao subsistema de desenvolvimento de talentos, sob o mesmo ponto de vista, evidencia-se que na contemporaneidade o treinamento nas organizações tem sido caracterizado como uma alternativa de significativo potencial, pois oferece resultados gratificantes que podem ser alcançados durante um período reduzido de tempo. O treinamento tem como objetivo atingir melhorias no desempenho, nas habilidades, competências, ações e desenvolvimento dos colaboradores, além de identificar se as atribuições foram compreendidas e se estão sendo executadas de forma rentável, correta e eficiente. Com foco distinto do treinamento, o desenvolvimento não tem vínculo com a atividade desenvolvida, mas sim com o crescimento pessoal e profissional do colaborador, visando garantir a qualidade de vida no trabalho e assim melhorando a autogestão dos colaboradores (CRUZ; ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014)..

Por fim, o subsistema de monitoração de recursos humanos busca-se saber se as unidades estão trabalhando de acordo com o previsto, colocando todas as suas atividades em prática, através do balanço social, controles de frequência, produtividade, criação e desenvolvimento de competências, dessa maneira evitando ou evidenciando algum tipo de falha na harmonia e ritmo da organização que se ocorrer ocasiona em falhas, prejudicando o funcionamento operacional da organização. Esse processo se dá por quatro pontos, sendo eles: Estabelecimento de padrões desejados, monitoramento de desempenho, comparação de desempenho com padrões desejados e ação corretiva, se necessário (CHIAVENATO, 2022).

2.2 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de estudo de caso único. Esse tipo de pesquisa analisa de forma intensa e objetiva uma instituição e seus métodos de funcionamento (GODOY, 1995). Neste sentido, objetivou-se diagnosticar uma instituição da região do Alto Uruguai Rio Grandense, verificando sua estrutura, sistemas e subsistemas do setor de RH, potencialidades, dificuldades e oportunidades de melhorias, bem como as possibilidades de atuação para o psicólogo no âmbito Organizacional e do Trabalho. Para tanto, entrou-se em contato com a instituição, a fim de explicar o objetivo da pesquisa, obter a autorização para realizar o diagnóstico e divulgar os resultados obtidos, preservando o anonimato da instituição e dos participantes.

A autorização foi concedida mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), (Anexo I). Em seguida, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada contendo 23 questões sobre a estrutura, sistemas e subsistemas dos setores de Recursos Humanos, com perguntas como: ***“Como ocorre o processo de recrutamento (como as vagas são divulgadas, trata-se de um recrutamento ativo ou passivo)? Vocês usam software para o recrutamento/seleção? Como funciona o desligamento de funcionários?”***, dentre outras, visando obter dados sobre as potencialidades, dificuldades e oportunidades de melhorias, bem como sobre as possibilidades de atuação para o psicólogo no âmbito Organizacional e do Trabalho. Tal roteiro foi elaborado pelos pesquisadores, em conjunto com os professores orientadores, sendo aplicado apenas após a validação destes últimos.

Em seguida, procedeu-se com o agendamento da entrevista, realizada com a Psicóloga Organizacional da instituição. A entrevista foi realizada de forma presencial na própria instituição, com autorização da psicóloga, a entrevista foi gravada, com duração média de 00:50 minutos, posteriormente transcrita para melhor análise e integração dos dados obtidos. Após a obtenção dos dados, foi realizada a análise dos dados, baseada na técnica de Análise Temática (BRAUN; CLARCKE, 2012). Esta consiste em identificar e interpretar os dados, buscando relatar padrões.

Tal análise é dividida em seis etapas. A primeira etapa consiste em uma leitura detalhada e repetida, além da escuta dos áudios da entrevista visando destacar os pontos mais relevantes. Na fase posterior, são elaborados os códigos, que consistem na atribuição de rótulos às partes destacadas. Na fase três são revisados os dados e são criadas as categorias temáticas, ou seja, os códigos são agrupados em temas maiores e com semelhanças. A quarta fase consiste da análise das categorias criadas visando identificar possíveis temas desconexos ou que seja necessário trocar. A quinta fase envolve a nomeação destas categorias. Por fim, a sexta fase, refere-se a elaboração de um relatório e interligação com a literatura da área (BRAUN; CLARCKE. 2012). Por fim, foi elaborado, a partir dos resultados, um material gráfico (Anexo II), visando dar uma

devolutiva a instituição e a comunidade sobre os resultados da presente pesquisa.

2.3 Resultados e Discussão

A instituição participante está localizada na região norte do estado do Rio Grande do Sul e sua principal atuação no mercado é no setor educacional, atendendo desde a educação infantil até a pós-graduação. Atuante desde 2004 no mercado, a instituição é composta por 4 polos espalhados pelo estado, ficando dois na região norte, um na serra e um na fronteira. A entrevista foi realizada com a psicóloga responsável pelo RH de uma das unidades. A instituição é composta por 195 colaboradores atuando em diversas áreas, desde administrativo até a docência, atendendo diretamente os clientes.

Durante a entrevista com a psicóloga responsável pelo RH, Ana (nome fictício), foram abordados vários temas relacionados a sistemas, subsistemas e estrutura do RH. É importante pontuar que Ana ocupa diferentes posições de cargo na instituição, pois além de ser a psicóloga responsável pelo setor de RH, também atua como professora e coordenadora do curso de psicologia. Posterior a entrevista, a partir da análise temática, deu-se origem a duas categorias temáticas: 1) Subsistema de provisão de talentos e 2) No papel tem, mas na prática não funciona. As mesmas serão detalhadas abaixo.

2.3.1 Subsistema de provisão de talentos

Sabe-se que o subsistema de provisão de talentos é a porta de entrada dos funcionários em uma instituição. Responsável pela busca de novos colaboradores e também pelo engajamento dos mesmos na organização. É seu dever planejar o RH, o recrutamento e a seleção (AVELLAR et al, 2014). Esse subsistema é o único dos subsistemas de RH que encontra-se devidamente estruturado na instituição pesquisada.

O início do processo seletivo se dá através do preenchimento, pelo gestor responsável pela vaga, da ficha de Solicitação de Pessoal, onde é especificado se é abertura de uma nova vaga, aumento do quadro ou substituição de funcionário. Sobre o preenchimento deste documento, a psicóloga referiu: *“deveria ser preenchida com base na descrição de cargo, mas eles preenchem conforme vozes da sua cabeça, nessa ficha ele coloca os requisitos para a vaga”*. Isso demonstra a importância da preparação dos gestores frente às ferramentas utilizadas para o processo de recrutamento, pois o preenchimento da ficha de forma incorreta pode acarretar a contratação de um colaborador que não desempenhe os critérios para a vaga a ser ocupada (PERASSOLI; CARVALHO, 2017).

Em seguida, para que a vaga possa ser anunciada, há a necessidade de aprovação da sua abertura pelo Diretor Geral da instituição. Somente após a devida aprovação é encaminhado ao setor de comunicação as informações para que seja divulgada a vaga na aba “trabalhe conosco”, no site da empresa. É através desta aba que são recebidos os currículos. Destaca-se que todos os currículos, das quatro unidades, vão para um banco

de talentos único. Um auxiliar administrativo direciona estes currículos, conforme a unidade, para a psicóloga responsável pelo RH. Após o período estipulado para a divulgação, a vaga é encerrada e retirada do site. Inicia-se, então, o processo de filtragem dos currículos. Tal filtragem é realizada pela psicóloga responsável pelo RH, contradizendo a Instrução Técnica Institucional 02 (ITI 02), que orienta que a filtragem seja realizada pelos gestores de vaga, entretanto isso ocorre apenas em vagas para docentes, nas demais é a psicóloga quem filtra os candidatos. Chiavenato (2022), descreve o processo de recrutamento sob responsabilidade do RH, entretanto esclarece que a decisão final é do gestor da vaga, essa decisão é tomada com base nas informações apresentadas pela profissional responsável.

Em seguida, inicia-se o processo de seleção. Este é agendado por meio de contato telefônico. Pode ocorrer pela manhã, tarde ou noite, uma vez que a psicóloga conta com o auxílio de estagiárias do curso de psicologia, as quais auxiliam na realização do processo seletivo. O processo ocorre de forma manual pois ainda não foi adquirido um *software* que auxilie nessa etapa.

A empresa executa dois processos seletivos distintos, um para técnicos administrativos e outro para docentes. O processo para o setor administrativo consiste em uma entrevista e testagem psicológica. Já para docentes, além das testagens, há ainda a aula teste, ministrada pelo candidato para uma banca de três professores, incluindo com o coordenador do curso. Neste momento, o candidato realiza uma aula expositiva dialogada e/ou prática sobre um dos conteúdos da disciplina que o mesmo ministrará caso contratado. Para o técnico administrativo, vagas do setor de comunicação por exemplo passam pela entrevista de conhecimentos específicos e por uma prova prática. Em alguns casos e com mais frequência para docentes uma segunda entrevista é realizada pelo gestor da vaga.

A entrevista aplicada configura-se como uma entrevista de recrutamento, pois visa apenas confirmar dados do currículo, a entrevista por vezes é realizada pelo gestor da vaga. A psicóloga destaca que ainda não há uma entrevista mais detalhada, com foco em conhecimentos, habilidades e atitudes. Nota-se a falha na execução de etapas de algumas entrevistas como a entrevista de seleção que além de ser utilizada na triagem de candidatos, também é utilizada como entrevista técnica, que na empresa estudada não ocorre em todos os cargos.

A seleção para o técnico administrativo se dá por meio de aplicações de testes psicológicos e entrevistas. A avaliação psicológica tem como função conhecer a personalidade e aspectos dela que sejam importantes para a execução das tarefas a serem desenvolvida pelo novo colaborador, os testes mais utilizados pela instituição são: Atenção Concentrada (AC), Teste de Atenção Concentrada (TEACO), Teste de Atenção Difusa (TEAD), Teste de Atenção Alternada (TEALT), Inventário Fatorial de Personalidade (IFP-II), Questionário de Avaliação Tipológica (QUATI), Palográfico e Casa, Árvore, Pessoa (HTP). Os testes visam avaliação da personalidade; atenção concentrada, alternada e difusa; inteligência e raciocínio lógico. A bateria de avaliação psicológica é alterada conforme

os requisitos de cada vaga e busca-se, na medida do possível, incluir na bateria testes psicométricos e projetivos. Além destes, é utilizado ainda, a Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho (EVENT), quando a função envolve exposição a um certo risco, como trabalho em altura ou ambiente confinado. A correção dos instrumentos é realizada de forma manual, seguindo as orientações do manual, ou de forma informatizada, quando esta opção existe para o teste aplicado.

A escolha dos testes aplicados deve ser feita pela psicóloga sempre observando a lista de testes favoráveis, disponível no *site* do SATEPSI. Ademais, o processo ocorre de maneira simples, porém não errada, notou-se a falta de entrevistas mais completas, abrangendo mais aspectos do que apenas o dados do currículos, assim como indica Chiavenato (2020), em seus escritos, como escolhas para a realização da seleção os constructos utilizados pela psicóloga responsável pelo RH da empresa estudada (CHIAVENATO, 2020).

Posterior à entrevista e aos testes psicológicos, é elaborado o laudo psicológico e realizada a devolutiva do mesmo ao gestor responsável pela vaga, que decide quem vai ser contratado. No laudo, o candidato pode ficar apto, apto com restrição ou inapto. Em seguida, procede-se com a devolutiva aos candidatos. Para os candidatos não contratados, a devolutiva é realizada por e-mail. Já para o candidato selecionado, entra-se em contato por telefone, realizando a devolutiva e solicitando os documentos e exames admissionais necessários para a contratação. É de suma importância que a devolutiva seja realizada para todos os candidatos, mesmo que por meios digitais assim como a empresa estudada realiza. A elaboração do laudo psicológico segue a orientação da Resolução nº 6 de 29 de março de 2019 do Conselho Federal de Psicologia, que garante a ele o título de documento oficial com base no parágrafo segundo que classifica o laudo como documento elaborado decorrente do serviço prestado no exercício da profissão, e resultado de uma avaliação (CFP, 2019).

2.3.2 No papel tem, mas na prática não funciona

Nessa categoria temática, verificou-se que existe um instrumento institucional que detalha como os processos de recrutamento, seleção, admissão, integração e avaliações de desempenho devem ser desenvolvidos. Tal arquivo é nomeado por Instrução Técnica Institucional (ITI), que serve como um manual de execução das funções de cada setor. O documento referente ao setor de RH é a ITI 02.

Considera-se, portanto, que as atividades descritas neste documento estão de acordo com a maioria dos subsistemas de RH postulados, no setor de RH são: 1. Subsistema de Provisão de talentos; 2. Subsistema de Aplicação de talentos; 3. Subsistema de Manutenção de talentos; 4. Subsistema de Desenvolvimento de talentos. Entretanto, foi notório que grande parte dos subsistemas não são executados e um dos motivos pelo qual

isso é que, atualmente, a Psicóloga responsável pelo RH é a única funcionária do setor. Em vista da demanda de atividades a serem realizadas, acaba por não dar conta de tudo.

Segundo o referido documento, o colaborador selecionado e admitido participa de um processo de integração da empresa, onde são dadas as preliminares do novo emprego, planos de benefícios e segurança em geral, além de regras e normas institucionais; missão, visão e valores institucionais; história da instituição e apresentação das quatro unidades existentes. Tal integração deve, segundo o documento, ser realizada pelo gestor imediato do novo colaborador. Sabe-se que essa integração tem como função orientar o novo colaborador sobre a cultura desta organização, buscando facilitar o processo de identificação do colaborador com os objetivos da empresa (DALACOSTA; COLTRE. GERVASONI, 2020).

Entretanto, a instituição pesquisada não possui um programa de integração coletiva e sim um Manual de Integração. Segundo a psicóloga: *“Como a gente tem contratação o mês todo, em datas diferentes, a gente não consegue marcar uma vez por mês integração, por exemplo. Então é função do gestor fazer isso, esse tour. Além disso, ele tem um Manual de Integração, que deve ser impresso e entregue para esse novo funcionário, e lido junto com ele. Neste Manual de Integração tem: missão, valores da instituição, fala sobre as quatro unidades, fala sobre os serviços que a gente disponibiliza, fala sobre a PQI que é a Política de Qualidade Interna”*. O processo de integração é pensado e organizado por profissionais do RH, possibilitando ao funcionário uma visão geral da organização, valores, missões, funções que executará, entretanto não precisam ser os profissionais de RH a executar a integração, os gestores também pode executar esse processos, na empresa estudada os gestores ficam responsáveis por esta tarefa. (SILVA; NASCIMENTO; BOTELHO, 2013).

O subsistema de aplicação de RH também encontra dificuldade para ser desenvolvido, nesse sistema, por exemplo há as ITIs, que cada setor tem o seu, na ITI 02 por exemplo, que é a ITI do RH, sua função vai de recrutamento a contratação, após isso fica a cargo dos gestores, que não executam da forma como deveriam, e recai sobre o diretor novamente. AITI estipula que ao ingressar na empresa seja executada um tour pela instituição com o intuito de conhecer o local, colegas de setor e de outros, evitando que o novo colaborador sinta-se perdido entretanto, a entrevistada trás que esse processo não é feito, *“os gestores não assumem a posição de gestão de equipe, hoje são mais responsáveis de setor, pois não recebem muitos treinamentos”*, assim como também não há uma integração com os colegas de setor, apesar disso, é entregue aos novos colaboradores o Manual de Integração, onde contém os valores, missões, informações sobre a PQI, orientação de uso do sistema da empresa, esse manual deve ser lido junto com o novo funcionário e esclarecido possíveis dúvidas. O desenvolvimento da avaliação de desempenho para os funcionários do setor administrativos foi elaborado pela Psicóloga responsável, entretanto precisa passar por aprovação do Conselho superior da instituição

para posterior aplicação.

A manutenção de RH, subsistema responsável pela manutenção dos benefícios, segurança no trabalho e relações sindicais, funciona em partes. Isso porque apesar da instituição contar com diversos benefícios, como desconto na academia; na educação infantil, graduação, pós-graduação e cursos de extensão; no Hospital Veterinário, na Farmácia Escola, dentre outros, ainda há uma precariedade quando o assunto é segurança, saúde e qualidade de vida no trabalho. Mesmo tendo uma empresa terceirizada que indique todos os equipamentos de proteção individual (EPI) que devem ser utilizados, não há orientação para os motoristas de máquinas agrícolas, das formas ideais para trabalhar sem colocar sua integridade física em risco, por exemplo. Tampouco há treinamento sobre o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) com os ocupantes de cargos que exigem seu uso, tais como Auxiliares de Manutenção, Auxiliares de Limpeza, Dentistas e etc. A referida empresa também realiza os exames periódicos dos colaboradores, mas não costuma dar *feedback* e encaminhamento para tratamento aos mesmos. Não obteve-se dados sobre programas de promoção de saúde e qualidade de vida no trabalho.

Quanto às atividades do subsistema de manutenção de RH, destaca-se a pesquisa de clima utilizada pela instituição. Esta é denominada Avaliação Institucional, respondida por todos os membros da instituição: alunos, professores, coordenadores e técnico administrativo. No entanto, o foco desta pesquisa é pedagógico, visando obter acesso a opinião dos clientes sobre os docentes, os serviços ofertados e sobre a infraestrutura da instituição. Os professores, coordenadores e técnico administrativo, por sua vez, avaliam, além dos itens descritos, seus superiores imediatos e as condições de trabalho. No entanto, tais questões, que englobam algumas frustrações dos colaboradores, são, normalmente, deixadas de lado, não havendo *feedback* da avaliação pelos superiores imediatos, tampouco esclarecimentos sobre as medidas que serão tomadas pela instituição para mitigar as insatisfações.

Isso demonstra a importância de uma pesquisa de clima elaborada e pensada para a satisfação do funcionário, que auxiliaria na identificação dos motivos para as altas taxas de rotatividade, como no setor de limpeza, por exemplo, porém o simples fato de entender o clima não contribui em muita coisa após a realização da pesquisa, ainda é preciso criar metas, iniciar programas de melhorias ouvir os profissionais e estimular o espírito de equipe, é de extrema importância que a empresa de *feedbacks* sobre os resultados da pesquisa de clima para seus colaboradores, assim podem acompanhar as mudanças a serem feitas não gerando insatisfação entre os mesmos. A pesquisa de clima é de notável importância, pois através dela são observados os fatores que afetam a produtividade dos colaboradores, bem como a percepção deles sobre a empresa (LIMA; LEUCH; BUSS, 2017).

Também observou-se que o único cargo de liderança que executa as atividades de gestão de equipe são os Coordenadores de curso. Isso por que são eles que auxiliam nos processos de recrutamento e seleção de docentes, realizam a integração do novo professor,

realizam as avaliações de desempenho, informam os docentes sobre remuneração e plano de cargos e salários, informam e incentivam os docentes a participarem dos treinamentos pedagógicos institucionais e mantém o banco de dados de seus docentes atualizado, além de comunicar os desligamentos aos professores sob sua gestão e realizar a entrevista de desligamento.

Para os demais setores, essa função fica a cargo do Diretor Geral da instituição, sendo que demais coordenadores administrativos e supervisores não assumem as funções de gestão de suas equipes. Destaca-se que esta não seria a forma correta de gerir pessoas, pois centraliza a tomada de decisão apenas na direção, tirando a autonomia dos gestores de equipe e provocando demora na tomada de decisão, pois ou fica sob um mesmo profissional, ou levam tempo para serem executada por necessitam de prévia aprovação, pois exigem que sejam elaboradas pesquisas que justifiquem esta necessidade. A perda da autonomia também isenta esses profissionais de executar suas funções, passando-lhes a impressão que não tem necessidade de gerir suas equipes, os coordenadores entretanto, executam essas tarefas de acordo com o esperado (FORGHIERI, 1980).

Quanto aos treinamentos, os únicos colaboradores que recebem capacitações periódicas são os docentes. Tais capacitações possuem foco pedagógico, abordando temáticas como metodologias ativas de ensino, metodologias de avaliação, elaboração de questões padrão ENADE, preenchimento adequado de Plano de Ensino, dentre outras. Geralmente, os treinamentos são conduzidos pela Pró-reitoria Pedagógica, pelo coordenador do curso de pedagogia (que também atua no planejamento pedagógico da instituição) ou por profissionais contratados. Tais capacitações ocorrem de forma semestral. Os coordenadores de curso, além de participar de tais treinamentos pedagógicos, também já obtiveram capacitações sobre marketing e comunicação digital, coordenação do futuro e está prevista uma capacitação sobre vendas, a qual não havia sido realizada até o momento da presente pesquisa.

No entanto, destaca-se que demais treinamentos sobre outras temáticas como cultura digital, comunicação, não são realizadas com os professores. Os coordenadores também não recebem capacitação sobre atividades burocráticas institucionais, tampouco sobre as atividades de gestão de equipes. Os técnicos administrativos raramente recebem treinamentos, tendo sido realizado, no ano de 2022, apenas uma breve capacitação após a troca de direção, onde o gestor referiu seu modo de trabalhar e reforçou algumas regras institucionais quanto a comportamentos adequados e vestimenta requerida no ambiente de trabalho. Assim, quando um novo colaborador inicia na instituição, as orientações que recebe sobre as atividades que irá desempenhar são escritas, devendo o mesmo as ler e estudar. Tais orientações constam no Manual de Integração, na ITI e na PQI do setor. Também é indicado que um colaborador mais antigo na instituição acompanhe o novo funcionário por uma semana, dirimindo eventuais dúvidas.

Ademais, o desenvolvimento de um novo treinamento na instituição está sujeito a

alguns fatores, como a necessidade de elaboração de um projeto, o qual deve ser submetido à aprovação do Conselho Superior. No entanto, a instituição visa uma padronização entre as unidades, sendo que o que ocorre em uma unidade, precisa acontecer nas demais. Tal fator dificulta a aprovação de alguns projetos já encaminhados pela Psicóloga responsável, tais como o treinamento com gestores sobre recrutamento, seleção, admissão, integração e avaliações de desempenho. Estes, segundo a entrevistada, já foram submetidos à análise do Conselho há meses, mas ainda não obteve retorno. A falta de treinamento causa prejuízos no desenvolvimento das funções, pois este prepara o colaborador para executar suas atividades, já o desenvolvimento de pessoas trabalha o desenvolvimento da pessoa no ambiente, em uma empresa sem desenvolvimento, sua falta pode causar dificuldade de adaptação ao meio, às regras e valores da empresa. (ROSA; VITORETI; DITTICH, 2012).

O subsistema de Monitoração de Recursos Humanos, responsável pelas informações dos funcionários e de auditorias de pessoal não ocorre de nenhuma forma, único subsistema que não é encontrado nem nos documentos oficiais da instituição, o setor de contabilidade que cuida das funções desta repartição do RH. A execução incorreta deste subsistema prejudica a empresa pois não há avaliação da atuação dos funcionários frente aos interesses da empresa (CHIAVENATO, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto ao longo do estudo e visando atingir o objetivo de diagnosticar uma instituição, verificando sua estrutura, sistemas e subsistemas do setor de Recursos Humanos, potencialidades, dificuldades e oportunidades de melhorias, bem como as possibilidades de atuação para o psicólogo no âmbito Organizacional e do Trabalho, foi possível observar que o sistema de Recursos Humanos da organização vem se desenvolvendo. Contudo encontra-se enfrentando determinados impasses quanto a sua estrutura de subsistemas.

Percebe-se que o único subsistema em total funcionamento é o de previsão de talentos, responsável pelo recrutamento e seleção dos novos colaboradores. No entanto, apesar de bem estruturado, encontram-se pontos a serem melhorados. Um exemplo é o processo de filtragem dos currículos, que ainda é realizado de forma manual. Se substituído pelo recrutamento por meio de *software*, que permitiria maior agilidade ao processo, demandando menos tempo da profissional responsável pelo RH e possibilitando que a mesma invista esse tempo em outras atividades que ainda não encontram-se plenamente desenvolvidas na instituição. Tal mudança proporciona à instituição melhores e mais rápidos resultados.

Quanto aos subsistemas que não encontram-se plenamente desenvolvidos, destaca-se o desenvolvimento de RH, o qual está se estruturando, através de projetos de treinamentos para além dos docentes. Entretanto, por ser necessário a aprovação do

Conselho Superior, o processo se torna lento. Sugere-se, portanto, que haja flexibilização para a atuação do RH na organização de treinamentos e também dos demais subsistemas. No subsistema de Aplicação de RH a situação é semelhante. O desenvolvimento de uma avaliação de desempenho, que foi elaborada pela Psicóloga responsável, também precisa passar por aprovação do Conselho para posterior aplicação, aplicando-se a mesma sugestão de resolução e flexibilização. Também sugere-se tal flexibilização para a forma como os projetos são elaborados, não havendo necessidades de um projeto com referencial teórico, tendo em vista a autonomia do setor e de seus colaboradores.

Tem-se também como sugestão para o melhor funcionamento do setor, a contratação de uma segunda profissional da área de psicologia, com o objetivo de otimizar as atividades que devem ser exercidas, abrangendo totalmente os subsistemas de RH e atingindo benefícios para o funcionamento da organização como um todo. Do mesmo modo, foi perceptível certa sobrecarga da Direção da instituição, uma vez que todas as responsabilidades que seriam dos gestores do técnico administrativo recaem sobre este. Sugere-se, portanto, treinamentos para os gestores, que receberão assistência e orientação para cumprir adequadamente suas funções e responsabilidades, tornando o trabalho mais funcional, harmônico e coeso.

A estruturação completa do RH e seus subsistemas trás à empresa diversos benefícios, como melhor qualidade de vida aos funcionários e, por consequência, melhores resultados. Tendo em vista este aspecto, e a forma como o RH da instituição atua hoje, indica-se sua estruturação, mesmo que aos poucos, visando melhorias à organização. Considera-se os resultados da presente pesquisa, acima expostos, como os principais benefícios, não só para a instituição pesquisada, que receberá retorno da pesquisa e poderá fazer modificações, como também para demais organizações e profissionais responsáveis pelo RH, que podem estar enfrentando os mesmos problemas.

Como limitações, destaca-se o curto tempo de execução do trabalho, o qual impediu as pesquisadoras de realizarem a observação presencial da atuação do RH desta organização. Assim, a pesquisa contou apenas com uma entrevista com a Psicóloga responsável, e também única funcionária do setor. Acredita-se que a não observação tenha impedido as pesquisadoras de analisar pontos estratégicos da atuação frente à alta demanda. Sugere-se, portanto, a realização de novas investigações, tendo mais tempo para a realização da pesquisa e incluindo técnicas de observação sistemática, além de entrevista com outros atores organizacionais, como, no caso, Direção e Reitoria.

REFERÊNCIAS

AVELLAR, P. F.; SOUZA, T. F.; MELO, F. A. O. **Recrutamento e Seleção no Contexto de Retenção de Talentos na Organização**. uniFOA, 2014. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/38320560.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

BENZONI, P,L, VANELLE, R, M, **Novas propostas de gestão de recursos humanos e a flexibilidade na produção**, Ribeirão Preto, disponível em:https://abepro.org.br/biblioteca/enegep2001_tr15_0918.pdf acesso em: 21 de out de 2022

BISPO, C. A. F. **Um novo modelo de pesquisa de clima organizacional**. São Paulo, 2006, Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prod/a/4Cy7Wz5QsYJrPBnQBWt5R7x/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 06 out. 2022.

BRAZILIAN JOURNALS OF BUSINESS. **A integração de novos colaboradores para a socialização organizacional: o caso do sistema Cresol Baser**. Braz. J. of Bus.Curitiba, 2020.

CESAR, A. M. R. **Medidas de desempenho da área de recursos humanos e seu relacionamento com indicadores de desempenho econômico. REGE-Revista de Gestão**, v. 22, n. 1, p. 97-114, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1L08sT95s0eg5FLGP7ckArWTF2o_8zekA/view?usp=sharing.html> . Acesso em: 10 ago. 2022.

CHIAVENATO, I. **Planejamento, recrutamento e seleção de Pessoal**. Como agregar talentos à empresa. Editora Atlas, Rio de Janeiro, 2022.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos: o capital humano das organizações** 11. ed. Parte II. São Paulo: Atlas, 2020

CRUZ, ARAÚJO, OLIVEIRA. **Avaliação de desempenho como ferramenta de apoio ao desenvolvimento profissional dos colaboradores nas organizações**. Revista científica do ITPAC, Araguaína, v7, n.3, Pub2, Julho 2014.

FRANCESCHINI, A. **Psicologia Organizacional e a Análise do Comportamento**. Transformações em Psicologia, São Paulo, 2009, Vol. 2, no 2, 114-125. Disponível em:https://drive.google.com/file/d/1pvWP71nzAgDmOIMOHJS5RIh8_Z6GcKPS/view. Acesso em: 28 de ago de 2022.

FORGHIERI, C. C. **Introdução a Organização Burocrática**. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/yJRQ4QGfXDqtQYzPqhXq8Bx/#>. Acesso em: 20 de nov. de 2022.

GOMES, R, L; DIAS, E , J; AMARAL, G, D, G; CORREGOZINHO, M, F; RODRIGUES, P; **Diagnóstico Organizacional**. Belo Horizonte, 2007, disponível em: [file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/diagnóstico organizacional.pdf](file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/diagnóstico%20organizacional.pdf). Acesso em: 11 de ago de 2022.

LIMA, L, C, S, LEUCH, V. BUSS, B,R, **A importância da pesquisa de clima organizacional para análise do nível de satisfação dos colaboradores e da estrutura organizacional**. 2017, disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n28/a17v38n28p13.pdf> acesso em 21 de out de 2022.

OLIVEIRA, J, S de; CAMPELLO, M, L, C. **Clima e cultura organizacional no desempenho das empresas**. 2004. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/345_seget.08-Clima%20e%20cultura%20organizacional%20no%20desempenho%20das%20empresas.pdf. Acesso em: 28 ago de 2022.

PERASSOLI, L, H, M; CARVALHO, E, A de. **Descrição de cargos e metodologia de trabalho: Benefícios para a organização e colaboradores**. 2017 vol.29, n.1, pp216-221. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1y2_vthArk_DdMhOjZDINlamExUH8oHOy/view. Acesso em: 28 de ago. de 2022.

PEREIRA, N, L; CRUZ, S, A. **O papel do Psicólogo nas Organizações**, 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1McolJTxo9C52mYV3KAxqegGFULy9M74/view>. Acesso em: 28 de ago de 2022.

ROSA, F, T, VITORETI, T, C, DITTRICH, M, T **A importância do treinamento como ferramenta estratégica na gestão de pessoas: estudo de caso na clínica UROGIN**, 2012, disponível em: https://www.fucap.edu.br/dashboard/biblioteca_repositorio/599861659c37cab9cd8f2b8747974932.pdf, acesso em: 21 de out de 2022.

SAKURAI, R, ZUCHI, J, D **As evoluções industriais até a indústria 4.0**, 2018, disponível em: http://www.em.ufop.br/files/40_Sakurai_e_Zuchi_As_revolues_industriais_at_a_Industria_40.pdf acesso em: 13 de out de 2022.

SILVA, L, N, NASCIMENTO, R, F BOTELHO, M, A **A importância do programa de integração: um estudo da perspectiva dos gestores da empresa Lopes e CIA**, 2013, disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/32518575.pdf>, acesso em: 21 de out de 2022.

SOUZA, A. G. D.; FERREIRA, L. D. O. **Desafios da transformação do RH tradicional para o RH 4.0**. 2021. Disponível em: < <http://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/5910>> . Acesso em: 11 ago. 2022.

STOK, T. O.; BARBOSA, M. E.; KRISTENSEN, C. H. **Evidências de alterações neurais na Terapia Cognitivo-Comportamental**. 2014, Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1i_KkGaG9j4zkSXwgXsKOV-2oMZ1u0tSm/view. Acesso em: 23 set. 2022.

ZANELLI, J, C; BASTOS, A, V, B, **Inserção profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**, v. 2, p. 466-491, 2004. Disponível em: <https://www.gastaoguimaraes.com.br/site/wp-content/uploads/2020/12/Psicologia-organizaes-e-trabalho-no-Brasil.pdf> acesso em: 11 de ago de 2022.

ZANELLI, J. C. *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2014.

ANEXOS

Anexo I

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____,
portador do RG _____, CPF _____, concordo em
participar da pesquisa intitulada “ _____
_____”, a qual faz parte do Projeto de Aperfeiçoamento Teórico-Prático
do Curso de Psicologia do Centro Universitário IDEAU (UNIDEAU), realizado pelos alunos

_____, regularmente matriculados no 6º nível, sob orientação dos Professores
do Curso, através das disciplinas do semestre, e pela Coordenação do Curso de Psicologia.
Diagnosticar empresas, organizações ou instituições, verificando sua estrutura, sistemas

e subsistemas dos setores de Recursos Humanos/Gestão de Pessoas, potencialidades, dificuldades e oportunidades de melhorias, bem como as possibilidades de atuação para o psicólogo no âmbito Organizacional e do Trabalho.

A participante foi informado(a) de que seria necessário comparecer a um encontro presencial com duração de, aproximadamente, _____ hora e _____ minutos, a ser realizada na _____. Nesse primeiro encontro será aplicado o roteiro de entrevista semiestruturada que visa identificar os sistemas e subsistemas e a estrutura do Recursos Humanos.

A identidade do(a) participante será mantida em anonimato, de modo que seu nome não será divulgado, assim como nenhuma informação sobre seu endereço residencial, e-mail, número de telefone e demais informações pessoais que possibilitem sua identificação. Também é garantido ao(à) participante o direito de interromper a participação na pesquisa a qualquer momento e sem qualquer prejuízo, se assim desejar, bem como o ressarcimento de despesas e indenização em caso de danos decorrentes da pesquisa. Os maiores desconfortos que poderão ocorrer durante a realização da pesquisa são: (a) mobilizar eventuais mudanças ou reações comportamentais que impactem o(s) participante(s); e (b) mobilizar emoções desagradáveis como tristeza, medo, angústia, ansiedade, vergonha, raiva e outros. Caso ocorra alguma eventual consequência negativa gerada pela pesquisa, o(a) participante receberá o devido atendimento e assistência na Clínica Escola de Psicologia (CEPsi) da UNIDEAU.

Os benefícios decorrentes da participação nesta pesquisa poderão ser: (a) ampliar o autoconhecimento pessoal; (b) melhorar aspectos emocionais, cognitivos e comportamentais; (c) contribuir para o avanço e desenvolvimento da ciência; e (d) colaborar para a compreensão de como ocorre o desenvolvimento cognitivo, físico e psicossocial de crianças, adolescentes, adultos ou idosos.

O(A) participante obterá acesso aos resultados dessa pesquisa mediante um material gráfico ou audiovisual de psicoeducação sobre fatores que podem interferir no processo de desenvolvimento humano.

Todos os questionamentos do(a) participante, até o momento, foram respondidos com clareza, sendo possível solicitar novas informações à orientadora responsável, Prof^a. Ma. Mayara Quevedo Ribeiro.

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Nome do(a) participante: _____

Assinatura: _____ Data: ____/____/____

Graduando(a): _____

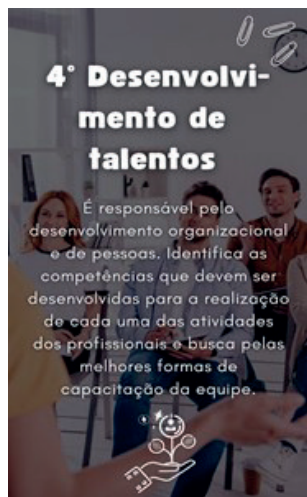
Assinatura: _____ Data: ____/____/____

Orientador(a) responsável:

Assinatura: _____ Data: ____/____/____

Anexos II





4º Desenvolvimento de talentos

É responsável pelo desenvolvimento organizacional e de pessoas. Identifica as competências que devem ser desenvolvidas para a realização de cada uma das atividades dos profissionais e busca pelas melhores formas de capacitação da equipe.



5º Monitoramento de talentos

Visa assegurar que todas as unidades funcionais da organização estejam trabalhando de acordo com o previsto, acompanhadas e assessoradas de perto pelos especialistas de RH. Monitora os contratos de trabalho e documentos dos funcionários e ex funcionários.

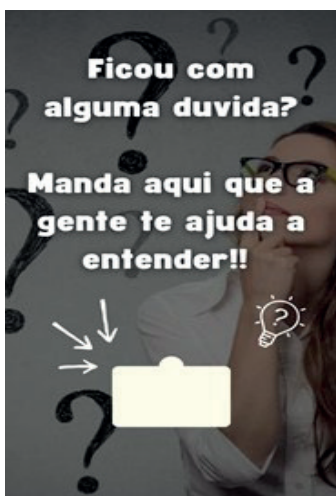


Por fim queremos salientar a importância de um RH estruturado

Que traz à empresa diversos benefícios, como assertividade nas contratações e desenvolvimento dos colaboradores, melhor qualidade de vida no ambiente de trabalho e por consequência melhores resultados!



Referência: CHIAVENATO, L. Recursos Humanos. O capital humano das organizações, 11ª edição, Atlas São Paulo 2020



Ficou com alguma dúvida?

Manda aqui que a gente te ajuda a entender!!



LÍRICA E URBANO: UMA ANÁLISE LITERÁRIA DA ESPACIALIDADE URBANA PELO ROCK E RAP

Data de aceite: 03/10/2023

Jean Marcelo Cruz de Castro

Filiação institucional: Universidade
Federal do Pará

Milton Santos Souza

Filiação institucional: Universidade
Federal do Pará

RESUMO: O presente artigo, fará uma análise com base na junção de perspectivas em Literatura, Música e Espaço, seguindo a partir do alinhamento epistemológico da Escola de Berkeley, na Geografia da Música, parcialmente com influência do ponto de vista da academia francesa, juntando aos conceitos tratados a Geografia Urbana, trazendo pelas letras das músicas, reflexões e fatos sociais para a cidade, assimilando também com as suas respectivas sonoridades, pautadas no plano de fundo musical de seu urbanismo.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia da música, Direito à cidade, Rock e Rap

1 | INTRODUÇÃO

A Geografia da música é um subtema surgido de forma contemporânea, e que se encontra dentro da Antropogeografia,

tendo o início de seu trabalho com o pesquisador, adepto as abordagens e pensamento geográfico de Friederich Ratzel, chamado Leo Frobenius, com as pesquisas introdutórias abordando o aspecto da instrumentação musical em povos africanos, destacando o uso e a influência dos tambores, a partir do século XIX.

Por muito tempo foi um campo científico muito limitado metodologicamente, contudo no século XX, pelas décadas de 1920 e 1930, começava a ser um campo de grande interesse na França e nos EUA, com a influência de Carl Sauer, marcando seu legado para a Universidade de Berkeley, no entanto a sua maior expressão vem com a chamada Virada Cultural, dando seu renovar para as abordagens em inúmeras ciências sociais, incluindo na tratativa de Música e Espaço, alinhando-se ao pensamento surgido na época, como a Nova Geografia e a Geografia Crítica, estas trazendo para junto a área em questão uma amplitude de análises, tornando mais holístico a

associação com a música, vendo demais contextos, tudo isso na égide da Indústria Cultural e seus braços como a Indústria Fonográfica.

Na virada cultural entram-se destaques no âmbito acadêmico nesse eixo temático os autores: Peter Nash, George O. Carney e Marc Brosseau, tanto pelos anos de 1970 até 1990, chegando no fim a tese de doutorado da pesquisadora singapuriana Lily Kong sobre Música Popular e Globalização, influentes hodiernamente em trabalhos sobre a área. Para os gêneros musicais, isto é, os movimentos com ideais políticos, sociais e culturais, sendo postos em pauta através de seu relato em sua poesia e a ambientação em sua sonoridade, associando ela dentro da cidade e as suas virtudes.

1.1 Metodologia

Para esse trabalho contou-se como método, foram feitas consultas bibliográficas referentes a música e o espaço urbano, procurando fazer um diálogo mais didático e compreensível, procurando exibir um caráter bem holístico, com associação a literatura, festa, música, agregado as espacialidades disso, sempre referente ao urbano. Consequente a isso foi implicado também uso de músicas para maior contextualização, contudo filtrando da melhor maneira possível os produtos fonográficos inseridos.

1.2 Objetivo

A premissa do artigo tem como, em primeiro lugar, fazer paralelo entre o lírico musical e o seu som relacionado à cidade, desde o tema da letra ou álbum, e também a sua ambientação no plano de fundo, em segundo lugar, mostrar também essa espacialidade como ela se dá pela cidade com eventos referentes aos estilos musicais, junto ao dinamismo dado na cidade para as então manifestações culturais e artísticas em meio aos lugares de variados acessos, nisso vendo também outros festejos de pouco alcance comercial, contudo com grande importância sócio-política na cidade, pegando eventos de atenção com alcance internacional, eventos de grande importância local, no âmbito nacional e local referenciado ao estado do Pará, sendo de grande relevância os eventos em Belém.

2 | MÚSICA E ESPAÇO

A música é um manifesto que se encontra em uma enorme quantidade de culturas, sua forma de se manifestar de uma a outra são peculiares, apesar de certo ponto obterem algo em comum, no que tange às técnicas como ritmo, harmonização e métrica, quando consideramos além das composições instrumentais, tendo a adição da voz, na declamação lírica, onde o eu-lírico apresenta suas subjetividades e mais fatos objetivos que permeia a sua realidade. Nisso se encontra presente nas composições em movimentos musicais como o Rock e Rap, dentro dos grandes centros urbanos e as suas referências que tomam

como serviço denotar o fato social, no qual incumbe sob as chamadas pelo Milton Santos, histórias urbanas, essas que criam tais dramaturgias e mitos em seus respectivos cidadãos.

Essas manifestações elas têm seus destinos de espacialização, não sendo contido apenas pela produção, mas também pelas eventualidades que deixam sua marca pela cidade, podemos pensar como exemplo: “Marca dessa ruptura podem se assinaladas na música, em que atonalidade que referenciava a produção musical dá lugar a tonalidade... na literatura, em que a efemeridade das formas urbanas revela a brutalidade da cidade - a obra de Charles Baudelaire é um momento significativo desse processo.” (CARLOS, 2019). A música para esse contexto além de lidar com a temporalidade e os tons, contribui em mais na leitura sobre contextos geopolíticos na qual envolve todas as formas presentes na cidade, adaptando e mudando também suas estruturas, por longo ou curto prazo.

O estudo da música e a referência dela a cidade se encontra tanto em referência pela doutora Lily Kong, onde na perpetuação da sociedade é essencial a difusão dela, reforçando a inexistência de um corpo social sem assimilação ou identificação com algum estilo musical. “A música está presente no cotidiano no presente das pessoas, mesmo que servindo apenas como ‘trilha sonora’ para atividades como trabalho, as compras no supermercado, atividades esportivas, de lazer, cerimônias, rituais religiosos, etc.” (CASTRO apud KONG, 2009). Nisso entra como síntese um rompimento com o conceito de perspectiva bem restrito sobre paisagem onde, há desconsideração com o grupo de pessoas com deficiência na visão, cujo através da música é cabível tanto no escutar do cantar ou pelo plano de fundo na então chamada ambientação sonora, coloquialmente. É válido pensar também sobre essa musicalidade na cidade pensando na literatura e seu instrumentalismo, “A cidade é o lugar em que o Mundo se move mais; e os homens também. A copresença ensina aos homens a diferença. Por isso a cidade é o lugar da educação e reeducação”(SANTOS, 1993). A então fala denota com o som nas músicas o ritmo, tanto aplicável pela dinâmica quando inserido na cidade, como nas músicas na então batida, instrumentada ou sintetizada.

2.1 ESPACIALIDADES E EVENTOS: Eventos e Indústria

A espacialidade dada no meio urbano para as manifestações musicais é feita dentro da cidade em muitas formas urbanas, no entanto toda a propagação da música, como produto da Indústria fonográfica, é dependente da disponibilidade se pensar no sistema com um intuito comercial de grande ou pequeno alcance comercial. Venhamos a tomar como exemplo dos espaços de circuito inferior: bares (alguns estilizados em forma de pub), praças públicas, casas de show e Centros culturais, onde muitos artistas do meio musical quando iniciam, tem sua difusão iniciada no mainstream (cena mercadológica), pelos anos 2000 com discos e mídia em CD's, diferente da propagação dos instantes atuais, com as plataformas agregadoras de música como: Spotify, Deezer, YouTube Music, etc.

As primeiras formas espaciais apresentadas servem para o circuito dessa Indústria Cultural, como caminho inicial que abra vertentes para o circuito superior, com eventos mais extensos em questão de espaço e sazonalidade como: Lollapalooza, evento que agrega grandes atrações do rock, como também nomes de grande renome capital no cenário do rap, e o Rock in Rio, antes um festival dedicado ao rock, mas agora um festival de música juntando nomes da música popular com o do gênero.

Chegando para a realidade no meio urbano belenense, é existente esses espaços de circuito inferior, assim como eventos de grande atenção, contando com a divulgação de pouca frequência em meios de comunicação de massa, e de forma marcante em plataformas como sites e redes sociais, onde apresenta uma presença considerável da maioria um público jovem e adulto, sendo marcado para grupos distintos alcunhados de “tribos urbanas” como os hipsters o festival Psica, o último ocorrido em 2021 e o presente para o movimento punk o Facada Fest, o primeiro contando com um arranjo espacial mais planejado e direcionado para interesse mais geral e o segundo tendo sua manifestação solicitada aos órgãos públicos de responsabilidade cultural em espaço de acesso público como em frente ao Mercado São Brás.

3 | ROCK/ROCK’N’ROLL

O movimento musical chamado Rock ou Rock’n’roll, surge pela década de 1950 pelos Estados Unidos da América, o seu surgimento pela sua difusão não teve tanta receptividade na época devido a ser uma manifestação ser exercida pela população afro americana e jovem, destaca-se no pioneirismo dele Chuck Berry, no entanto com as apresentações do Elvis Presley sua difusão se deu a nível global, com a sociedade americana em seus ares conservadores preocupados com a sedução visceral de seus hits.

O gênero musical em destaque ele tem uma peculiaridade que deu carga para mais outros modos, entenda-se no caso da eletrização instrumental, isto é, toda a instrumentação em corda passa a ter sua amplificação sonora por meio da eletricidade, tendo os arranjos das guitarras e contrabaixo, eletrificado, único instrumento mecanizado e acústico é a bateria, esta que dita o ritmo do produto fonográfico, para o consumidor.

Na sua construção por parte de seu som, carrega a “influência negra”, principalmente do blues, junto ao jazz e bebop, com sua ambientação audivelmente sedutora, simultaneamente contestatória e melancólica, até mesmo pela sua lírica, este tão presente nas áreas residenciais e comerciais de certos distritos industriais e guetos. Ao mesmo tempo carrega sua “influência branca” com os ritmos do country nos EUA e o Folk, de grande presença no Reino Unido, os dois citados são muito presentes pelo espaço agrário de suas localidades, contudo eles colaboram em dar junto a música gospel, um aurea musical mais contemplativa ou até mesmo bucólica, para com a paisagem e na instrumentação em apresentações acústicas (sem amplificadores) com o violão.

Com o passar dos anos e o surgimento de mais subgêneros aplicou-se em seu som o uso de mais instrumentos, no qual procuravam fazer um síntese no ambiente sonoro, como no caso do post-punk, tendo a mesma velocidade rítmica do punk clássico, porém com o contemplar ambientado pelo uso do teclado nas músicas, tornando em sua audição uma imersão de contradições, junto a melancolia.

A difusão do Rock no Brasil é vindo pela década de 1960, através da rádio e início da produção televisiva no país, de início suas músicas eram tanto versões com releituras sobre músicas produzidas nos EUA, um grupo que começou a aventurar na composição entrou em destaque a Jovem Guarda, contudo sua popularização recorrente se deu pelos anos 1980, com influência presente do punk e do post-punk em cima dos artistas e agrupamentos como: Titãs, Ira, Cólera, Legião Urbana, Capital Inicial, Revoluções Por Minuto (RPM), Paralamas do Sucesso, Blitz, e tantas outras que deixaram a sua marca para as produções atuais.

A produção originada no estado do Pará se dá mais tarde influenciando com o ganho de espaço do rock pelos anos 80 e seguindo para os anos de 1990, sendo recluso aos espaços periféricos pela cidade de Belém, ganha-se destaque o grupo Mosaico de Ravena, com a música “Belém, Pará, Brasil”, tendo destaque depois em rede nacional, devido ao sucesso e a relevância dada na cena da indústria do entretenimento.

3.1 Rock e o espaço urbano

O questionamento de tamanha inquietação é por que o Rock se assimila como uma expressão musical urbana, além do rap? A resposta a essa pergunta pode ser dada, primeiramente, pelo aspecto da literatura de obras declamadas, pois encontra seu discurso demarcado pelo urbanismo, configurado de certo modo ou como uma Ode ou um Escárnio, sobre a vivência do compositor ou do personagem da obra e da base factual também.

Toda a temática falada pelas músicas, juntando letra e som, é dado uma carga de contestação perante ao fato, apresentando isso tanto em forma de crítica, em primeira análise, traz à tona sobre o autor ou eu-lírico, estar em consciência sobre essa vivência por essa sociedade do capital que tem o mando em suas relações no urbano. Por ordem seguinte entra em vez também a denúncia, como forma de lutar por direitos pela cidade ao seu acesso e também como denotações no espaço das afirmações e contradições, e em último caso onde aplica-se humor é a sátira, onde se apresenta o Escárnio e, geralmente, indicando as problemáticas da desigualdade social, persistente e existente, todos esses elementos caracterizam o agito estigmatizado desse ritmo.

Em outra ordem ao mesmo tempo que há sua demarcada conturbação, existe também uma melancolia que apresenta uma tonalidade bem apática e sensorialmente solitária, onde há essa contrariedade, de em meio a velocidade há uma contemplação, algo tão presente desse pessimismo, está pelos submovimentos do Alternativo ou do Post-Punk, seguindo

para um caráter lírico também reflexivo, onde denota muitas subjetividades em seu lugar, envolvendo amor ou tristeza, com uma áurea romantizada e não exageradamente ufanista.

Um último ponto sobre a relação desse movimento musical está tanto pelo sua peculiaridade rítmica em seu áudio produzido pela questão da percepção da temporalidade com a velocidade das batidas pela Guitarra e a percussão, onde acabam ditando a dinâmica encenada no campo da imaginação do ouvinte ou consumidor da trilha sonora, trazendo uma fluidez sobre a vida e os relatos, e sua hipnose para sua difusão.

4 | RAP

O rap deriva-se da expressão em inglês *Rhythm and Poetry*, surgido pelos anos de 1960, carregando influência de ritmos como jazz, denotando pelo improviso, esse especificado pela rima e o Soul, carregando uma sensualidade, contudo sua maior marca está pelos aspectos musicais na ambientação mais eletrônica onde ao mesmo tempo surge pelos guetos a figuração do *disc jockey*, conhecido também como DJ.

Sua manifestação, até os dias atuais é dado na periferia dos grandes centros urbanos, inclusive para sua difusão pelo mundo se deu de tamanha forma pelo cenário musical pelos anos de 1990, incluindo o Brasil entrando rappers e grupos como: Racionais MC, Facção Central, MV Bill e entre mais outros. Diferente do Rock, o Rap traz uma visão, em sua literatura, mais local ao invés de uma ótica mais globalizada, onde ambos em seus estilos apontam essa resistência para com uma padronização mundializada.

A territorialidade dele se deu e perpetua pela periferia urbana como forma de declamação das histórias urbanas, em grande parte sendo de tamanho conflito no espaço onde recai na luta pelo direito da cidade e a inconstante presença da insegurança pública em sua realidade, isto é, seu manifesto é de denúncia às injustiças veladas pelo próprio sistema, sendo do aparato do estado ou poder paralelo, palco da negligência do próprio.

O consumo dele se dá pelo perfil, em boa parte, dos mesmos que produzem, sendo de jovens e adultos que vivem sob a realidade da periferia, onde a forma de fugir dessa insegurança se dá pela música, sendo manifesto também pelas danças, atenta-se pelas chamadas batalhas de rimas, onde sendo feito em parques ou espaços de pouca estrutura, ocorre o cantar falado no improviso em curto tempo, definindo o vencedor com a reação dos espectadores presentes na roda.

Hodiernamente, na lida sobre o cenário musical paraense, por parte do rap e seus subgêneros, temos a evidência do Pelé do Manifesto, como o porta-voz sobre a periferia, e é visto uma crescente dessa manifestação artística estar a frente mulheres, contudo não há tanto interesse pelo mercado fonográfico que permita abranger mais sua difusão, apesar de no uso das plataformas de música pela Internet tenha agregado com a propagação.

5 | LITERATURA: EXEMPLAR LÍRICO - ROCK

Os exemplos elencados para a escrita do artigo vão desde a esfera internacional até a local, todos esses seguindo o critério de usar em sua lírica as formas urbanas e suas relações, desde: movimento, fluidez, uso, arquitetura, violência e suas crises. Sobre os exemplos que usamos são: *Kraftklub* (ALE), *Maxïmo Park* (RU), *Snow Patrol* (RU), *Bloc Party* (RU), Paralamas do Sucesso (BRA) e Delinquentes (BRA).

5.1 Músicas: *Kraftklub* (ALE)

O grupo *Kraftklub* é uma banda alemã, originária da cidade de Chemnitz, na porção oriental da Alemanha, formada por cinco pessoas, que conta com as composições de Felix Brummer (Cantor) e Karl Schumann (Guitarrista). Sua sonoridade é bem peculiar com o uso da ambientação do indie rock misturando no formato de todas as músicas com cantar se assemelhando ao rap, tendo paralelos com o ritmo local chamado *Sprechgesang* (Canto-falado), conseguem garantir relevância com turnês por cidades germanófonas (Alemanha, Áustria e Suíça) e pela Europa.

Esta banda em sua atividade compôs três álbuns e um EP no seu início, no cenário musical alemão, passando por um hiato de cinco anos após a conclusão da produção do *Keine Nacht für Niemand*. As músicas elencadas para análise foram, baseado nos critérios citados anteriormente são: “*Ich will nicht nach Berlin*”, “*Karl Marx Stadt*” e, a mais recente lançada em 2022, “*Wittenberg ist nicht Paris*”, fazendo parte para o álbum *Kargo*.

Eu não quero ir para Berlim (*Ich will nicht nach Berlin*)

“Não quero ir a Berlim (x4)

Venho de Böblingen de Stuttgart,

Ainda moro em Berlim, por 18 meses

E digo realmente cheguei lá

Minhas roupas ditam meu caráter

Meu óculos não é vintage,

Cara! Isso é retrô

Undercut e saco de juta

Tomo Club Mate

Ou dão Café Latte

Tendo leite de soja?

Pergunta:

‘Alguém vai me botar nessa lista’

(Não)

Por fa-, por favor!
Mesmo que outras cidades sejam tão ruins,
Não vou para Berlim
Aqui fico completamente só
Não vou para Berlim
Mesmo que meus amigos estejam lá
Não vou para Berlim
Não vou mesmo a Berlim
Não vou para Berlim
Eu tenho aqui um projeto
Nada concreto ainda, mas bem legal
Sob os negócios, ainda não decidido
De algo criativo
Não é um trabalho das nove às cinco
Acho muito chato
Então, crio um blog de moda
E depois ando em Friedrichshain com minha câmera
Fotos de arte
De rua com gente interessante
O principal daqui de Berlim.”
(KUMMER, 2012).

A obra acima ressalta um fato marcante de relevância a Alemanha, como para o mundo ocidental do hemisfério norte, como a capital alemã - Berlim - sendo um ponto no globo de grão importância pela manifestação e da indústria cultural artística, no eu-lírico mesmo com todas as amostras de agrados sobre o que a cidade oferece em seus aspectos, há uma resposta negativa ao ponto de grande referência cultural e artística alemã. Mostrando desde a primeira estrofe um personagem de fora de outra cidade importante, economicamente, que se encontra sem perspectiva, apesar de seus projetos envolvendo o meio artístico, tanto pela arte, arquitetura, moda, música e tantas outras manifestações, denotando o modo de consumo da população que permeia até a solução de sobrevivência ou vivência.

Cidade Karl Marx (*Karl Marx Stadt*)

“Gosto de café, cigarro e diamante flexível
Nunca fui o melhor da turma
Mesmo assim eu perguntava
Mais como um show-off

Parasita bagunçado
Na real, não mudou nada, até agora
Não é minha culpa,
Se muitos não entendem
Ser minha culpa da minha vida não ser boa
Mas o sistema, política e o Hartz-IV¹
Seja o que for, não é pra mim
Venho da Cidade Karl Marx,
Eu sou um perdido
Oriental original (x3)
Não estou em nenhuma lista, nem sou tão legal
Numa cidade cheia de nazistas, aposentados e ociosos
Cruzo a cabeça de Karl Marx em um Trabant, comendo banana
Ruas estão desertas e as comidas sem corantes
Discriminado, me motivado
Goteira no teto, nada funcionando
Assim se vive na Saxônia, sobre modernas camas
Com bom humor e com nenhuma grana.”
(KUMMER, 2012).

Na música “*Karl Marx Stadt*”, o autor referencia, em poesia, a persistente desigualdade entre cidades de onde eram das Alemanhas divididas, político-administrativamente, sobre até mesmo a persistente precarização das condições de vida e trabalho pelas cidades da antiga República Democrática da Alemanha, tomando como caso a própria cidade de Chemnitz, que recebe a alcunha, em várias literaturas alemãs, de Cidade Karl Marx.

Wittenberg não é Paris (*Wittenberg ist nicht Paris*)

“Meu jovem não vá se apegar
Vá nos arbustos se entocar
Me diga quem vai te proteger?
Policiais do Oriente?
E todo essa sujeira
Iluminam pelo isqueiro
Não é tão ruim
Mas é muito do que qualquer lugar
E posso entender

¹ Hartz-IV é o programa de assistência social e econômica com certa defasagem de atuação na região da Saxônia, Alemanha

Troque sua velha vida
Por cafés e lojas de grifes móveis
E ainda posta empolgado
As eleições do verdes sob o seu bairro
E ‘fora nazis’ é mais fácil
Onde não há mais dos nazis
Pois Wittenberg não é Paris
Wittenberg não é Paris
Pois Wittenberg não é Paris
Você já desejou
Que eles fossem te aceitar
Pegando as ‘cinco e quinze’
Em alguns anos ‘quatro e quinze’
Mas ficaram as diferenças
Que virá notar com o tempo
Ninguém mais aluga aqui
Todos herdam algo aqui
E deixam então sentir
Gostando até de ti
Mas algumas dessas portas
Vão ficar para toda vida.”
(KUMMER, 2022).

Na obra mais recente em forma de single “*Wittenberg ist nicht Paris*” denuncia a problemática dos extremismos, na política, pensado do âmbito municipal, muito se trata de alienação pela luta, onde há falta do engajamento e do foco sobre a resolução de certas problemáticas como para com a insegurança pública e a desigualdade social, adentrando também as novas apropriações do sistema, onde negócios locais perdem seu lugar para grandes conglomerados no alcance para o mercado de consumo dos vários produtos.

5.2 Maximo Park

O grupo chamado Maximo Park, baseado em Newcastle-upon-Tyne, ao norte na Inglaterra, grupo conhecido como aquele que ressuscitou o Post-Punk, é formado por cinco pessoas, contado com o cantor Paul Smith, e o guitarrista e compositor Duncan Lloyd, juntando um membro no teclado Lukas Wooller. Com a presença do teclado, seu fluxo sonoro traz uma impressão de velocidade e controle, com uma pequena sensação de contemplação, ainda com as estridências dos acordes da guitarra.

O sentido para o uso exemplar de uma música do Maximo Park está na sonoridade

com uma temporalidade rápida, bem característico do punk rock. Pela sua lírica há títulos bons para se analisar como presentes no álbum “Nossos prazeres terrenos”(Our *Earthly Pleasures*), esses, vamos nos limitar somente com a canção “O Inabalável” (*The Unshockable*), presente no segundo álbum em estúdio divulgado.

O Inabalável (*The Unshockable*)

“As linhas de transporte
Criam suas vias na cidade
As linhas de transporte
Criam suas vias na cidade
A qualquer custo
Dê um preço
Cavando pelo bairro
Caminha como Moisés pelas ondas
Pegue e escolha de um conto
Para descrever maiores eventos
Eu inventei tudo isso?
Detritos juntos
Na poeira
Na camada bem visível
Raspa aqui
Raspa ali
Dilacerar,
Arranhe!
Será que somos inabaláveis?
Ou nos tornamos frágeis
Atividade em falta
Coisas estão escassas
O coração humano é uma tomada de feitiço limitado
Um coração humano está em oferta para um feitiço limitado
Seu corpo é maior força
Como se sente quando sobra nada
O momento se foi
Pra mim passar muitas horas na cama
Acha isso cruel?
Palhaços risonhos
Gargalha, escondemos nossas mãos
Leve-os embora, tire os dali

Forme uma fila e se vire! ”
(LLOYD, 2007).

O produto lírico tem muito o seu conto, tanto pelo original, com a expressão *folk lore* sobre os empreendimentos que alteram as formas urbanas e configura o novo funcionamento do lugar para a cidade, tudo isso sendo o pensamento em função do transporte, não importando sobre preservação de patrimônio e tampouco se pensa com remanejamento, concluso que isso seja um questionamento de demonstração de força ou fragilidade, onde o capitalismo trabalha suas ideias no argumento da escassez.

5.3 Snow Patrol

Snow Patrol é uma banda de rock alternativo formada na Escócia, com dois membros originados da Irlanda do Norte, sendo cinco na formação do grupo, sua sonoridade é carregada pela influência Britpop. Suas composições são elaboradas pelo letrista e compositor Gary Lightbody, este que compôs em hiato músicas para outros nomes da música popular internacional, como por exemplo Ed Sheeran.

O grupo compôs cinco álbuns em estúdio, tendo maior divulgação com: *Final Straw* (2004), *Eyes Open* (2006) e *A Hundred Million Suns* (2008), devido ao grande sucesso em vendas e avaliações, como o exemplo usual da música *Take Back the City*, sendo hit bem avaliado estando no top 100 (cem) na Europa, sexta colocação no *UK Singles Charts* e quarta colocação no *Irish Singles Charts* e considerado de suma importância na indústria do entretenimento musical primeiro lugar no *Billboard Awards*.

Tome a cidade (*Take Back the City*):

“Tome a cidade até você a noite
Vou tomar a cidade a mim
Tome a cidade até você a noite
Deus sabe o quanto pôs sua vida nessas mãos
E as duas estão cansadas e calejadas
Mas tá na hora de pôr suas demandas
Todos esses anos depois e estão me matando
Seus recordes quebrados e letrados
Dez mil crateras onde deviam estar
Não precisa pôr palavras em minha boca,
Nem me convencer em tudo
Eu amo muito esse lugar sem dúvida
É uma bagunça, um começo

Uma brilhante obra de arte
Seu dizer, Seu chamar
Cada quebra, Cada muro
Pegue um lado, uma luta
Tenha então seu epitáfio
Então cante até cair
Pois a farra não vai parar
Amo a cidade anoite
Amo a cidade para sempre
Toma com os dentes a luz
E me cospe fora amanhã
Mas nós somos glutões por isso
Sabemos do errado e do certo
Por cada marca deixada
Tome a cidade de volta
Me diga que nunca quis mais que isso
E vou parar de falar
De um par perfeito ou um beijo eterno. ”
(LIGHTBODY, 2008).

A obra acima é uma peça crítica, porém em seu sonoro bem útil para peça publicitária, contudo vale ressaltar a criticidade sobre a exploração do trabalhador na construção do que é a cidade, lançando alguns versos até mesmo de contraponto, onde o eu-lírico acredita em posse ter direito a usufruir do que a cidade oferece, até mesmo sendo apontado uma polarização sutil e os conflitos que há, apesar disso ainda se denotando um romantismo sobre a cidade, apresentado até a sua sonoridade com o uso do violão na introdução e no refrão o uso das guitarras pela música.

5.4 *Bloc Party: A Weekend in the City*

O grupo surgido *Bloc Party* surgiu no fim dos anos 1990, de início com o guitarrista e vocalista Kele Okereke com Russell Lissack na guitarra também, adicionando depois, respectivamente, Matt Tong, na bateria, e Gordon Moakes no contrabaixo. Sua primeira divulgação e notoriedade vem com o álbum *Silent Alarm*, com a gravadora Wichita Records, no ano de 2005, com hits como “*Skeleton*”, “*This Modern Love*”, “*Banquet*” e “*Helicopter*”.

A importância para o presente trabalho se dá em considerar a questão do *frontman* (guitarrista e vocalista) em se assumir publicamente ser homossexual, sendo valido considerar como a cidade se percebe para as comunidades LGBT+, que até os dias atuais sofrem discriminações e são marginalizados pela sociedade. Portanto para isso não iremos

nos considerar sobre a espacialidade somente com algumas músicas apenas soltas, mas sim com músicas presentes sob um álbum específico, o segundo de maior venda, com excelente avaliação e sucesso do grupo, intitulado de *A Weekend in the City*, lançado em 2007, gravado pela V2 records, a sonoridade de todas as músicas adota elementos do punk, indie rock, post-punk e música eletrônica, com o objetivo de explanar em verso sobre os acontecimentos da cidade, ainda em perspectiva londrina.

De primeiro modo, boa parte das músicas trazem uma aura musical mais romântica, como na música “*Waiting for the 7.18*”, vendo até mesmo a relação do espaço agrário com o urbano, tendo muito a visão desse uso, em primeira instância, para lazer e uma espera noturna como é apresentada na estrofe introdutória na espera de horário pontual, com uma pequena presença de sensualidade seguindo para “*The Prayer*”, a cidade sendo o espaço sedutor.

Em outra linha a música mais aclamada e de maior destaque é a “*Hunting the Witches*” denunciando essa sistemática xenofobia, decorrente das ações de órgãos de segurança, com o contexto da época sobre o terrorismo pelos EUA e Europa, tendo até referência indireta com o caso do brasileiro Jean Charles de Menezes, onde foi executado pela polícia por ser confundido por um terrorista, morto na estação Stockwell.

Por fim outras músicas que tem uma temática melancólica dentre elas é “*Kreuzberg*”, recebe o nome de um bairro de Berlim, muito apresentado pela ocupação de artistas e suas manifestações, e estudantes, além de ser residência, também há funcionamento de lugares para entretenimento da população jovem, o eu-lírico se encontra em decepção amorosa, onde houve apenas cortejos de casualidades.

5.5 Paralamas do Sucesso

O grupo é formado por três integrantes desde a sua criação por: Herbert Vianna, Felipe ‘Bi’ Ribeiro e João Barone, conta com um sonoro boa parte com músicas, na mistura do rock com reggae, permitindo na produção de suas músicas a entrada de outros instrumentos. O grupo ganhou notoriedade com shows feitos, dividindo palcos com Legião Urbana e Titãs, pelos anos de 1990 e 2000, com a volta do cantor depois de sofrer acidente e ter ficado paraplégico, ficando por hiato.

O grupo compôs 13 (treze) álbuns de estúdio ao longo de sua existência, assim é apropriado para análise duas músicas da qual aborda as relações no meio urbano e as formas urbanas, este tendo uma especificação, sendo estes “O Calibre” e “O Beco”, presentes em diferentes álbuns, como “Bora Bora” e “Um longo caminho”, o último marcado pela volta das atividades da banda devido ao acontecimento extremo.

A obra “O Beco” faz uma abordagem de sonoridade irônica, alfinetando em seu eu-lírico, sobre a indiferença apenas no beco, desde o clamor por segurança, no qual há medo com toda a ação policial sobre o local. Ademais aponta as mazelas da apatia e a

desatenção com a problemática da violência nas ruas, este que pode afetar qualquer um circulando pela cidade, sendo tão negligenciado.

Já a música “O Calibre” existe uma diferenciação com seu som, tendo em base da canção anterior, esta tem uma sonoridade com semelhanças ao grunge e ao *power punk*. Em sua letra faz o apontamento mais veemente sobre a insegurança pública, adicionando a incerteza da vida, desde os locais estigmatizados por obter uma periculosidade, indicando ainda mais a negligência ou ausência proposital do Estado.

5.6 Delinquentes

Grupo formado desde os anos de 1990, a banda é a pioneira na ascendência do cenário do punk rock hardcore, no Pará, contando com a formação de 4 (quatro) integrantes, compondo 3 álbuns de estúdio, sua sonoridade tem suas influências além do punk rock com o Thrash Metal e com Hardcore. A difusão de seu produto chega-se a nível nacional, com uma caracterização lírica contém crítica social e política, presente em seu repertório literário, no exemplo em questão das urbanidades, é feito as aproximações do discurso com duas canções, como “Ficção”, fazendo parte do álbum “Pequenos Delitos” e o Single “Carro Prata”, divulgado em 2021.

Carro Prata:

“Essa última noite um carro prata passou
Levando os sonhos de quem pouco sonhou
E nunca concretizou seus planos de infância
Que sua humilde família lhe depositou
Caminhos espinhosos num destino quase escrito
A vida afunilada e estreitada sem esperanças
Caminhos escolhidos ou seria o contrário?
Escolhido pela vida, escorrido pelo ralo?
A vida que varre, como se fosse um lixo
Pra debaixo do tapete com a falta de segurança
Que finge proteger mas proteger somente uns
Quando somos todos, dizem, filhos de um mesmo Deus
“Meu Deus”, que Deus? Ninguém já nasce órfão
Adotado pelo cão pra viver na escuridão
E a vida varre com força, limpando só os restos
De quem nunca foi convidado pra essa festa
Carro prata...
O carro prata passou

Mais uma noite macabra
Uma chuva de balas
Espalhados na calçada
O carro prata passou
Deixando as dores nas casas
Um velório escondido
De uma vida já traçada
Carro prata”
(KATARRO, 2021).

O produto lírico acima faz referência a um símbolo da violência das ruas belenenses, principalmente nas áreas periféricas da cidade, o dito ‘Carro Prata’ é o sinônimo da execução pelas milícias e a chacina atormentando a vida muitos que se encontram incertos sobre o futuro em meio a cidade, sobre tamanha brutalidade e falta de proteção para com o cidadão, no qual traz a tona seu clamor por segurança.

Ficção:

“Nas mais bonitas avenidas da cidade
Homens e mulheres desfilam com chagas
Crianças com feridas espalhadas pelo corpo
O futuro da nação, dormindo pelo chão
Seres mutilados caminhando sem destino
Vítimas da mais, da mais cruel das guerras
A guerra social que destruiu-nos moralmente
E transformou inocentes em milhares de indigentes
Não é ficção, não é ficção
Jamais verão, jamais verão, não
Os estrangeiros jamais verão
Em algum programa de televisão
Ou em algum falso cartão postal
A ralé que existe num país tropical
Não é ficção
É a mais pura verdade
Uma espécie de vida uma podre realidade”
(KATARRO, 2000).

A música “Ficção” trata da realidade, no contexto da época, sobre o aumento da desigualdade social, citando sobre o descaso com a educação e o aumento do número

de famílias em situação de rua, sem acesso à moradia, tudo isso sem sensibilizar na obra os olhares estrangeiros sobre, adendo aos locais sob tamanha vivência cruel sobre tal problemática, ainda presente até mesmo em grandes centros urbanos.

6 | PARECER LÍRICO - RAPS NACIONAIS

A contextualidade de toda a lírica pelos raps no mainstream nacional, se passa pela manifestação contestatória da juventude periférica sobre a sórdida realidade em seu espaço vivido, objetivando pelas rimas e a sua expressão, pôr em reflexão tanto as questões discriminatórias, semear combatividade perante as atrocidades, em certos versos, testemunhados, contudo o domínio da expressão ser por jovens negros, traz discussões de baixíssima qualidade e utilidade, sobre a criminalização do movimento, isso tão combatido pelos artistas como: Mano Brown (Racionais MC), Pelé do Manifesto, Pregador Luo e entre outros mais. Ainda sim é apresentada uma causa que busca a reversão do cruel quadro, mas carrega esperança para a então juventude.

Pensa-se pelas canções como “Negro Drama”, a denúncia do descaso estrutural com a periferia e os seus moradores, onde é notável tamanha incerteza, até mesmo pensar o direcionamento das revitalizações e a música “Muita Treta” com a insegurança tanto pelo fluxo nos bairros como no ambiente político e a engrenagem da esfera política decidindo a vida ou morte de cidadãos periféricos, tão marginalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante toda a discussão e o exemplar de algumas canções, é visível, toda a caracterização, mas não estigmatização, sobre a presença do Rock e do Rap com o ambiente das cidades e a sua urbanidade, desde o surgimento do movimento com a miscigenação, contudo o principal surgir por guetos culturais, contudo trazendo ao mundo a marca da periferia, com sua manifestação sendo globalizada, ainda sim se denota como um movimento de resistência, até mesmo com a padronização de música popular mundial. Por fim, o Rock e o Rap não sendo apenas música, mas também um movimento artístico marcante pelas ruas e pela cidade, são excelentes artifícios para demarcação das histórias urbanas, devido a seu discurso estar em forma de denúncia, cujo sua maior luta é o direito ao acesso pela cidade, assim contribuindo mais com a literatura da cidade e a produção cultural advindo dela, incluso nisso a produção espacial na então contínua manifestação.

REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. **Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial**. Geosp-Espaço e Tempo. v. 23, nº3, p. 458-47, dez. 2019. Acessado em 21 de Maio de 2022 em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/163371/158247>

CASTRO, D. **Geografia e Música: A dupla face de uma relação**. Revista Espaço e Cultura. UERJ. Rio de Janeiro. n.º26. p. 7-18. 2009. Acessado em 10 de Maio de 2022. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/download/3551/2471>

GUIMARÃES, F. F. F. **Fatores culturais sociais e mercadológicos/tecnológicos do surgimento do rock**. Cap.1. Orgs: Do surgimento do rock à sua difusão pelo mundo: a apropriação do rock através das versões dos anos 50 a meados da década de 60. Montes Claros- Minas Gerais. 2013. Acessado em 09 de Maio de 2022 em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2019/05/9-Felipe-FI%C3%A1vio-Fonseca-Guimar%C3%A3es.pdf>

KATARRO, J. **Carro Prata**. Belém: Xaninho Discos. Suporte: 3:18 min.

KATARRO, J. **Ficção**. Belém: Xaninho Discos. Suporte: 1:59 min.

KUMMER, F. **Ich will nicht nach Berlin**. Berlim: Vertigo. Suporte: 3:22 min.

KUMMER, F. **Karl-Marx Stadt**. Berlim: Vertigo. Suporte: 3:13 min.

KUMMER, F. **Wittenberg ist nicht Paris**. Berlim: Vertigo. Suporte: 3:11 min.

LIGHTBODY, G. **Take Back the City**. Santa Mônica: Interscope. Suporte: 4:40 min.

LIMA, Mariana Semião de. **Movimento Hip Hop: resistência de jovens vindos da cultura do fracasso**. 2001. 70 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas (SP), 2001.

LLOYD, D. R. **The Unshockable**. Sheffield: Warp Records. Suporte: 3:10 min.

PANITZ, L. M. **Geografia da música: uma introdução ao tema**. Biblio 3W. Universidad de Barcelona. p.1-31. Barcelona, 2015. Acessado em 17 de Maio de 2022 em: https://www.academia.edu/download/39262785/Geografia_e_musica__uma_introducao_ao_tema.pdf

SANTOS, M. **A forma e o Tempo: a história da cidade e do urbano**. Cap. 6. Org: Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico-Informacional. Pág. 65-68. 5ª Edição. Ed. USP. 1ª reimpressão. 2013.

SANTOS, M. **Metrópole: a força dos fracos é seu tempo lento**. Cap. 8. Org: Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico-Informacional. Pág. 77-82. 5ª Edição. Ed. USP. 1ª reimpressão. 2013.

VIEIRA, V. T. & HENNING, P. C. **Atravessamentos culturais e crise ambiental na atualidade: modos ecológicos de vida no rock'n'roll**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. v. 28. Ed. FURG. 2012. Acessado 21 de Maio de 2022 em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3889/Atravessamentos%20culturais%20e%20crise%20ambiental%20na%20atualidade%20modos%20ecol%C3%B3gicos%20de%20vida%20no%20rock%20c2%B4n%20roll..pdf?sequence=1>

XAVIER, Denise Prates. **Repensando a periferia no período popular da História: o uso do território pelo movimento Hip Hop**. 2005. 114 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro (SP), 2005.

CRIME, VIOLÊNCIA E AGRESSIVIDADE NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Data de aceite: 03/10/2023

Camilla Luiza Corrêa

RESUMO: O espaço urbano facilita uma série de atos contra o indivíduo, acarretando prejuízos físicos, psicológico, perdas afetivas, e até mesmo a morte. É no espaço urbano, principalmente nas periferias, nas pequenas e médias cidades, onde muitas vezes o poder público não é atuante, os criminosos conseguem facilmente agir e cometer crimes. Contudo, a violência é vivenciada não somente nas periferias, nos centros das cidades, observamos rotineiramente vítimas de maus tratos dentro do convívio familiar, nas escolas, dentre outros locais. As causas da violência e da criminalidade são inúmeras, o próprio crescimento econômico, a urbanização desordenada o desemprego bem como outros indicadores. Neste enfoque, o presente trabalho bibliográfico objetiva analisar a situação do crime, da violência e dos comportamentos agressivos na sociedade. Serão enfocadas as formas mais comuns de violência sofridas pelos indivíduos, principalmente as pessoas em condições de fragilidade, como as criança e adolescente, a mulher e o idoso. E por fim

as estratégias do poder público para reprimir estes atos contra inúmeras pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Pública. Violência. Crime. Agressão

ABSTRACT: Urban space facilitates a series of acts against the individual, causing physical damage, psychological, affective losses, and even death. It is in urban areas, especially in the suburbs, in small and medium-sized cities, where often the Government is not active, criminals can easily act and commit crimes. However, violence is experienced not only in the suburbs, in town centers, routinely observed victims of abuse within the family environment, in schools, among other places. The causes of violence and crime are numerous, economic growth itself, the disordered urbanization unemployment and other indicators. In this approach, the objective of this literature has analyzed the situation of crime, violence and aggressive behavior in society. Will be focused on the most common forms of violence suffered by individuals, mostly people in fragile conditions, such as children and adolescents, women and the elderly. Finally the strategies of the government to suppress these acts against numerous people.

KEYWORDS: Public Security . Violence. Crime . aggression

1 | INTRODUÇÃO

Fatos agressivos, violência e o crime vêm tornando-se frequente na sociedade, no cotidiano e nas relações familiar. O viver em sociedade, facilita uma série de atos contra o indivíduo, acarretando prejuízos físicos, psicológico, perdas afetivas, e até mesmo a morte. Principalmente nas grandes cidades, onde índice da marginalidade é alarmante, nas periferias e nas pequenas e médias cidades, onde muitas vezes o Poder Público não é atuante, os criminosos conseguem facilmente agir e cometer crimes. Contudo, a violência é vivenciada também dentro das próprias relações familiar, na escola e até mesmo no trabalho.

Vilhena e Maia (2002), abordando em suas pesquisas sobre Agressividade e Violência, dizem que a sociedade em geral sempre esteve habituada a conceituar violência como a transgressão às regras, normas e leis já aceitas por uma comunidade. Violência está intimamente associada aos atos contrario a lei, associado à marginalidade, aos atos físicos de abuso, de agressão e crime, como assaltos, roubo seguido de morte, dentre outros.

Diariamente visualizamos vitimas de maus tratos, na sociedade, a luz do dia. As causas são inúmeras, o próprio crescimento econômico, a urbanização desordenada o desemprego bem como outros indicadores.

Neste contexto, que apresentamos a presente pesquisa. Onde buscaremos tratar sobre Violência, Agressividade e Crime no contexto de Segurança Pública. No primeiro momento, abordaremos de forma sucinta a realidade da Segurança Pública no Brasil e no estado do Paraná. Na sequencia falaremos especificamente sobre os Conceitos e a Realidade da Violência, do Crime e Agressividade no Brasil. No terceiro momento discorreremos sobre Repressão da Violência e Promoção da Segurança Pública.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

1. A Segurança Pública no Brasil

Ao mencionar sobre os direitos e garantias essenciais individual e coletivo, a Constituição Federal de 1988 definiu responsabilidades, para promover a defesa dos direitos de cada pessoa e da sociedade em geral.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, **raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação**.

Com base nos acontecimentos atuais, veiculados pela mídia, a violência constitui-se uma preocupação alarmante da humanidade. Diariamente ocorrem crimes violentos, “trata-se de um fenômeno multicausal e que se agrava em determinados momentos, por força da ideologia, da religião, da cultura, enfim, de determinados fatores que surgem (ou ressurgem) em determinados momentos históricos” (FAGÚNDEZ, 2000, p.01).

Compete à união legislar sobre a sociedade, estabelecendo órgãos com o objetivo de manter a ordem e a segurança.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

O artigo 144 da Constituição vigente acrescenta ainda sobre a responsabilidade de cada órgão:

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:»(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º - às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (BRASIL, 1988, p.01).

Como observamos, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações de governo com o princípio de manter os direitos humanos, a defesa da paz, soluções práticas e pacíficas de conflitos, e o repúdio ao terrorismo e toda forma de violência e guerra (BRASIL, 1988).

A Segurança pública abrange todas as medidas adotadas para a garantia da Soberania Nacional. Ela é exercida por inúmeros servidores públicos, com a finalidade de garantir os direitos civis, políticos e o exercício pleno da cidadania. Em outras palavras, a segurança pública, busca garantir um código de convivência social para o bem viver de todos (MARCINEIRO, 2007).

Com o surgimento do chamado Estado de Direito, o poder de polícia, incorporou valores sociais, podendo a ser definido como sendo a atividade administrativa que envolve o Estado na finalidade impor limites e educar o exercício dos direitos e das liberdades dos cidadãos, objetivando, em proporções capazes de preservar a ordem pública, o atendimento aos valores mínimos inerentes da convivência social, destacando-se a segurança pública, a saúde, a dignidade e outros valores (SANTOS, 2015, p.01).

As instituições responsáveis por estabelecer a segurança na sociedade, atuam com a intenção de inibir ou reprimir atos socialmente reprováveis, assegurando a proteção coletiva e, por extensão, dos bens e serviços (SANTOS, 2015).

A história da Polícia no Brasil remonta ao século XIX, mais precisamente ao ano de 1808, com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, fugindo da invasão de Napoleão a Portugal. Quando aqui chegou, D. João VI trouxe consigo a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, considerada como sendo o embrião da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, iniciando assim a história da Segurança Pública no País. Na época da declaração da Independência, em 1822, a segurança da população se confundia com a própria segurança do país. Não se tinha nessa época a noção que temos hoje a respeito de segurança pública, tampouco organizações que se dedicassem exclusivamente a este mister. A própria legislação era omissa quanto a esse assunto. A Constituição do Império, de 1824, por exemplo, nada referenciava a respeito de segurança pública (MARCINEIRO, 2007, p.20).

Já no período Imperial, devido o envolvimento do Brasil em muitos conflitos, internos e externos, a Força Policial passou a exercer a Segurança Nacional juntamente com o Exército Brasileiro. Com a Proclamação da República, em 1889, o país passa por uma radical transformação social e política. O governo estadual tinha por responsabilidade agora manter a ordem, a segurança e a defesa dos direitos dos cidadãos (MARCINEIRO,

2007).

Em 1946, a Constituição da República manteve a competência da União para legislar sobre a organização da sociedade, pela justiça e garantias das Forças Públicas, agora denominadas Polícias Militares. Com a promulgação da atual Constituição, em 1988, a Segurança Pública passa por significativas mudanças, precisamente na atuação das Polícias brasileiras (MARCINEIRO, 2007).

A segurança Pública foi prevista na Constituição Federal de 1988, e através do Decreto nº 6.950/2009 regulamentou-se o Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP. O CONASP criou-se a partir da PORTARIA Nº 4.026, DE 2010, e tem as funções descritas no artigo que se segue:

Art. 1º. [...] tem por finalidade, respeitadas as demais instâncias decisórias e as normas de organização da administração pública, formular e propor diretrizes para as políticas públicas voltadas à promoção da segurança pública, prevenção e repressão à violência e à criminalidade e atuar na sua articulação e controle democrático (BRASIL, 2010).

No estado do Paraná, os primeiros passos que deram origem à Secretaria de Estado da Segurança Pública foi em 1938, por meio do decreto nº 6.438.

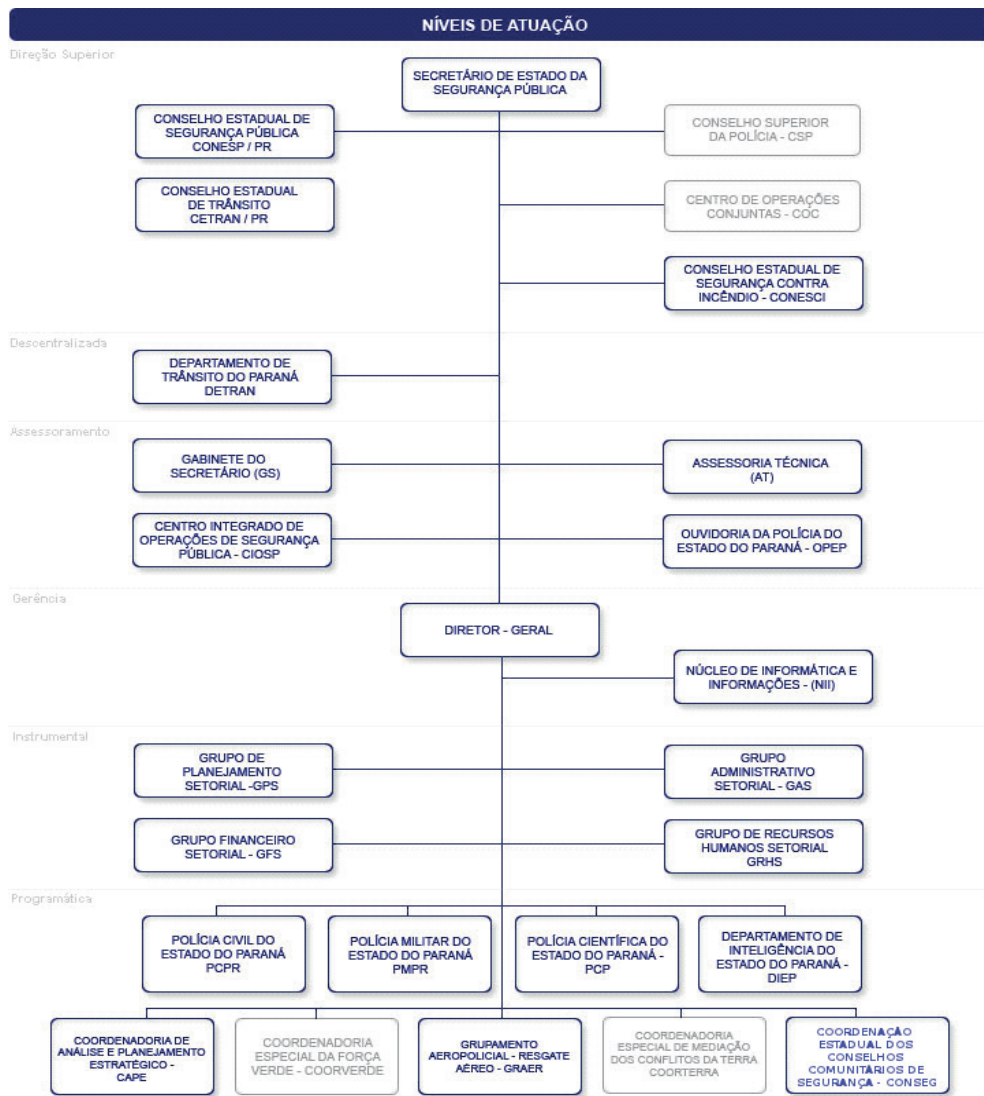
Ficavam subordinados à Secretaria, conforme estabelecia o documento, a Polícia Civil, a Penitenciária e Detenção, a Guarda Civil e a Polícia Militar. Porém, em 03 de junho do mesmo ano, o decreto n.º 6.968 revogou o documento que havia criado a Secretaria.

Pelo decreto-lei nº 41 de 22 de junho de 1942, ficou estabelecida a vinculação da Segurança Pública à Justiça, que possuía então a denominação de Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública. Posteriormente, pela lei número 47, de 18 de fevereiro de 1948, a Segurança Pública foi desmembrada da pasta da Justiça, ficando com a denominação de Chefatura de Polícia, subordinada diretamente ao governador.

A Segurança Pública veio a ser criada novamente apenas no ano de 1962. Foi por meio da Lei 4.615, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná em 9 de julho daquele ano, em substituição à Chefatura de Polícia. A lei também criou o cargo de secretário da Segurança Pública e o novo órgão subordinou a Polícia Militar do Estado; o Conselho Superior de Polícia; o Conselho Regional de Trânsito e a Polícia Civil.

Até 1974, a pasta tinha a denominação de Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, quando a Lei nº 6.636, de 29 de novembro, alterou sua denominação para Secretaria de Estado da Segurança Pública. Foi regulamentada pelo Decreto nº 3.700, de 25 de julho de 1977, que determina ser competência desta Secretaria "planejar, dirigir, executar, coordenar, fiscalizar e controlar as atividades do setor de segurança pública do Estado" (SESP, 2015, p.1).

Com base no organograma, a seguir, é possível visualizar a estruturação organizacional da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, bem como perceber toda a sua abrangência (Organograma 1):



ORGANOGRAMA 1 - Estruturação Organizacional da Secretaria de Segurança Pública do Paraná

Fonte: (SESP, 2015, p.1).

Nota: Organograma visualizado em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2>

2. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)

Um dos marcos das políticas públicas para segurança no Brasil, foi a implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). O programa trouxe inúmeras inovações, articulando com várias áreas do poder público com intuito de estabelecer a repressão e prevenção da criminalidade.

Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) marca uma iniciativa inédita no combate à criminalidade no país. O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e repressão qualificadas (PRONASCI, 2015, p.04).

Dentre inúmeras estratégias do Pronasci, destacamos a ação de formação e a valorização dos profissionais de segurança pública e o envolvimento da coletividade na prevenção da violência. Segundo o Pronasci (2015) a estratégia do governo de imediato, foi implementar o programa nas regiões mais violentas do Brasil, articulando junto com equipes multidisciplinares compostas de assistentes sociais, psicólogos, educadores e pedagogos. “O Pronasci é composto por 94 ações, que envolvem a União, estados, municípios e a própria comunidade” (PRONASCI, 2015, p.05).

Macedo (2015), aborda sobre a pena de morte e prisão perpétua, dizendo de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana previsto na Constituição Federal de 1988, é proibido a aplicação das penas de prisão perpétua e de morte, como forma de eliminar a criminalidade e a violência, salvo no caso de guerra declarada.

A Constituição Federal, (1988, p.05) institui que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XLVII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;”

2.3 Influência da Família, da Escola e do Estado para Segurança Pública

Para que a violência e todas as formas de agressões sejam eliminadas, um dos passos essenciais é que os conceitos éticos, princípios e valores sejam trabalhados na formação escolar e cultural do cidadão. Uma das formas de contribuir neste processo, é o repensar do ensino.

A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006, no artigo 8º, afirma nos parágrafos VIII e IX, que os conhecimentos acerca dos direitos e deveres do indivíduo, precisam ser trabalhados por meio das seguintes vias:

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou

Marques (2011), contextualiza acerca dos avanços e possibilidades para as crianças e adolescente no Brasil, dizendo que a proteção deixa a desejar. Segundo a autora, a realidade social brasileira voltada a estes sujeitos não condiz com o preconizado às leis de proteção.

O estado precisa ser atuante e executar as políticas públicas. Somente através de um trabalho minucioso, a fim de conhecer o contexto social em que vive as crianças e adolescentes vítimas de negligência, maus tratos e violência, é possível indicar medidas socioeducativa que possam reverter o quadro, mudar conceitos e garantir que na vida adulta, tais indivíduos sejam cidadãos de bem, com boa convivência familiar e social.

Como reflete GREGORIO e BIDARRA (2014), as intervenções públicas não devem restringir-se apenas a responsabilização penal dos abusadores, é preciso além disso, assegurar um sistema de atendimento às vítimas de violência. “Assim, muito mais que discutir a violência, ou qualquer forma de punição contra ela, há a necessidade da formulação de políticas preventivas de garantia e de defesa dos direitos (GREGORIO, BIDARRA, 2014, p.2)”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado durante o trabalho, o Brasil vem passando por problemas alarmantes. A população vive em condições de risco, a criminalidade e a violência aumentam rotineiramente.

O Brasil consta com programas, leis e estratégias para reprimir a violência, no entanto, a coletividade vem exigindo seus direitos, por meio de forças atuantes, que zele pela segurança da população em geral, pois afinal, a Constituição Federal de 1988, lei máxima que norteia o Brasil, já previa que a República Federativa tem por objetivo construir uma sociedade, justa, isenta de marginalização.

Não adianta haver diminuição da maioridade penal, adoção de medidas mais rígidas como prisão perpétua ou até mesmo pena de morte, se o Brasil não constar com um planejamento em Segurança Pública que preze nos princípios éticos, educativos e religiosos, princípios este, também previsto na Constituição Federal bem como nas Leis voltado a Segurança dos indivíduos Fragilizados, descrevendo que é preciso promover programas educacionais que disseminem valores éticos, conteúdos relativos aos direitos humanos e ao problema da violência.

Existem fundamentos legais que norteiam as ações voltadas à segurança. Contudo, o estado precisa executar o que rege as leis e as políticas públicas, não apenas estabelecendo medidas de vigilância e repressão, mas encarando a Segurança Pública com um sistema integrado, que envolve a prevenção, a justiça e a defesa dos direitos. O processo de segurança pública envolve a prevenção, a reparação do dano, o tratamento

dos envolvidos em crimes, violências e agressões, e por fim, na reinclusão do autor do ilícito na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 27 de fev. 2023.

Brasil. **LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm> Acesso em 28 de fev., 2023.

Brasil. **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm> Acesso em 28 de fev., 2023.

Brasil. **PORTARIA Nº 4.026, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/Acesso/anexos-institucional/ri-conselho-nacional-de-seguranca-publica.pdf>> Acesso em 25 de fev., 2023.

OLIVEIRA, Ana Carolina Aparecida. NOGUEIRA, Camila N. FRANCO, Sandro de Oliveira. **PENA DE MORTE E PRISÃO PERPÉTUA NO BRASIL** <<http://www.jurisite.com.br/textosjuridicos/texto722.html>> Acesso em 28 de fev, 2023.

Brasil. **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm> Acesso em 25 de fev., 2023.

DIAS, Fábio Nascimento. **Violência e Criminalidade: uma análise das condicionantes sociais**. Disponível em <<http://abordagempolicial.com/2010/04/violencia-e-criminalidade-uma-analise-das-condicionantes-sociais/>> Acesso em 24 fev., 2023.

ELEUTÉRIO, Fernando. **Análise do conceito de crime**. Disponível em: <<http://www.uepg.br/rj/a1v1at09.htm>> Acesso, 28 de fev, 2023.

FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. **RAÍZES DA VIOLÊNCIA**. Disponível em: < <http://www.roney.floripa.com.br/docs/raizes.doc>> Acesso, 28 de fev, 2023.

SANTOS, Emerson Clayton Rosa. **Conceito de segurança pública**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos2/seguranca-publica/seguranca-publica.shtml>> Acesso em 26 fev., 2023.

SESP. **A Secretaria Pública e Administração Penitenciária**. Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=58>> Acesso em 23 fev., 2023.

VILHENA, Junia de; MAIA, Maria Vitória. **Agressividade e violência: reflexões acerca do comportamento anti-social e sua inscrição na cultura contemporânea**. Disponível em: <> Acesso em 1 de mar, 2023.

JOACHIN AZEVEDO NETO: Atualmente, é Professor Adjunto de Historiografia e História Contemporânea na Universidade de Pernambuco – UPE/Campus Petrolina. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa de Política e História Literária - GEPPHIL, vice-coordenador do Núcleo de Extensão e Pesquisa em História, Educação, Linguística e Literatura - NEPHEL e da TV NEPHEL na mesma instituição. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História - PPGH da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Possui doutorado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC (2015), financiado pela CAPES. Realizou Mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande/UFCG (2010) e Graduação em História pela Universidade Estadual da Paraíba/UEPB (2008). Tem publicações com ênfase na área de História e interesse nos seguintes temas: História Contemporânea e Literatura, História dos Intelectuais e Teorias da História. É da Red de Estudios Biográficos de América Latina - REBAL e do Grupo de Pesquisa História e Arte, Teorias da História (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC). A tese de sua autoria, *Vida literária e desencantos: uma história da formação intelectual de Lima Barreto (1881-1922)*, foi premiada no II Prêmio Sandra Jatahy Pesavento de Teses em História Cultural (2016). Palestrante com experiência na área de História & Literatura. Coordenador do programa História em debate, parte da programação veiculada pela TV Nephel (YouTube), no qual professores/pesquisadores com trajetórias acadêmicas consolidadas na área de Ciências Humanas são recebidos para diálogos multidisciplinares em torno de temáticas consideradas urgentes para nosso tempo presente. Participa também do Conselho Editorial e de comissões de avaliação *Ad hoc* de diversos periódicos científicos.

A

Agressão 104, 105

Avaliação dos cursos e das IES 44

C

Cárcere feminino 22

Contextualización internacional 55, 56, 62

Crime 25, 29, 104, 105, 112

D

Desarrollo socioemocional 55, 56, 62, 63

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 17, 20, 22, 23, 25, 27, 31, 33, 34, 36, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 50, 51, 53, 54, 66, 67, 68, 71, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 105

Desigualdade 6, 12, 22, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 90, 94, 95, 101

Desumanização 34, 35

Direito à cidade 86

E

Educación básica 55, 56, 61, 62

Estudiantes 55, 56, 62, 63

Estudos decoloniais 1, 2, 3, 7, 10, 11

F

Formação de professores 43, 44

G

Gênero 22, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 37, 40, 42, 89, 110

Geografia da música 86, 103

Gestão de pessoas 64, 66, 67, 82

H

Habilidades socioemocionales 55, 56, 62, 63

Humanização 4, 22, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41

I

instituição de ensino 44, 48, 49, 64

Instituições 23, 29, 37, 44, 45, 46, 51, 53, 54, 65, 67, 69, 82, 107

M

Matriz colonial 1, 10, 11

Morin 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 56, 60, 63

P

Parto 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42

Perspectivas indígenas 1, 7, 10

Potter 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21

Puerpério 33, 34, 35, 36, 39, 40

Q

Qualidade de ensino 44, 46, 48, 49

R

Racismo ambiental 1, 3, 5, 10, 12

Rap 86, 87, 89, 90, 91, 92, 102

Recursos humanos 64, 65, 66, 71, 79, 81, 83

Rock 86, 87, 89, 90, 91, 92, 96, 97, 99, 100, 102, 103

S

Segurança pública 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112

Ser social 33, 34, 35, 40, 41

Sistema carcerário 22, 23, 24, 28, 29

Sobrevivência planetária 13, 15, 19, 20

T

Teoria social crítica 22

V

Violência 4, 9, 26, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 92, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112

Violência obstétrica 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42

CIÊNCIAS HUMANAS: PERCEPÇÃO INTERDISCIPLINAR DA REALIDADE SOCIAL



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora
Ano 2023

CIÊNCIAS HUMANAS: PERCEPÇÃO INTERDISCIPLINAR DA REALIDADE SOCIAL



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora
Ano 2023